

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Práticas Significativas no Atendimento de  
Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação: Uma  
Análise a Partir da Realidade do Estado de São Paulo**

Ariane Stamboni Rico

São Carlos - SP

2025



**Práticas Significativas no Atendimento de  
Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação: Uma  
Análise a Partir da Realidade do Estado de São Paulo**

Ariane Stamboni Rico

Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

**São Carlos - SP**

**2025**



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

---

### Folha de Aprovação

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Ariane Stamboni Rico, realizada em 01/12/2025.

#### Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa (UFSCar)

Profa. Dra. Camélia Santana Murgó (UNOESTE)

Profa. Dra. Ilana Lemos de Paiva (UFRN)

Profa. Dra. Jana Gonçalves Zappe (UFSM)

Profa. Dra. Monalisa Muniz Nascimento (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

## **Financiamento**



Esta Tese foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES (Processo nº 88887.645257/2021-00, vigente de 01/09/2021 a 31/08/2025) por meio de bolsa de Doutorado concedida a Ariane Stamboni Rico. A pesquisa foi desenvolvida no Laboratório de Análise e Prevenção da Violência — LAPREV.

## **Agradecimentos**

Àquele que possui todo o dom do conhecimento, que me tem sustentado e auxiliado todos os dias nessa trajetória, meu mais sincero agradecimento.

Agradeço, antes de quaisquer outras pessoas, aos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa nas unidades de internação, por participarem do meu estudo e compartilharem suas histórias, marcadas na maioria das vezes por violações de direitos, negligência e invisibilidade.

À Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), agradeço por abrir suas portas para que essa coleta fosse viabilizada, por todas as trocas com os profissionais que atuam diretamente com os adolescentes e por poder me inserir, ainda que por um curto período, em um ambiente tão distante da minha realidade, mas ao mesmo tempo, tão caro para a minha vida. De igual maneira, sou imensamente grata a todos os juízes das Varas da Infância e Juventude que autorizaram a realização da minha pesquisa.

Ao meu esposo, Kleber, eu agradeço por dividir comigo o significado de parceria e cuidado, por ter escolhido estar ao meu lado em minha trajetória profissional, por me animar nos momentos difíceis, e por compartilhar os sonhos e a vida comigo. Sou grata pois, sem seu apoio, certamente essa Tese não existiria.

Agradeço aos meus pais, Claudio e Silvia, pelo incentivo a uma educação que não puderam ter, pelos conselhos e afeto nos momentos difíceis, por, mesmo longe, estarem ao meu lado e me apoiarem incondicionalmente. De igual modo, agradeço à Sandra, Luane, Mayla e Marlene que sempre incentivaram meus estudos e, desde 2014, tem acompanhado minha jornada na psicologia. Especialmente, agradeço à minha avó

Guaracy, que possibilitou minha permanência na universidade durante a graduação, e, enquanto lhe foi permitido, acompanhou minha trajetória acadêmica e profissional.

Também sou muito grata a todos os meus amigos, em especial ao André e a Franciana, que estão comigo desde a infância, dividindo os momentos bons e ruins da vida, e a Denise, uma pesquisadora e amiga incrível com quem pude compartilhar a vida dentro e fora da academia. Aos amigos, agradeço porque acredito que nenhuma história é individual, mas construída em uma complexa rede de relações que nos permite subjetivar e crescer a cada dia.

Ao meu orientador, Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa, agradeço o auxílio durante toda a minha pós-graduação, por acreditar em mim nos momentos em que duvidei da minha capacidade de seguir em frente, por me proporcionar diversas experiências significativas na área acadêmica e por ser minha principal referência de docente, aquele em quem me espelho em minha vida profissional. Também agradeço por me apresentar a Maritza Montero, Martín-Baró e tantos outros autores que expandiram meu universo e fizeram meus olhos brilharem.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Psicologia da UFSCar, e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, por todo o conhecimento compartilhado e por despertarem em mim a curiosidade de aprender cada vez mais sobre ciência, psicologia e direitos humanos. Ao Juan, secretário do PPGPsi, agradeço por todo acolhimento, paciência e carinho durante todos esses anos.

Também agradeço o privilégio de ter sido docente no ensino superior. Apesar de desafiadores, sou muito grata pelos momentos que me fizeram ter a certeza de que eu sou apaixonada por essa carreira. Agradeço por ministrar as disciplinas de Psicologia Social e Psicologia Comunitária (que me dão esperança de um amanhã melhor), por todos os

alunos que eu orientei, tanto em pesquisas quanto nos estágios, por me ensinarem a ensinar, pelas conversas, trocas e risadas, provando que a vida acadêmica pode ser mais leve e sensível.

Finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES eu agradeço a viabilização deste estudo por meio do financiamento da pesquisa. Agradeço, ainda, por contribuir com minha formação enquanto pesquisadora desde o ano de 2018.

## Sumário

<b>Resumo</b> .....	<b>11</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>12</b>
<b>Resumen</b> .....	<b>13</b>
<b>Lista de Anexos</b> .....	<b>14</b>
<b>Lista de Tabelas</b> .....	<b>15</b>
<b>Lista de Figuras</b> .....	<b>16</b>
<b>Lista de Siglas</b> .....	<b>17</b>
<b>Apresentação: Uma ciência que tem nome</b> .....	<b>18</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1 - Adolescência, socioeducação e políticas públicas: uma análise crítica na perspectiva da psicologia social comunitária</b> .....	<b>24</b>
<i>O capitalismo e as origens da psicologia burguesa</i> .....	24
<i>A psicologia social e seu movimento dialético</i> .....	28
<i>Surgimento e diferenciação da psicologia comunitária</i> .....	31
<i>O psiquismo e o adoecimento social no sistema capitalista</i> .....	33
<i>A pluralidade da adolescência contemporânea e as transformações conceituais no campo da psicologia</i> .....	37
<i>Breves apontamentos sobre a história da adolescência</i> .....	37
<i>A adolescência nas teorias do desenvolvimento</i> .....	40
<i>Adolescência, vulnerabilidade e saúde mental</i> .....	43
<i>Adolescência, estado e políticas públicas: a construção do “menor” e as políticas de socioeducação</i> .....	47
<i>Um resgate do surgimento das políticas públicas no Brasil</i> .....	47
<i>As políticas para adolescentes em conflito com a lei</i> .....	51
<i>O perfil do adolescente que confronta a lei e a prática de atos infracionais</i> .....	63
<b>CAPÍTULO 2 - Contextualização do campo investigativo e do acesso aos adolescentes</b> .....	<b>67</b>
<b>Metodologia</b> .....	<b>67</b>
<i>Princípios epistemológicos e desenho da pesquisa</i> .....	67
<i>Instituição e critérios de inclusão das unidades</i> .....	68
<i>Procedimentos</i> .....	69
<b>CAPÍTULO 3 - O cenário socioeducativo: a adolescência e as práticas significativas no contexto de privação de liberdade.</b> .....	<b>73</b>

<i>Participantes</i> .....	73
<i>Instrumentos e materiais</i> .....	74
<i>Procedimento</i> .....	75
<i>Análise de dados</i> .....	78
<b>Resultados</b> .....	<b>78</b>
<i>Cumprimento de medidas socioeducativas</i> .....	81
<i>Atividades laborais desempenhadas pelos participantes</i> .....	84
<i>Educação e profissionalização</i> .....	86
<i>Profissionais e as práticas significativas relatadas pelos adolescentes</i> .....	89
<b>Discussão</b> .....	<b>95</b>
<b>CAPÍTULO 4 - Entre o muro e o horizonte: práticas profissionais significativas, cumprimento da medida e perspectivas de futuro na percepção de adolescentes privados de liberdade</b> .....	<b>101</b>
<i>Participantes e local</i> .....	101
<i>Instrumentos e materiais</i> .....	103
<i>Procedimentos</i> .....	104
<i>Análise de dados</i> .....	106
<b>Resultados</b> .....	<b>108</b>
<i>Síntese do histórico dos participantes</i> .....	109
<i>Experiências significativas nas unidades e suporte recebido</i> .....	116
<i>Práticas consideradas um modelo a ser seguido</i> .....	122
<i>Rotina e possibilidade de aprimoramento do serviço</i> .....	125
<b>Discussão</b> .....	<b>128</b>
<b>CAPÍTULO 5 - O fazer e o transformar: práticas significativas e o olhar dos profissionais sobre desafios e possibilidades na socioeducação</b> .....	<b>135</b>
<i>Participantes e local de coleta dos dados</i> .....	135
<i>Instrumentos</i> .....	136
<i>Procedimentos</i> .....	137
<i>Análise dos dados</i> .....	139
<b>Resultados</b> .....	<b>140</b>
<i>Caracterização sociodemográfica, formação e atuação profissional</i> .....	140
<i>Crenças e concepções que fundamentam a atuação profissional</i> .....	147
<i>Perspectivas sobre o trabalho desenvolvido e mudanças nas políticas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei</i> .....	155

<b>Discussão .....</b>	<b>160</b>
<b>CAPÍTULO 6 - Considerações finais.....</b>	<b>167</b>
<b>Referências .....</b>	<b>172</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>192</b>

Rico, A. S. (2025). *Práticas significativas no atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação: Uma análise a partir da realidade do Estado de São Paulo* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de São Carlos.

## RESUMO

Partindo da linha argumentativa que os estudos realizados na temática da socioeducação têm focado nos aspectos contraproducentes das medidas, sendo necessárias pesquisas que visem as práticas significativas, que possam contribuir com o aprimoramento do serviço, o objetivo desta pesquisa foi analisar, a partir da indicação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em privação de liberdade na Fundação CASA, quais são os profissionais, as práticas significativas e as concepções teórico-metodológicas que fundamentam os atendimentos destes grupos nos espaços institucionais. A abordagem epistemológica adotada nesta investigação esteve em consonância com autores da Psicologia Social Comunitária. Foram realizados três estudos cujos recortes são qualitativos, exploratórios-descritivos — e com delineamento transversal. Participaram do estudo 202 adolescentes que cumpriam medida de internação, que responderam a um questionário, indicando, entre outras coisas, um profissional cujas ações faziam a diferença na vida dos adolescentes e os ajudavam a lidarem com as adversidades decorrentes do ato infracional e da medida de internação. Em seguida, foram entrevistados os dois profissionais mais citados de cada unidade (totalizando 10 participantes) e dois adolescentes que citaram os profissionais (24 adolescentes). Os resultados evidenciaram que as práticas significativas para os adolescentes não estavam pautadas em metodologias científicas de intervenção, mas eram relacionadas ao acolhimento e tratamento cordial. Ainda, foram identificados diversos desafios para a atuação dos profissionais, como superlotação das unidades, dificuldade na articulação do trabalho com outras instituições da rede de proteção e falta de recursos humanos e materiais. Já os adolescentes apontaram como significativas práticas como conversas e conselhos, além de práticas esperadas de algumas profissões. Considerando o histórico de múltiplas violações de direitos a que os adolescentes foram submetidos é esperado que o suporte emocional, tratamento respeitoso, elogios e conselhos sobre perspectivas futuras sejam entendidas como significativas para auxiliar no cumprimento da medida, ainda que não se tenha evidências de que tais ações tenham impacto significativo para uma mudança na trajetória infracional. Para tanto, é recomendada a realização de estudos focados no impacto dessas práticas após o cumprimento da medida, além de intervenções psicossociais que considerem as necessidades dos adolescentes antes, durante e, especialmente, pós-medida, garantindo acesso a políticas públicas e condições de desenvolvimento que possibilitem a reflexão e criticidade diante do contexto político, social e econômico em que se submetiam esses adolescentes.

**Palavras-chave:** Adolescência; Medida Socioeducativas; Internação; Intervenções Psicossociais; Práticas significativas.

Rico, A. S. (2025). *Significant practices in the care of adolescents serving institutional socioeducational measures: An analysis based on the reality of the State of São Paulo* [Doctoral thesis]. Universidade Federal de São Carlos.

## ABSTRACT

Starting from the argumentative premise that studies conducted on the topic of socio-educational measures have focused on the counterproductive aspects of the measures, thus necessitating research aimed at significant practices that can contribute to service improvement, the objective of this research was to analyze, based on the indication of adolescents serving socio-educational measures of deprivation of liberty at Fundação CASA, which professionals, significant practices, and theoretical-methodological conceptions underpin the services provided to these groups in institutional settings. The epistemological approach adopted in this investigation was consistent with authors in Community Social Psychology. Three studies were conducted, utilizing qualitative, descriptive-exploratory designs with a cross-sectional approach. The study involved 202 adolescents serving institutional placement measures, who responded to a questionnaire, indicating, among other things, a professional whose actions made a difference in their lives and helped them cope with the adversities resulting from the infraction and the institutional placement measure. Subsequently, the two most frequently mentioned professionals from each unit (totaling 10 participants) and two adolescents who cited these professionals (24 adolescents) were interviewed. The results highlighted that the practices considered significant by adolescents were not based on scientific intervention methodologies but were related to welcoming/care and cordial treatment. Furthermore, several challenges to professional performance were identified, such as unit overcrowding, difficulty in articulating work with other institutions in the protection network, and a lack of human and material resources. Adolescents, on the other hand, pointed to practices such as conversations and advice, in addition to practices expected from certain professions, as significant. Considering the history of multiple rights violations to which the adolescents have been subjected, it is expected that emotional support, respectful treatment, praise, and advice on life change are understood as significant in assisting with the fulfillment of the measure, even though there is no evidence that such actions have a significant impact on a change in the trajectory of delinquency. Therefore, the recommendation is to conduct studies focused on the impact of these practices after the fulfillment of the measure, in addition to psychosocial interventions that consider the adolescents' needs before, during, and especially post-measure, ensuring access to public policies and development conditions that enable reflection and criticality regarding the political, social, and economic context in which these adolescents are subjectivated.

**Keywords:** Adolescence; Socio-educational Measures; Internment; Psychosocial Interventions; Significant Practices.

Rico, A. S. (2025). *Prácticas significativas en la atención de adolescentes que cumplen medidas socioeducativas de internamiento: Un análisis a partir de la realidad del Estado de São Paulo* [Tesis de doctorado]. Universidade Federal de São Carlos.

## RESUMEN

Partiendo de la línea argumentativa de que los estudios realizados en la temática de la socioeducación se han centrado en los aspectos contraproducentes de las medidas, siendo necesarias investigaciones que se orienten a las prácticas significativas, que puedan contribuir con la mejora del servicio, el objetivo de esta investigación fue analizar, a partir de la indicación de adolescentes que cumplen medidas socioeducativas en privación de libertad en la Fundación CASA, cuáles son los profesionales, las prácticas significativas y las concepciones teórico-metodológicas que fundamentan las atenciones de estos grupos en los espacios institucionales. El enfoque epistemológico adoptado en esta investigación estuvo en consonancia con autores de la Psicología Social Comunitaria. Se realizaron tres estudios cuyos recortes son cualitativos, descriptivo-exploratorios y con diseño transversal. Participaron del estudio 202 adolescentes que cumplían la medida de internamiento, quienes respondieron a un cuestionario, indicando, entre otras cosas, un profesional cuyas acciones marcaban la diferencia en la vida de los adolescentes y les ayudaban a afrontar las adversidades derivadas del acto infractor y de la medida de internamiento. A continuación, fueron entrevistados los dos profesionales más citados de cada unidad (totalizando 10 participantes) y dos adolescentes que citaron a los profesionales (24 adolescentes). Los resultados evidenciaron que las prácticas significativas para los adolescentes no estaban basadas en metodologías científicas de intervención, sino que estaban relacionadas con la acogida y el trato cordial. Además, se identificaron diversos desafíos para la actuación de los profesionales, como la superpoblación de las unidades, la dificultad en la articulación del trabajo con otras instituciones de la red de protección y la falta de recursos humanos y materiales. En contraste, los adolescentes señalaron como significativas prácticas como conversaciones y consejos, además de prácticas esperadas de algunas profesiones. Considerando el historial de múltiples violaciones de derechos a que los adolescentes fueron sometidos, es esperado que el apoyo emocional, el tratamiento respetuoso, los elogios y los consejos sobre el cambio de vida sean entendidos como significativos para auxiliar en el cumplimiento de la medida, aun cuando no se tengan evidencias de que tales acciones tengan un impacto significativo para un cambio en la trayectoria infraccional. Por lo tanto, se recomienda la realización de estudios centrados en el impacto de estas prácticas tras el cumplimiento de la medida, además de intervenciones psicosociales que consideren las necesidades de los adolescentes antes, durante y, especialmente, post-medida, garantizando acceso a políticas públicas y condiciones de desarrollo que posibiliten la reflexión y la criticidad ante el contexto político, social y económico en el que se sujetivan estos adolescentes.

**Palabras-clave:** Adolescencia; Medidas socioeducativas; Internamiento; Intervenciones psicosociales; Prácticas significativas.

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo A – Aprovação da pesquisa pela UniCASA

Anexo B – Aprovação da pesquisa pelo CEP- UFSCar

Anexo C – Questionário: práticas exitosas nas unidades de internação

Anexo D – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

Anexo E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Diretores das unidades)

Anexo F – Roteiro de Entrevista para os adolescentes

Anexo G – Roteiro de Entrevista para os profissionais

Anexo H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Profissionais)

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Processo de autorização judicial das unidades participantes do estudo
- Tabela 2** – Ato infracional e cumprimento de medidas socioeducativas pelas participantes da unidade de internação feminina
- Tabela 3** – Caracterização dos participantes
- Tabela 4** – Descrição das fases realizadas na Análise Temática de Braun e Clarke
- Tabela 5** – Caracterização dos profissionais entrevistados
- Tabela 6** – Formação e atuação profissional dos participantes
- Tabela 7** – Temáticas mais trabalhadas com os adolescentes

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** – Porcentagem étnico-racial de adolescentes participantes do estudo

**Figura 2** – Distribuição dos participantes por idade

**Figura 3** – Quantidade e natureza de atos infracionais cometidos pelos participantes

**Figura 4** – Porcentagem de cumprimento de medidas socioeducativas

**Figura 5** – Tipo de trabalho realizado pelos adolescentes

**Figura 6** – Cursos profissionalizantes feitos durante a medida de internação

**Figura 7** – Motivos que levaram à escolha do profissional

**Figura 8** – Relações vivenciadas com os profissionais

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

LA – Liberdade Assistida

PHC – Psicologia Histórico-Cultural

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## **Apresentação: Uma ciência que tem nome**

Durante toda minha trajetória acadêmica sempre fui cercada da ideia de neutralidade científica, expressa na escrita impessoal, em estudos que são reconhecidos somente quando são publicados, e em pesquisadores que comumente tem sua identidade representada pelo sobrenome e ano de publicação. Contudo, sempre imaginei quem seriam aquelas pessoas, o que as havia motivado para escolher aquele tema, quais vivências contribuíram para a sua formação, e, a maior de todas as curiosidades: se aquelas pessoas realmente praticavam o que escreviam nas publicações, sobretudo quando se tratava de textos críticos ao sistema brutal em que estamos inseridos.

Sem a pretensão de querer modificar o universo científico, reservo essas páginas para uma pequena apresentação pessoal (que também é uma apresentação ao tema deste estudo), por acreditar que a ciência não é uma entidade metafísica, mas fruto do trabalho diário de pessoas que pensam, sentem, transitam nas ruas, possuem famílias e amigos, adoecem... Enfim, pessoas reais!

Minha história com a Psicologia é também uma história de descobertas sobre a minha identidade. Foi a partir do estudo que eu me descobri uma pessoa negra, que eu comecei a pensar no que era, de fato, ser mulher, e, especialmente, passei a compreender minha classe social. E, diante de todas essas descobertas, comecei a refletir sobre o meu passado e os desejos para o futuro, e foi nesse momento que despertou o meu interesse na socioeducação.

Revisitando os anos de ensino básico, percebi que a socioeducação sempre esteve presente em minha vida e eu apenas não sabia a complexidade desse tema. Eu havia convivido durante muitos anos com adolescentes que cometiam atos infracionais. Àquela

época, a cultura do “dinheiro a qualquer custo” já unia, de alguma maneira minha história com as deles.

Comecei a investigar a socioeducação pautada em muitas dúvidas e porquês, visando compreender esse universo complexo a partir de uma perspectiva crítica e histórica. Enquanto escrevia meu projeto de mestrado, me aproximei da psicologia social, mais especificamente da Psicologia Comunitária, e, desde então, meu mundo se expandiu.

Compreendi que não existem ações descontextualizadas, que as relações nunca podem ser enxergadas a partir da simplificação e do reducionismo, que a humanidade neocontemporânea, como já afirmou Engels, é formada de seres culturais e muito distantes dos seres puramente biológicos que originaram a nossa espécie. Também entendi que as relações de poder, sobretudo a exploração humana, acarretam um adoecimento social generalizado, e dentre muitas patologias sociais, eu busquei compreender a violência.

A partir dessa perspectiva, a socioeducação não é compreendida somente como um sistema ou conjunto de instituições que responsabilizam adolescentes que cometeram algum ato infracional. Mas trata-se de um fenômeno que envolve toda a sociedade: a violência a que esses adolescentes são continuamente expostos até mesmo antes de seu nascimento. Violência e negligência estatal, estigmatização, exploração do trabalho infantil, falta de acesso a saúde, educação, cultura e lazer, extermínio massivo consentido pelo Estado e pela população, entre outros, são exemplos dos muitos fatores que permeiam a socioeducação.

É claro que a socioeducação também é formada por instituições, políticas, e, principalmente por pessoas que se relacionam cotidianamente. E foi nessas relações que eu encontrei o objeto de pesquisa dessa Tese, a partir da curiosidade e urgência de

investigar quais eram as práticas significativas para esses adolescentes, aquelas que tinham o potencial reflexivo, crítico e emancipatório.

Diante desse questionamento, realizei meu estudo nas unidades socioeducativas de internação, por compreender que essa medida seria onde os adolescentes mais se relacionariam cotidianamente com os profissionais. A coleta de dados foi muito desafiadora desde o início, quando começaram as primeiras negativas judiciais para a realização do estudo. A conciliação de tempo entre a docência e o doutorado também não foi simples, e eu tive que abdicar de férias, lua de mel, tempo para estruturar a minha recente família, entre muitas coisas, e sou muito grata a todos que me acompanharam nessa jornada para não perder o que eu considero o mínimo de sanidade mental.

Longe de romantizar o trabalho excessivo e a exaustão, penso que cada minuto dessa coleta de dados valeu muito a pena. Foram muitas vivências com os adolescentes e profissionais, muita conversa trocada e muito aprendizado para mim. A partir dessa vivência tirei não somente dados empíricos, mas um amadurecimento pessoal e profissional que me possibilitou olhar a vida sob outra perspectiva.

Foram tantas experiências que, mesmo esta Tese estando organizada em formato de capítulos, não seria possível relatar, tampouco conectar em uma linguagem acadêmica, o turbilhão de sentimentos e pensamentos que me vêm à tona quando penso nesses dois anos viajando pelo estado de São Paulo em busca das práticas significativas para os adolescentes. Mas espero, sinceramente, que as leitoras e leitores dessa Tese possam conhecer não somente a socioeducação, mas pensar nos meninos e meninas, com histórias complexas particulares, que ao mesmo tempo, se tornam uma triste estatística no Brasil. Que eles possam ter vez e voz para além do ato infracional.

## Introdução

Adolescentes que cumprem de medidas socioeducativas tem sido tema de diversos estudos na área da psicologia, especialmente a partir do estabelecimento da responsabilização no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Desde então, os questionamentos mais diversos foram feitos a respeito dessa população, incluindo os fatores que contribuíam para o cometimento de atos infracionais, o contexto em que viviam e até mesmo especulações sobre seus cérebros e funcionamento cognitivo.

Ainda, sob a ótica das abordagens contextuais, foi de interesse investigar também a dinâmica das instituições envolvidas na execução das medidas socioeducativas, como as unidades de internação e semiliberdade, tendo em vista que a estadia prolongada nesses locais teria o potencial de impactar o desenvolvimento dos adolescentes. Somado a isso, em uma perspectiva crítica, é inconcebível compreender o universo da socioeducação sem antes verificar como ocorrem as relações estabelecidas entre os adolescentes e seus pares, suas famílias, sua comunidade e com os profissionais que atuam cotidianamente nas unidades socioeducativas.

Partindo do pressuposto de que a relação estabelecida entre os adolescentes e profissionais atuantes nas unidades de internação impactam significativamente na vida e na trajetória infracional, este estudo teve como objetivo **investigar quais são práticas profissionais que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação consideram significativas para suas vidas**. Ainda, buscou-se **verificar a natureza dessas práticas, ou seja, se estão pautadas em preceitos científicos, teóricos e metodológicos provenientes da formação acadêmica ou continuada dos profissionais**.

Para tanto, foram realizados três estudos, estando esta Tese dividida em seis capítulos. O Capítulo 1, intitulado “*Adolescência, socioeducação e políticas públicas*:

*uma análise crítica na perspectiva da psicologia social comunitária*” propõe uma reflexão sobre as diferentes compreensões de adolescência, desde os teóricos tradicionais do desenvolvimento humano até a compreensão da psicologia social. São destacadas as políticas de garantia de direitos dessa população, bem como os processos de marginalização, especialmente de alguns grupos de adolescentes historicamente tidos como “menores”. Sob a perspectiva da psicologia social comunitária, é possível analisar esses processos de exclusão social e seus impactos subjetivos de maneira crítica, considerando as relações estabelecidas cotidianamente e a vivência em um sistema econômico e político desigual.

No segundo Capítulo, denominado “*Contextualização do campo investigativo e do acesso aos adolescentes*”, é apresentada a metodologia geral da pesquisa e procedimentos adotados para a realização da coleta. Já no terceiro Capítulo, intitulado “*O cenário socioeducativo: A adolescência e as práticas significativas no contexto de privação de liberdade*” investigou, na perspectiva de adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação, quais eram os profissionais com quem mantinham relações significativas, sendo considerados como exemplos a serem seguidos. Ainda, averiguou-se as características sociodemográficas dos participantes, como raça, idade, relação com o trabalho e estudo, discutindo aspectos sociais que auxiliam na compreensão sobre quem é o adolescente sistematicamente responsabilizado pelo cometimento de atos infracionais.

A partir das indicações dos adolescentes encontradas no Capítulo 3, foram realizados os estudos descritos nos Capítulos 4 e 5. O Capítulo 4, intitulado “*Entre o muro e o horizonte: práticas profissionais significativas, cumprimento da medida e perspectivas de futuro na percepção de adolescentes privados de liberdade*” teve como objetivo avaliar a natureza da relação mantida com o profissional, a percepção de suporte recebido e o impacto desse profissional na vida dos adolescentes. Para tanto, foi aplicada

uma entrevista semiestruturada em 24 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação no estado de São Paulo.

Já o Capítulo 5, denominado “*O fazer e o transformar: práticas significativas e o olhar dos profissionais sobre desafios e possibilidades na socioeducação*” teve como objetivo investigar a trajetória formativa do profissional cujas práticas foram consideradas significativas para os adolescentes, bem como sua compreensão acerca da adolescência, do trabalho realizado, das políticas de garantia de direitos e das relações comunitárias estabelecidas pelos adolescentes atendidos.

Após a apresentação do Capítulo 5, foi feita uma discussão integrativa da Tese (Capítulo 6), buscando responder aos objetivos e ampliar a compreensão sobre as práticas significativas realizadas dentro das unidades de internação e seu impacto na vida dos adolescentes. Nessa sessão, também estão descritas as limitações e potencialidades do estudo, além de um convite à ampliação das pesquisas realizadas na área, sobretudo a partir de uma perspectiva crítica do fenômeno.

Sem a pretensão de mudar o sistema socioeducativo, mas com o compromisso de dar voz aos adolescentes, espero que este estudo traga uma reflexão aos leitores, para além do ato infracional, para que possam ser repensadas as possibilidades de atuação, visando o aprimoramento da socioeducação. Boa leitura!

## CAPÍTULO 1

### **Adolescência, socioeducação e políticas públicas: uma análise crítica na perspectiva da psicologia social comunitária**

#### *O capitalismo e as origens da psicologia burguesa*

O modelo tradicional de ciência, no qual está posta a psicologia, tem o seu surgimento marcado por diversas transformações políticas e sociais ocorridas no continente europeu a partir do século XV. A exemplo dessas transformações, destaca-se a queda do sistema feudal, a dissolução da hegemonia católica a partir da reforma protestante, a ascensão da burguesia e estabelecimento do sistema capitalista como modelo econômico dominante, e o início dos impérios coloniais, fatos que impactam no cotidiano, especialmente de países latino-americanos, ainda na atualidade (Jacó-Vilela, 2021).

A noção de ciência atravessa a história humana, cabendo a compreensão de como a sociedade se transformou ao longo do tempo. A esse respeito, Engels (1884) discorre que as sociedades primitivas foram marcadas pela transformação da natureza por meio da coleta de recursos, contudo, devido ao excedente desses recursos, sobretudo a partir do descobrimento da agricultura e da pecuária, alguns grupos sociais passaram a acumular cada vez mais, enquanto outros apenas produziam, dando origem à exploração do homem e à divisão de classes.

A fim de garantir o acúmulo de riquezas e a manutenção da exploração de certas classes, foram criados diversos instrumentos de repressão, entre eles, o Estado (representado pela diáde exército e burocracia, e o Direito), que, como pode ser observado

em diversas organizações sociais, favoreceram a divisão de classes, estabelecendo quem poderia participar ativamente das decisões sociais e o papel de cada indivíduo dentro do grupo, além da a escravização de outros povos, da exploração desenfreada de recursos naturais, entre outros (Engels, 1884).

Com o crescente número de escravos, aumentaram também os gastos com o exército e burocratas, que tinham por função controlar os “atos de rebeldia”, fazendo com que os senhores não conseguissem manter o pagamento dos agentes estatais, que, por sua vez, deixaram de servir aos seus senhores, levando a um longo processo de transição para o modelo feudal. A novidade do modelo feudal foi que os servos, diferente dos escravos, ficavam com uma pequena parte daquilo que produziam, o que ocasionou na elaboração de ferramentas e técnicas cada vez mais sofisticadas visando acelerar a produção, e, conseqüentemente, o lucro (Engels, 1884).

Em meio ao excedente populacional e fartura de recursos, abriu-se espaço para o comércio, e, com ele, o surgimento da burguesia. A classe burguesa foi inicialmente composta pelos artesãos e comerciantes, que expandiram seus negócios desenvolvendo rotas comerciais terrestres e marítimas, ocasionando a Revolução Industrial no século XVIII. Esta foi marcada pela queda do sistema feudal e consolidação de duas classes sociais, a saber, a burguesia e o proletariado. Com a expansão do comércio, criou-se a noção de mercado mundial como instância separada dos homens, favorecendo a redução do trabalho à mercadoria em detrimento das necessidades do trabalhador, e o surgimento do sistema capitalista (Engels, 1884).

O surgimento do sistema capitalista como modelo econômico e especialmente de organização social impactou diversas esferas sociais, incluindo a compreensão de ciência. A ideia de “homens livres” e de livre mercado pregada aos trabalhadores, bem como as promessas de enriquecimento a partir do trabalho fizeram com que houvesse uma intensa

migração da classe trabalhadora para os grandes centros de produção. No entanto, essas cidades não possuíam estrutura para comportar um aumento significativo da população, e os “pagamentos” pelo trabalho passaram a não ser mais suficientes para suprir as necessidades da população, resultando em fome, desemprego, falta de moradia, saneamento e diversas outras violações da vida humana (Cancian, 2021).

Diante de um cenário caótico de adoecimento da população, sobretudo da classe trabalhadora, coube ao Estado, enquanto ferramenta de manutenção da burguesia e divisão de classes, oferecer medidas de contenção do descontentamento popular, e foi nesse contexto social e econômico que a ciência se desenvolveu, e, com ela, o olhar dos cientistas. Houve, então, uma mudança paradigmática com a ascensão do positivismo (Cancian, 2021).

O método positivista surgiu em oposição ao metafísico, que explicava a realidade a partir de forças ocultas da natureza ou entidades abstratas. Assim, o positivismo, por ser um método científico e observacional, tinha como premissa o estudo da realidade e sociedade a partir de leis universais, com observações empíricas e experimentos em laboratórios (Cancian, 2021).

E em meio ao pensamento positivista, aliado ao modelo capitalista, surgiram as primeiras grandes correntes psicológicas na Europa. O questionamento acerca da psique humana acompanha a própria história da humanidade, sendo amplamente registrado por filósofos como Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, entre outros. Todavia, a psicologia, enquanto campo científico, é datada do século XIX, principalmente a partir dos estudos de Wilhelm Wundt (Campos, 2015).

Na tentativa de enquadrar a subjetividade humana nos métodos positivistas de estudo, Wundt criou seu primeiro laboratório, no qual investigava fenômenos como a

percepção, pensamento, imaginação e afetividade, utilizando diversas técnicas e instrumentos para a mensuração fisiológica desses processos. Entretanto, o psicólogo alemão concluiu que alguns processos da subjetividade humana só seriam passíveis de estudo por meio do entendimento da história da humanidade e do indivíduo (Campos, 2015).

Em meados do século XIX outras vertentes psicológicas ganharam espaço na Europa e Estados Unidos, como a psicanálise, o cognitivismo e o behaviorismo. Essas abordagens tinham em comum a apropriação de modelos naturalistas, lançando mão de elementos da física, biologia e medicina para entender o comportamento humano e investigar as funções psicológicas, desde os processos mais básicos (como atenção, percepção, memória e motricidade) até as manifestações mais complexas, como as emoções e o adoecimento psicológico, sempre a partir da lógica positivista e capitalista (Torquato, 2014).

Como produto desses modelos psicológicos, houve a ampliação dos manuais diagnósticos, além da ampla aceitação de um humano naturalizado e generalizado, reduzido a processos fisiológicos decorrentes da evolução da espécie (Torquato, 2014). Já os processos de adoecimento psicológico foram entendidos como manifestações puramente individuais, ligadas à desajustes adaptativos, que reforçaram diversos preconceitos e violências historicamente reproduzidas, como a visão de mulheres como seres frágeis e o afastamento daqueles considerados “loucos”.

A esse respeito, Lane (1986) aponta que, nos modelos tradicionais da psicologia, cabia exclusivamente ao indivíduo alcançar uma cura para seu sofrimento, e, nesse processo, muitos elementos da vida cotidiana e questões sociais foram negligenciadas, como a desigualdade socioeconômica, a falta de acesso à direitos fundamentais (como

alimentação, saúde e moradia), a exploração do trabalho, entre outros, que afetavam diretamente a saúde mental dos indivíduos.

### *A psicologia social e seu movimento dialético*

Em meio ao fortalecimento do positivismo enquanto método científico para o estudo do psiquismo humano, surgiram os primeiros estudos intitulados “psicologia social”, que datam de 1908, tratando de uma interface entre a psicologia e a sociologia. Esses estudos eram decorrentes de duas vertentes da psicologia social que se fortaleceu nos Estados Unidos: a psicologia social sociológica e a psicologia social psicológica (Farr, 1988).

A psicologia social psicológica buscava compreender o comportamento dos indivíduos a partir de experimentos em laboratórios de psicologia, pautados em teorias universalistas e generalistas do comportamento humano. Já a psicologia social sociológica priorizou os métodos qualitativos, as pesquisas aplicadas e o entendimento do indivíduo em seu contexto cotidiano (Farr, 1988).

A partir dessas duas vertentes, foram consolidados outros métodos investigativos, como o interacionismo simbólico de Mead, a psicologia social experimental sob influência da Gestalt e do Behaviorismo, os estudos de grupos sociais em seu ambiente natural e as representações sociais, que são apontados por Corga (1998) como as tradições da psicologia social, ainda estudadas nos cursos de psicologia atualmente.

O modelo teórico e metodológico proposto pela psicologia social norte-americana foi amplamente reproduzido na Europa e América-Latina até meados da década de 1960, quando ocorreu a chamada “crise” da psicologia social. Nessa época, as metodologias de

pesquisas em laboratórios tiveram sua validade questionada, tendo em vista que desconsideravam o contexto em que ocorriam os fenômenos subjetivos e sociais, apontando uma necessidade de aproximação das comunidades. Além disso, houve o questionamento do caráter político da psicologia, considerando que diversos países, sobretudo na América Latina, enfrentavam a condição de subalternidade em relação à Europa e Estados Unidos, além de formas de governo ditatoriais, que violavam a maior parte da população (Montero, 2004).

Nesse período de “crise” teórica e metodológica, considerando também as diversas transformações políticas, econômicas e sociais que os países europeus e, principalmente, latino-americanos enfrentavam, a psicologia tradicional foi questionada por favorecer os processos de exclusão ao, desde sua estruturação, conceber o indivíduo como um ser puramente biológico, apartado de uma história. Essa concepção de indivíduo começou a mudar a partir da influência da teoria marxista em algumas vertentes da psicologia social, como a psicologia histórico-cultural, sócio-histórica e a psicologia comunitária, que buscaram compreender os processos psicológicos dentro do contexto material, concreto no qual eles ocorrem (Paiva et al., 2018).

A teoria marxista, embora não se proponha a focar em aspectos psicológicos, traz importantes contribuições para a compreensão de como o indivíduo constitui sua subjetividade a partir da lógica do capital, e como a alienação, processo psicológico decorrente do sistema capitalista, é capaz de produzir adoecimento psíquico. Nos países da América Latina, incluindo o Brasil, a dominação e estabelecimento de colônias norte-americanas e europeias tiveram impactos negativos na constituição da sociedade, sendo necessário tomar como ponto de partida a realidade sociopolítica para se compreender a subjetividade dos indivíduos (Miranda et al., 2018).

Como citado alhures, Marx postulou que a organização social humana sofreu diversas transformações históricas, e, a partir da ascensão do sistema capitalista houve uma mudança paradigmática no entendimento do próprio ser humano. Enquanto nas “sociedades primitivas” os indivíduos viviam em uma relação de troca com a natureza (enquanto o trabalho não era entendido como mais-valia), nas sociedades modernas a exploração dos indivíduos com a finalidade de gerar cada vez mais lucros a uma pequena parcela de pessoas passou a ser muito aceita (Lessa & Tonet, 2011).

Tendo como prerrogativa que a exploração ocorria por forças quase metafísicas (como a variação do “mercado”) e não pela exploração direta do homem pelo homem, somada à ideia de que o trabalho remunerado era o único meio possível de garantir a subsistência da classe operária, o sistema capitalista avançou ainda mais a partir da alienação (Lessa & Tonet, 2011).

Para Marx, a alienação é uma importante ferramenta que transforma os seres humanos em mercadorias, precificando não só o trabalho, mas toda a existência humana. As necessidades humanas passam a ser ditadas conforme as necessidades burguesas e as relações sociais passam a ser vistas como relações de mercado, onde, necessariamente deve haver um ganho para uma das partes. Cria-se a noção de individualização, colocando o ser humano como inimigo da própria espécie, necessitando que se viva em constantes disputas que produzem adoecimento social (Engels, 1988).

Tais contribuições possibilitaram a ampliação do entendimento de como ocorriam os processos, outrora vistos como essencialmente naturais e fisiológicos, a partir da lógica do capital e seus efeitos ao longo da história. Nessa perspectiva, a Psicologia Comunitária tem buscado entender os processos subjetivos enquanto relações dialéticas, ou seja, uma construção que ocorre a partir da interação do indivíduo com seu meio social.

### *Surgimento e diferenciação da psicologia comunitária*

Ao tratar da psicologia comunitária, cabe explicitar a distinção fundamental das práticas norte-americanas e latino-americanas. Nos Estados Unidos, a psicologia comunitária surgiu na década de 60, como um movimento crítico à hegemonia médica da época. Os trabalhos, voltados para o campo da saúde mental, derivaram da prática clínica, carregando, indissolúvelmente, a raiz individualizante dessa prática, estritamente ligada à análise e modificação do comportamento (Prado, 2002; Gonçalves & Portugal, 2016).

Como destaca Montero (2004), buscou-se a ampliação da prática clínica individual, com o objetivo de reduzir os custos dos serviços de atendimento como os hospitais psiquiátricos, que passaram a atender também a população mais pobre. O caráter individualista dessas ações superou a práxis comunitária ao compreender o indivíduo como responsável pelo seu próprio empoderamento e pelas transformações sociais, desconsiderando o contexto político, histórico e social em que os indivíduos estão inseridos, descartando as relações complexas e dialéticas que são construídas com o meio social (Prado, 2002). Já na América Latina, o surgimento da psicologia comunitária foi ligado às críticas ao modelo positivista importado do norte global, que não era capaz de enfrentar os problemas sociais vivenciados pelas maiorias populacionais dos países latino-americanos, culminando na chamada “crise da psicologia social” na década de 70 (Prado, 2002).

Na ótica da psicologia social comunitária, importa diferenciar as condições de vida das populações europeias, norte-americanas e latino-americanas, por serem díspares. A esse respeito, Martín-Baró (1985) salienta que os países latino-americanos possuem uma estrutura política e econômica subdesenvolvida e injusta, que coloca todos os

recursos nacionais no poder de uma minoria burguesa, enquanto a maioria da população vive na miséria e marginalidade. Somado a isso, tem-se como característica regimes políticos autoritários, influenciados por países norte-americanos ou europeus, de caráter militarista, que visa proteger os interesses burgueses em detrimento do bem-estar e liberdade da população.

Nesse contexto, surge a psicologia comunitária, buscando uma aproximação com a comunidade e compromisso político com a liberdade e democracia. Tendo como objeto de estudo o psiquismo humano a partir de sua condição de vida, essa vertente teórica teve como proposta, desde o seu surgimento, a reflexão crítica acerca dos modos de vida da população, sobretudo os grupos marginalizados. Ainda, para além de uma clínica tradicional individual, se focou em intervenções psicossociais e ações voltadas à emancipação popular (Montero, 2006).

No Brasil, a psicologia social comunitária surge a partir da crítica sobre a práxis da psicologia e o papel do psicólogo, diante de um cenário político marcado pelo governo militar e uma maioria da população sem acesso a direitos básicos de existência, durante as décadas de 60. Na busca por estabelecer uma prática teórica e metodologicamente fortalecida, destacou-se nas décadas de 70 e 80 a criação dos Centros Comunitários de Saúde Mental, cujo princípio era o cuidado integral, os trabalhos de alfabetização popular decorrentes da Educação Popular de Paulo Freire, que abriu um campo fértil para a aproximação de comunidades ribeirinhas, trabalhadores rurais e populações marginalizadas, como pessoas em situação de rua e famílias em extrema vulnerabilidade econômica, além da criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) que favoreceu a ampliação da psicologia social comunitária em todo país (Lane, 1996).

Como destaca Montero (2006), o desafio da psicologia comunitária é trabalhar com seres humanos que pensam, são dotados de sentimentos positivos e negativos,

produtos de uma cultura e, ao mesmo tempo, produtores dela, por meio de sua vivência cotidiana. Pessoas que tem distintos interesses e formam complexas redes de relações cotidianas. Adicionalmente, a psicologia social comunitária compreende que os processos de desenvolvimento psicológico e de adoecimento são forjados nas relações sociais, sendo, portanto, inseparáveis das condições históricas, econômicas e culturais em que os sujeitos estão inseridos. Nos países latino-americanos, marcados por estruturas opressoras e por indicadores alarmantes de desigualdade e violência, tais condições repercutem diretamente nas formas de ser, agir e se comportar das populações. Diante disso, esta corrente teórica propõe a construção de uma psicologia contextualizada, que considere a realidade concreta vivida por esses grupos como elemento central para a compreensão dos modos de vida, das subjetividades e das práticas coletivas, rompendo com perspectivas universalistas e descontextualizadas do saber psicológico.

Nessa perspectiva, o indivíduo não é compreendido apenas como um produto da evolução, ou regido a partir de impulsos inconscientes ou de seu comportamento, mas como um ser altamente complexo em estreita relação dialética com a cultura. Ainda, a psicologia comunitária busca romper o método da ciência positivista, compreendendo o indivíduo no meio em que se insere sem perder o rigor e caráter científico. Para tanto, é necessário conhecer a realidade das diferentes culturas, bem como sua história política, econômica e social (Montero, 2006).

### *O psiquismo e o adoecimento social no sistema capitalista*

A tentativa de manter uma hegemonia burguesa no sistema econômico e os resquícios de regimes políticos ditatoriais nos países latino-americanos se expressam nos mais variados âmbitos da vida cotidiana, como nos partidos políticos de extrema direita,

na desigualdade socioeconômica, na violência urbana e social, no preconceito, entre outros. Instituições como a religião, a cultura e a mídia possuem um papel fundamental na criação de um estado de “torpor” nos grupos minoritários, ou seja, um conformismo diante de uma realidade miserável em que a maioria da população dos países latino-americanos se encontra (Martín-Baró,1985).

O fatalismo latino-americano, é o termo utilizado para se referir a um conjunto de comportamentos comumente observados nas camadas populares mais vulneráveis desses países. Esses comportamentos se expressam: 1) no conformismo diante de uma vida de sofrimento predestinada; 2) na passividade frente às mais diversas violações de direitos, repressões e precarização das condições de vida; e 3) na redução da perspectiva de vida ao momento presente, importando somente o “aqui e agora”, partindo do pressuposto que a vida está fora do controle do próprio sujeito (Martín-Baró, 1987). Esse modo de vida fatalista é favorecido por diversas instituições. Por exemplo, a religião suporta a crença de que a vida é predestinada por um Deus alheio ao sofrimento da população, e que, somente após a morte existe a possibilidade da felicidade, desde que sejam cumpridas algumas regras, como os mandamentos bíblicos e costumes adicionais que variam de acordo com a instituição religiosa.

No Brasil essa lógica se expressa nos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (2023) que apontou 86% da população brasileira como declarada cristã. Nesse grupo, em que estão inseridos católicos e evangélicos, tem-se a maioria da população de camadas econômicas vulneráveis e baixa escolaridade, em comparação a outros segmentos religiosos e pessoas sem religião.

Com relação às regras a serem seguidas, estas geralmente são estabelecidas de acordo com a moral concebida por cada instituição religiosa, com valorização do modelo tradicional familiar, do trabalho, independente das condições, dos papéis de gênero e da

obediência ao Estado, que, por sua vez, tem a função de regulação da vida de alguns grupos populacionais como mulheres, negros, pessoas que residem em periferias, entre outros (Martín-Baró, 1987).

A esse respeito, Fraser (1991) destaca que o Estado, na forma de leis e políticas, constitui as relações de gênero, classe, etnia e idade, na medida determina riscos e necessidades atribuídos a essas populações. Esses riscos estabelecem áreas em que não se pode transitar, pessoas de quem se deve manter distância e ações que não devem ser reproduzidas. Já as necessidades são definidas por pessoas que não pertencem e não representam esses grupos populacionais, a partir de uma lógica universalista e assistencialista (burguesa), que contribui para a institucionalização e endossam a necessidade de uma tutela estatal.

Esses ideais corroboram para a manutenção de estigmas e desigualdades entre a população, tendo a mídia função primordial em sua divulgação e manipulação, para que se chegue à população como algo benéfico. É através da mídia que se torna possível difundir a ideia de bem e mal, aliado e inimigo, aquilo que se deve almejar ou temer, bem como de um modelo ideal de vida e saúde, que frequentemente se distancia da realidade objetiva das maiorias populacionais marginalizadas (Martín-Baró, 1987).

Além disso, é importante ressaltar que a violência é parte estruturante da sociedade nos países latino-americanos, tendo em vista que estes países foram marcados, desde sua colonização, pela invasão, aniquilação de povos e culturas pré-existentes, e imposição de costumes eurocêntricos (Martín-Baró, 1988). Essa “cultura de violência” faz com que algumas violações sejam mais socialmente aceitas que outras, a exemplo da violência contra crianças e adolescentes, entendida como práticas educativas.

As instituições políticas e sociais contribuem para difundir a ideia de um inimigo que se deve combater. Esse inimigo é, então, despersonalizado, ou seja, visto como indigno dos direitos de seres humanos, um mero objeto. Protegidas pela impunidade da lei, algumas instituições (e.g. polícia militar, igrejas, entre outras) e, especialmente os grupos economicamente dominantes, eliminam aqueles considerados inimigos (Martín-Baró, 1988). Diante desse cenário, o papel do psicólogo é contribuir para a conscientização das minorias sociais, especialmente àquelas que vivem marginalizadas, cuja vivência destoia das teorias clássicas de desenvolvimento, e que não são contabilizadas no campo científico (Martín-Baró, 1996).

A conscientização, segundo Martín-Baró (1996), promove uma consciência crítica sobre a alienação social, que facilita o desencadeamento de mudanças e o rompimento com o pensamento fatalista. Além disso, ela contribui para a recuperação de uma memória histórica, a partir da qual o indivíduo pode reconhecer seu lugar socialmente imposto, tanto individual quanto coletivamente. E, a partir de uma relação dialética com o psicólogo, pode prospectar seu futuro como um ser ativo em sua própria história.

Apesar de ser uma teoria compatível com a realidade brasileira, a psicologia comunitária ainda é pouco estudada nos cursos de graduação. Isso se deve ao fato da história da psicologia no Brasil ser um reflexo da realidade política e social do país nas décadas de 1960 e 1970 (Alberto et al., 2018). A regulamentação do curso de psicologia se deu em consonância com a regulamentação da profissão de psicólogo em meados da década de 60. Com o plano de expansão das universidades proposto no governo militar, houve um aumento no número de Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e especialmente privadas, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul do país. Esses cursos importaram modelos norte-americanos e europeus, adotando principalmente a psicanálise e o *behaviorismo* como métodos de investigação do comportamento humano, buscando

atender aos ideais desenvolvimentistas e progressistas divulgados pelo governo militar (Alberto et al., 2018)

Com a ascensão dos movimentos populares que faziam oposição ao militarismo e a violência institucionalizada, as vertentes críticas da psicologia passaram a ser discutidas nos cursos de formação, incluindo a psicologia comunitária, e a realidade psicológica da população brasileira passou a ser entendida a partir de sua cultura e dos processos históricos que marcaram o país (Lane, 1984). Isso contribuiu para uma mudança não só na práxis profissional, mas no campo da ciência e do entendimento acerca do desenvolvimento humano, em especial sobre a adolescência e juventude.

### **A pluralidade da adolescência contemporânea e as transformações conceituais no campo da psicologia**

#### *Breves apontamentos sobre a história da adolescência*

A palavra adolescência é decorrente do termo latim *adolescere*, que significa crescimento, e foi utilizada pela primeira vez na língua inglesa no século XV para se referir a homens de 14 a 21 anos e mulheres de 12 a 21 anos (Piletti, 2021). Embora seja considerada uma etapa do desenvolvimento estudada muito recentemente, a história da adolescência enquanto constructo social remonta à pré-história.

Em resgate histórico sobre a adolescência, Davim (2009) aponta um “choque de gerações” relatado em inscrições mesopotâmicas do século XVII antes de Cristo, marcado por lamentos e insatisfações dos mais velhos com os mais jovens. Ainda na antiguidade, nos impérios Grego e Romano, aos sete anos, as crianças passavam por uma espécie de ritual de adaptação à civilização, sendo atribuídos mentores adultos que lhes educavam com treinamento físico e mental até que atingissem marcos de maioridade.

Para os meninos, a rotina incluía exercícios físicos e de preparação para batalhas até os 16 anos, quando eram considerados cidadãos aptos a falar nas assembleias. Entre 18 e 20 anos, após passar por rituais que incluíam assassinatos de escravos para as cidades como Esparta, e ingresso na efebria para cidades como Athenas, atingiam seu status de adulto. As meninas também recebiam, entre sete e 15 anos, educação uma educação voltada a afazeres domésticos e preparação do corpo para a maternidade por meio de uma rotina de atividades físicas (Piletti, 2021).

Nos escritos de Platão e Aristóteles também é possível encontrar referências à adolescência semelhantes às concepções consideradas modernas ou contemporâneas, retratando o período como tempestuoso, dotado de fortes emoções, instintivos e pouco civilizado. Em diversos escritos, os autores expressavam queixas relacionadas aos “jovens pupilos”, sobretudo acerca da redenção aos “prazeres”, como a ingestão de álcool e relações sexuais antes da maioridade (Davin, 2009).

Na Idade Média, era propagada a visão de “adulter incomplete”, ou seja, a adolescência não era reconhecida como um período distinto do desenvolvimento. Embora não tenha aprofundado seus estudos na temática da adolescência, o historiador Philippe Ariès (1986) destaca a importância da escola para a distinção dessa população e a população adulta. O autor aponta que os jovens burgueses e clérigos tinham o privilégio do estudo, enquanto as crianças e adolescentes camponeses compartilhavam as atividades de trabalho com os adultos e viviam regidos pelas mesmas regras comunitárias. Mais tarde, na modernidade, o Estado passou a utilizar a escola como instituição reguladora dos modos de vida da população, expandindo o acesso à classe trabalhadora.

Ainda, a divisão de classes escolares, também na Idade Média, permitiu a maior aproximação entre pares da mesma idade, influenciando novas formas de comunicação, estreitamento dos laços afetivos com os semelhantes, além da mudança na própria

estrutura escolar, com a necessidade de adaptação do professor às necessidades de cada faixa etária, culminando não só na distinção do conteúdo ensinado, mas na segregação dos grupos etários (Ariès, 1986).

A Revolução Industrial ocasionou diversas transformações econômicas e sociais na Europa e Estados Unidos, afetando a concepção de família. Com a migração para as cidades e a consolidação do capitalismo, a noção de propriedade privada se tornou central na dinâmica familiar patriarcal. A fim de aumentar os lucros e garantir a manutenção do status, as famílias burguesas passaram a entender a educação como necessária, especialmente no que se referia ao conhecimento tecnológico e científico, endossado pelo Iluminismo (Davin et al., 2009).

Já para a classe trabalhadora, a adolescência passou a ser marcada pelo baixo desempenho no trabalho, em comparação aos adultos. Nessa época também houve uma preocupação do Estado com as taxas de criminalidade, fazendo com que houvesse maior preocupação em manter adolescentes vulneráveis em um espaço controlado, a saber, a escola. Ainda, pensadores como Rousseau retomaram as ideias de Platão e Aristóteles em suas críticas à adolescência, retratando como um período conturbado e instável devido às alterações físicas decorrentes da maturação, mas reconhecendo-a como uma etapa diferente da infância e da vida adulta, colocando o adolescente em um “não lugar”, uma transição tempestuosa entre essas fases da vida (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias & Silvaes, 2010).

Ainda o período pós Revolução Industrial marcou o início da divisão de adolescência como fase do desenvolvimento para a população burguesa, e como fase a ser temida, marcada por “delinquência” para a classe trabalhadora, fazendo com que estudiosos das mais diversas áreas se interessassem por essa população (Moraes & Weinmann, 2020).

Importa destacar que as concepções tradicionais de adolescência retratam, em sua maioria, o funcionamento da sociedade europeia e norte-americana, não podendo, de forma alguma, ser vista como um modelo universal. Como apontam Moraes e Weinmann (2020), em culturas não ocidentais e entre povos originários, a passagem da infância para a vida adulta ocorre a partir de rituais de transição, como a saída da casa dos pais, o casamento, provas de coragem e masculinidade, além de contribuição ativa para a manutenção da comunidade.

#### *A adolescência nas teorias do desenvolvimento*

Como destacado acima, as referências à adolescência estiveram presentes desde a antiguidade, nos costumes populares, na filosofia e na história, contudo, na psicologia, o termo surgiu em 1904 por Stanley Hall, considerado o pioneiro nos estudos com adolescentes e nas definições de adolescência, que era compreendida como um período conturbado e de intensas transformações físicas (Piletti, 2021).

Nas teorias clássicas (ou burguesas) do desenvolvimento, a adolescência tem sido entendida a partir da puberdade, ou seja, um período de aproximadamente dois anos no qual ocorrem drásticas alterações hormonais que causam aumento de peso e estatura, surgimento de pelos no corpo, alteração de voz e amadurecimento dos órgãos sexuais. Contudo, cabe destacar que, apesar de ocorrerem aproximadamente no mesmo período, a puberdade e a adolescência não são sinônimas (Piletti, 2021).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a puberdade diz respeito às transformações fisiológicas que ocorrem entre os 10 e 19 anos de forma generalizada e universal em um processo de maturação normativo e de preparação biológica para a reprodução. Já a adolescência envolve também o desenvolvimento social, com a representação de papéis de gênero e a preparação para o mercado de trabalho (Schoen-

Ferreira, Aznar-Farias & Silvaes, 2010). O Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (1990) corrobora tal compreensão, entendendo, contudo, a adolescência como o período entre 12 e 18 anos incompletos. Embora haja um marco etário no Brasil, as concepções de adolescência vão além da idade, considerando maturação física e cognitiva, além do supracitado desenvolvimento social.

O foco nas particularidades sociais da adolescência é recente nas teorias do desenvolvimento. Na teoria freudiana, por exemplo, é possível encontrar referências à adolescência ligada ao desenvolvimento fisiológico e evolução da espécie, expressa na fase genital de sua teoria. Para o autor, esse período é marcado pelo embate entre os instintos inconscientes que afloram durante o processo de maturação corporal e as normas sociais manifestas pelo superego, causando diversos conflitos internos e questionamento de autoridades e figuras de poder (Piletti, 2021).

Essa perspectiva foi ampliada com os estudos do freudiano Erikson, que, embora não desconsiderasse os processos biológicos, entendia a adolescência como um período marcado pela busca por aceitação social e desenvolvimento da identidade, evidenciando o dilema de identidade *versus* confusão de papéis. Para o autor as relações sociais e o suporte que os adolescentes recebem durante esse período auxiliam na construção da identidade, alterando o estabelecimento de relações afetivas, bem como a percepção sobre capacidades e habilidades de si e dos outros (Piletti, 2021).

O entendimento da adolescência como um “período de crises” tem sido apoiado nas teorias psicanalíticas e vistos como normativos e universais, contudo, outras teorias criticaram tal concepção. A exemplo das teorias comportamentais, como o *behaviorismo* de Skinner, que compreendiam as “crises” a partir da dos conceitos de reforçamento e punição. Segundo o autor, os adolescentes, como quaisquer outros indivíduos, tendem a emitir mais e manter comportamentos que são reforçados (pelos pares, pela família,

comunidade) e diminuir comportamentos que são punidos, como aqueles que causam dor, ou que são socialmente inaceitáveis (Piletti, 2021).

Outras teorias, como a de Piaget, buscaram compreender as transformações cognitivas que ocorrem durante o período da adolescência, que, segundo o autor, são marcadas por um pensamento mais abstrato e reflexivo, maior capacidade de raciocínio e formulação de hipóteses, além de maior capacidade de planejamento e tomada de decisões, que caracterizam um melhor ajustamento social (Piletti, 2021). Entretanto, essas teorias generalistas não são capazes de explicar toda a complexidade da adolescência, que não se restringe à puberdade ou ao desenvolvimento cerebral e de funções elementares, mas compreende uma série de fatores psicossociais complexos e inúmeros desafios que atravessam esse período (Pessoa, 2015).

Tendo como base a teoria marxista e o foco na formação cultural do homem, a Psicologia Histórico-Cultural buscou, desde as proposições de Vigotski, compreender o desenvolvimento humano a partir de uma perspectiva desnaturalizante. De acordo com Leontiev (1978) a evolução da espécie humana acompanha a história social da espécie, na medida em que os homens primitivos se juntaram em grupos e passaram a modificar ativamente a natureza, gerando um impacto direto em seus corpos, cérebros e modos de vida.

Tratando da adolescência nessa perspectiva, Anjos e Duarte (2016) destacam a importância social dessa etapa do desenvolvimento, ressaltando que é durante a adolescência que os indivíduos estreitam a comunicação íntima pessoal, ou seja, reproduzem com seus pares as relações estabelecidas socialmente, formando conceitos sobre a vida, sobre si e os outros. Além disso, é na adolescência que o estudo toma uma centralidade como meio de aquisição de conhecimento científico produzido pela humanidade, e forma de se preparar para o futuro, que se materializa na forma de trabalho.

O trabalho, na perspectiva Histórico-Cultural, é a representação da interação ativa do homem com a natureza, em um movimento dialético de mudanças mútuas. A adolescência representa o período em que os indivíduos estão se preparando para o mercado de trabalho, que, por sua vez é tido como um marco da vida adulta. Contudo, os adolescentes de classes sociais mais baixas frequentemente são submetidos a empregos alienadores, com baixos salários e pouco ou nenhuma possibilidade de crescimento intelectual, além de serem privados do estudo mais precocemente em comparação aos adolescentes de classes sociais mais privilegiadas (Leal & Mascagna, 2016).

A partir dessa breve exposição é possível notar que a psicologia tradicional, mais especificamente a do desenvolvimento, pautada em aportes médicos, entende a adolescência como um período de transformações corporais, instabilidade emocional, baixa tolerância às regras, e alto sofrimento psíquico, patologizando e normalizando ações que são constituintes da subjetividade. A fim de não se reproduzir ideias reducionistas, é necessário que haja um entendimento da adolescência em seu momento histórico, considerando a amplitude de relações estabelecidas pelos adolescentes, os múltiplos contextos em que estão inseridos e as particularidades culturais que determinam diferentes conceitos sobre o tema, podendo-se considerar, não só uma, mas múltiplas adolescências (Coimbra et al., 2005).

#### *Adolescência, vulnerabilidade e saúde mental*

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2022), uma em cada seis pessoas tem entre 10 e 19 anos, e a saúde mental dessa população tem sido alvo de discussões devido a dados alarmantes. Por exemplo, é estimado que os transtornos mentais são responsáveis por 16% da carga de doenças na população adolescente, sendo que na maioria dos casos esses transtornos não são tratados. Além disso, a depressão é

uma das principais causas de incapacidade e o suicídio é a terceira principal causa de morte dessa população.

Já a Unicef (2021) aponta que, uma em cada seis pessoas com idades entre 10 e 19 anos, sofrem de algum transtorno mental no Brasil, sendo os mais prevalentes a depressão e a ansiedade. Ainda, foi verificado que estes transtornos aumentam o risco de suicídio, comportamentos antissociais, abuso de drogas, automutilação, entre outros.

A partir desses dados, fica evidente a necessidade de maior conhecimento dos fatores que influenciam a saúde mental dessa população. Como destaca Avanci e colaboradores (2007), adolescentes que enfrentam estresse familiar, de classes econômicas mais vulneráveis ou que foram vítimas de violência estão mais suscetíveis ao desenvolvimento de transtornos mentais. Já a autoestima, relações positivas na escola e sentido de vida tem sido compreendidos como fatores protetivos ao adoecimento psicológico. Outro fator apontado como tendo influência na saúde mental é o sentimento de pertencimento ao grupo e ajuste social, considerando o pertencimento étnico-racial, territorial, religioso, em ambiente escolar e na comunidade como fatores associados a melhores índices de saúde mental (Lourenço, Speranza & Cid, 2024).

Em um olhar mais detalhado para a adolescência na pós-modernidade, Anjos e colaboradoras (2024) apontam que algumas tradições e ritos importantes para a adolescência, como o convívio familiar e comunitário, têm sido substituídas devido ao uso indiscriminado de tecnologias virtuais como as redes sociais. Para as autoras, as redes sociais podem ser espaços importantes de promoção de saúde mental, na medida em que podem ampliar a comunicação entre os adolescentes e favorecer suporte em situações estressoras. Em contrapartida, os adolescentes são mais suscetíveis a sofrer os impactos negativos da cultura do cancelamento, do modelo de vida idealizado, dos padrões de

beleza e de consumo, favorecendo o adoecimento psicológico por um não-pertencimento ao mundo idealizado.

Já Souza e Paiva (2012) chamam atenção para a necessidade de ampliar as discussões acerca não somente da adolescência, mas da juventude, que não é marcada por faixa etária, mas por complexas transformações na vida dos indivíduos. Para as autoras, a juventude é marcada pela incoerência entre a idealização do jovem e a realidade da população. No campo da idealização, tem-se uma juventude naturalizada, marcada por uma ambiguidade entre responsabilidade e comportamentos irresponsáveis e infantilizados, pela rebeldia e não cumprimento de regras. Contudo, tais concepções universalistas e estigmatizantes são colocadas à prova ao se apresentar a realidade do jovem brasileiro, marcada pela falta de acesso à educação de qualidade, vulnerabilidade econômica, altas taxas de desemprego e falta de oportunidades no mercado de trabalho, além da falta de acesso a recursos básicos como moradia, saúde e alimentação assolando boa parte dessa população invisibilizada (Souza & Paiva, 2012).

Nesse raciocínio, Piletti (2021) aponta que fatores como pobreza, residência em áreas de risco, privação de liberdade ou situação de rua, exploração do trabalho infantil e a violência também estão associados ao desenvolvimento de transtornos mentais, como depressão, ansiedade, comportamentos autolesivos, culpa e solidão. Contudo, diversas vezes, esses fatores são desconsiderados na efetivação de políticas públicas e ações vistas como promotoras de saúde mental.

Essa realidade se expressa nos dados divulgados pela Unicef a respeito das condições socioeconômicas de crianças e adolescentes no Brasil, estimando que cerca de 32 milhões deles vivem em situação de pobreza. Ainda, foi evidenciado que, dentre os principais recursos que essa população não possui acesso, destacam-se saneamento,

renda, informação, educação, moradia e água, condições que são consideradas básicas para a existência humana (Unicef, 2023).

A necessidade de um cuidado integral em saúde para adolescentes foi reconhecida pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2007), tendo como prerrogativas: 1) a adequação dos serviços de saúde às necessidades dos adolescentes, 2) o respeito às características socioeconômicas e territoriais e 3) a participação ativa da população na construção das ações em saúde. Ainda, é apontado que, para que o cuidado integral seja efetivado, são necessárias equipes capacitadas para o atendimento da população, além do conhecimento das características sociodemográficas dos atendidos e constantes ações comunitárias.

Desafortunadamente, a realidade dos adolescentes brasileiros fica muito aquém das prerrogativas de cuidado, com pouco mais da metade dos adolescentes escolares buscando serviços de saúde no país. Esse número diminui ainda mais quando se trata de adolescentes do gênero masculino, negros, residentes em áreas periféricas, populações não heteronormativas, entre outros grupos que ficam à margem da saúde básica (Silva et al., 2019).

Outro fato que se expressa nos dados do Atlas da Violência (Ipea, 2024) é que os adolescentes, sobretudo meninos, negros e residentes de regiões periféricas, são a população com as maiores taxas de homicídio, explicitando uma política de extermínio que espalha o medo cotidiano. A esse respeito, Santos e colaboradores (2012) dialogam que, para essa população, a violência em múltiplos contextos é parte do cotidiano e expressa no tratamento policial, na falta de acesso a políticas públicas, falta de suporte familiar e comunitário, além da falta de espaços de lazer, cultura e recreação para a juventude.

Diante disso, é evidente que a adolescência não pode ser vista como fato dado, considerando que adolescente se desenvolve em uma realidade material, passando por diversas circunstâncias que produzem mudanças bruscas e rupturas na personalidade, necessárias para que haja uma transformação interna e uma transformação da realidade, na medida em que o adolescente vai se apropriando de elementos da cultura, e produzindo novos elementos (Facci, 2004).

Ainda, cabe destacar que o adolescente, em sua vivência cotidiana, transforma a si e ao mundo, utilizando de mediadores e recursos sociais que dispõe. E, apesar de o adolescente ser reconhecido pelas políticas de proteção como um ser de direitos, ativo em seu desenvolvimento, é nítido que a desigualdade no acesso a direitos básicos, especialmente enfrentada por adolescentes da classe trabalhadora no Brasil, possui impactos significativos na subjetivação e na saúde mental (Souza & Paiva, 2012; Pessoa & Coimbra, 2020).

### **Adolescência, estado e políticas públicas: a construção do “menor” e as políticas de socioeducação**

#### *Um resgate do surgimento das políticas públicas no Brasil*

A temática das políticas públicas é permeada pela discussão do papel do Estado como instituição reguladora da vida, cabendo decidir como os cidadãos deverão se comportar, quais serviços e direitos terão acesso, entre outras coisas. A esse respeito, Musseta (2009) pontua que esse papel se consolidou na passagem do Estado Medieval para o Estado Moderno, em que as formas de governo sofreram diversas alterações, passando de um controle autoritário, caracterizado pela “posse” de pessoas, para uma ação regulatória, cuja finalidade é o maior aproveitamento das capacidades dos indivíduos

em prol da manutenção dessa instituição. A autora também ressalta que, com essa mudança, o Estado passou a focar, não mais na obediência por medo da repressão, mas em ações que fossem capazes de garantir a autorregulação, por meio da qual os indivíduos passaram a sentir a necessidade de se ajustar aos modos de vida, sobretudo à lógica neoliberal, a partir de uma ideia fantasiosa de liberdade individual e bem-estar social.

Nessa lógica, o bem-estar diz respeito aos recursos necessários para que a maioria da população continue sendo produtiva sem tecer grandes questionamentos ao Estado, enxergando-o como benéfico. Assim, são criados riscos e necessidades, além de categorias de beneficiários das ações governamentais, que denotam os grupos institucionalizados, ou seja, aqueles que dependem das “benfeitorias” do Estado para garantir sua sobrevivência (Fraser, 1991).

Ações de resistência ao Estado e grupos que não se encaixam plenamente no modo de existência neoliberal são considerados como grupos de “risco”, cabendo a este promover levantamentos de dados sobre essas populações, a fim de verificar onde moram, transitam e se relacionam, para então implementar ações de diferenciação populacional, dividindo e excluindo determinados grupos das políticas de bem-estar. Tal afastamento se legitima na ideia de que determinados grupos populacionais não são “merecedores” de direitos, por serem perigosos, violentos ou representarem uma ameaça ao funcionamento social (Fraser, 1991).

Como destaca Fraser (1991), as necessidades são criadas pelos representantes do Estado, e raras vezes são compatíveis com a realidade da população. Ainda, as ações propostas para sanar essas necessidades (as políticas públicas) não conseguem atingir uma verdadeira efetividade, tendo em vista que não são considerados os modos de vida da população, mas dados superficiais. Assim, as políticas públicas não são criadas para

garantir direitos plenos a toda a população, mas para garantir o mínimo necessário para a existência de uma maioria populacional, visando a produtividade e geração de lucros.

Em um breve resgate da história das políticas de assistência no Brasil, é possível verificar que, até as primeiras décadas do século XX, o Estado possuía uma atuação negligente no que se refere à política assistência social, sendo as principais ações da época realizadas por instituições religiosas, de caráter filantrópico, para pessoas economicamente vulneráveis (Rizzini & Rizzini, 2004; Rizzini 2008).

Essas instituições eram responsáveis por suprir necessidades materiais (como alimentação), e, muitas vezes acolhiam crianças e adolescentes “pobres”, “delinquentes” e abandonados, enquanto ao Estado cabia apenas intervenções pontuais, como em casos de catástrofes e desastres em larga escala, bem como ações institucionais de afastamento social, a exemplo dos manicômios e presídios (Rizzini & Rizzini, 2004; Rizzini, 2008).

Entre 1930 e 1960 o Brasil passou por diversas transformações econômicas e sociais, que culminaram na migração do campo para as cidades e no fortalecimento do pensamento liberal. Nessa época, as políticas que regulavam o trabalho e comércio ganharam espaço no país, enquanto a assistência social permaneceu alheia à “modernização” (Rocha, 2010).

Em 1964, com a ascensão do governo militar, houve uma considerável regressão nas políticas públicas, tendo em vista que essa época foi marcada por forte repressão à liberdade, pouca ou nenhuma dignidade para as classes trabalhadoras, privatizações em massa e esquecimento de direitos humanos fundamentais. E, somente após 1985, com o retorno da democracia, a pauta das políticas públicas foi retomada, e as políticas de assistência social voltaram a ser reivindicadas (Fanai, 1997).

Como apontado por Freitas (1996), a psicologia comunitária teve importante relevância nesse processo, realizando trabalhos com populações invisibilizadas, como comunidades ribeirinhas e famílias em condição de pobreza, buscando promover a autonomia e conscientização. Ainda, diversos psicólogos comunitários participaram ativamente de movimentos sociais reivindicatórios de direitos humanos, como a reforma sanitária e a reformulação da assistência social no Brasil, visando ações não mais paternalistas e filantrópicas, mas emancipatórias e participativas junto à comunidade, sob a premissa da desinstitucionalização.

Ainda hoje, as políticas públicas enfrentam diversos desafios, que variam desde a influência do governo em sua implementação e manutenção até a dificuldade de verificação da eficácia dessas políticas. Sobre a influência do governo nas políticas públicas pode-se citar como exemplo a eleição de Jair Bolsonaro à presidência entre 2018 e 2022, período marcado por intensa investida contra a democracia, propagação de discurso de ódio, políticas de extermínio das minorias e desmonte massivo de políticas públicas, com a extinção de órgãos como o portal da transparência orçamentária, bem como dos ministérios da cultura, desenvolvimento social e agrário, dos direitos humanos, do trabalho e das políticas de igualdade de gênero e racial (Cardoso Júnior, 2019).

Mesmo em governos populistas e considerados de esquerda, as políticas públicas enfrentam dificuldades em sua implementação, caracterizada por uma falta de objetivos claros e desconhecimento da população sobre sua finalidade. Ainda mais preocupante é a avaliação da eficácia dessas políticas, que, muitas vezes não atingem a maioria da população ou não são suficientes para atender às demandas, sobretudo de grupos minoritários e marginalizados (Souza, 2006).

Com relação às políticas voltadas aos adolescentes, estas estão referidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) enquanto ferramentas para a garantia

de direitos como saúde, educação, alimentação, lazer, cultura e participação social, sendo implementadas em ONGs, projetos sociais, espaços municipais e outras instituições. Todavia, essas políticas enfrentam diversos desafios, que variam de falta de recursos humanos capacitados e materiais, até o entendimento das propostas e limites das ações, que, na maioria das vezes, não contam com a participação ativa dos adolescentes em seu planejamento e execução (Barcelos, Vasconcelos & Cohen, 2010).

Isso porque a relação entre adolescência e o Estado (enquanto ferramenta burguesa) é vista de maneira complexa e paradoxal. Por um lado, é amplamente difundida a ideia de que os adolescentes são o futuro da humanidade, sobretudo ao se tratar de força de trabalho. No entanto, a convicção de que a adolescência é um período conturbado e marcado por irresponsabilidade corrobora a concepção de que não é necessário que os adolescentes sejam ouvidos, pois suas vivências são “menos importantes” que as dos adultos.

Como citado anteriormente, as políticas públicas não visam o bem-estar de toda a população, mas, na lógica capitalista, busca o controle de determinados grupos, como é caso dos adolescentes em conflito com a lei. É de interesse estatal o conhecimento demográfico e econômico desses adolescentes, as características familiares e os atos infracionais cometidos, sem dispor de uma avaliação real das condições sócio-históricas em que se desenvolveram esses adolescentes, bem como sobre as violências as quais estiveram expostos durante toda a vida anterior ao ato infracional (Costa & Santos, 2018).

#### *As políticas para adolescentes em conflito com a lei*

Assim como o próprio entendimento de adolescência, as políticas públicas que versam essa população também são recentes, sendo a primeira legislação datada de 1927,

o Código Melo Mattos, que fixou a menor idade em 18 anos incompletos e descrevia, majoritariamente, medidas de proteção e assistência para crianças e adolescentes considerados em “situação irregular” (Zanella & Lara, 2015).

Nesse sentido, as políticas que diziam respeito aos adolescentes versavam sanar um problema para o Estado: a existência de crianças e adolescentes subversivos, que, em seu modo de vida revelam uma resistência à “ordem social”, e em seus comportamentos, evidenciam a negligência e violência a que estão submetidos, deixando o Estado em uma posição desfavorável enquanto instituição mantenedora do “bem-estar” (Llobet et al., 2021).

O termo “menor” tem sido amplamente utilizado com a prerrogativa de se tratar de uma diferenciação etária para se referir a pessoas com idade inferior a 18 anos. Contudo, historicamente, a palavra caracteriza crianças e adolescentes de classes sociais pobres, não brancas, cujo modelo de família foge ao tradicional (incluindo filhos de mães solo, em instituições de acolhimento, entre outros) e os comportamentos são vistos como socialmente perigosos e passíveis de controle estatal (Castro, 2023).

Cabe destacar que, antes do Código Melo Mattos, os adolescentes eram responsabilizados pela vara criminal, e geralmente internados em instituições ou enviados para realizar serviços industriais até completarem a maioridade civil (Zanella & Lara, 2015). Nessa época, os internatos representavam as principais instituições que abrigavam adolescentes, e possuíam uma forte influência das políticas higienistas do século XX, estando em consonância com ideias de extermínio e afastamento comunitário.

O primeiro internato que se tem registro no país é a Escola Quinze de Novembro, fundada em 1899, que abrigava “*menores*”<sup>1</sup> recolhidos pela polícia no estado do Rio de Janeiro. Ressalta-se que, nesta época, a polícia tinha forte influência nas decisões acerca da responsabilização de adolescentes, cabendo aos delegados a decisão do recolhimento e instauração de inquérito junto ao juiz da vara criminal (Vianna, 1999).

A Escola Correccional Quinze de Novembro, e demais instituições que surgiram no século XX tinham como finalidade a punição e afastamento do convívio social, assemelhando-se aos presídios atuais. Em 1902, foi instaurada uma legislação que buscou “reabilitar” os “*menores*”, culminando na ampliação dos recolhidos nas instituições. A partir dessa legislação, passaram a ser recolhidos crianças e adolescentes entre nove e 14 anos, abandonados, órfãos e em situação de rua (Lei nº 947 de 29 de dezembro de 1902).

Então, no ano de 1903, as escolas correccionais mudaram sua nomenclatura para escolas premonitórias, e passaram a ter um trabalho voltado para a de práticas infracionais, por meio da “educação física, profissional e moral”. As atividades passaram a ser focadas no ensino das ciências humanas, exatas e da natureza, assim como na valorização do trabalho, com a finalidade que os adolescentes ali recolhidos se tornassem cidadãos economicamente ativos e contribuintes com o Estado (Decreto nº 4.780 de 02 de março de 1903).

Contudo, os chamados atos corretivos, não foram extintos, pelo contrário, tanto na legislação quanto para os executores dela (como os juízes e delegados), havia o consenso de que os castigos físicos e o cumprimento estrito das regras faziam com que

---

<sup>1</sup> Neste texto foram utilizados termos como “menor” para se referir a adolescentes e “delinquentes”, tratando-se de adolescentes em conflito com a lei, devido à nomenclatura que eram descritos nos textos legislativos da época. Contudo, ressalta-se a importância de esclarecer que o presente trabalho não corrobora com a utilização de tais terminologias, consideradas pejorativas e violentas à população referida.

os adolescentes se tornassem cidadãos de acordo com a moral e bons costumes, trabalhadores e educados (Sousa, 2020).

Na década de 1920 houve algumas mudanças no que tangia à assistência de “*menores*”, como a criação do juizado de menores em 1923, que separou a responsabilização de adolescentes e adultos; a criação dos abrigos para “*menores*”, no mesmo ano, que se referiam a instituições, públicas e privadas, que abrigavam crianças e adolescentes enquanto ocorria o processo judicial de responsabilização, e a ampliação da menoridade de 14 para 18 anos. Ainda, no ano de 1926, houve uma nova ampliação da população recolhida nos internatos, com a destituição do pátrio poder, passando a receber também crianças vítimas de violência intrafamiliar (Sousa, 2020).

Importa destacar que, nesta época, havia uma pressão para que o Estado fosse mais presente nas decisões, sobretudo acerca do destino de crianças e adolescentes, que passou a se concentrar nas deliberações dos juízes de menores. Tais pressões estavam relacionadas ao fato de que não havia regulações efetivas nos internatos em âmbito nacional, abrindo precedentes para uma ampla variedade de estilos de funcionamento, que incluíam a imposição religiosa, abusos físicos, sexuais e psicológicos, falta de escolarização e preparação para o trabalho, entre outros (Vianna, 1999).

Ainda, no Estado brasileiro, as noções de adolescência eram influenciadas pelas concepções norte-americanas, que também contribuíram para a instauração do medo da influência comunista, fazendo com que os internatos servissem de locais de assistência e disciplinação aos necessitados. Assim, o cuidado das crianças e adolescentes passou a ser visto como instrumento de manutenção da ordem social, pois havia o entendimento que essa população era a mais visada no que se referia aos ideais comunistas, especialmente àquelas mais afetadas pela desigualdade do país (Pilotti & Rizzini, 2009).

Como destacado anteriormente, no ano de 1927 houve a criação do primeiro Código de Menores, chamado Código Melo Matos. De acordo com o código, os “menores” eram subdivididos em duas grandes categorias. A primeira dizia respeito aos “menores” abandonados, que compreendia os vadios — aqueles que viviam nas ruas e não estudavam nem trabalhavam, os mendigos, que pediam esmolas, e os libertinos, que praticavam ou promoviam a prostituição. Já a segunda categoria dizia respeito aos “menores delinquentes”, ou contraventores de regras, que eram subdivididos em grupos etários. Este código previa a responsabilização somente para adolescentes de 14 a 18 anos, aplicada de acordo com a análise e entendimento do juiz responsável pelo caso (Zanella & Lara, 2015).

Com o intuito de fiscalizar e regulamentar as instituições responsáveis pelo cuidado de crianças e adolescentes, foi criado durante o governo de Getúlio Vargas, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que, na prática, possuía diversas críticas acerca de desvio de verbas públicas e falta de fiscalização dos serviços, que favoreceu o surgimento de internatos e reformatórios irregulares, marcados por violações de direitos dos adolescentes mandados para esses locais (Sousa, 2020).

Isso porque diversas instituições eram vinculadas ao SAM, por meio de contrato, cabendo ao juiz a determinação do local para o qual seriam enviados crianças e adolescentes. No que se referia aos “menores delinquentes”, estes eram enviados aos já referidos internatos ou aos patronatos agrícolas — instituições em que os adolescentes realizavam trabalhos ligados à agricultura e pecuária. Essas instituições eram subdivididas em: 1) oficiais, como o Patronato Agrícola Venceslau Brás (PAVB), que eram de responsabilidade direta do Estado; 2) Sob contrato, como o Patronato Agrícola Campos Sales, que se referiam a instituições particulares que firmavam contrato com o SAM; 3) as instituições particulares sob contrato *per capita*, para as quais eram pagas pelo

Estado, mensalmente, taxas de estadia para cada adolescente (a exemplo do Instituto Muniz Barreto), e 4) órgãos subconvênidos, que não mantinham um contrato formal de funcionamento com o SAM, como, por exemplo, o Patronato Getúlio Vargas (Sousa, 2020).

As principais críticas ao SAM incluíam a falta de regulamentação dos serviços prestados pelas instituições, que envolviam a contratação de pessoas não qualificadas para a execução do trabalho com os adolescentes, geralmente familiares, amigos e indicações políticas. Ainda, foram apontados desvios de verba pública, além de denúncias de torturas voltadas aos adolescentes internos. Assim, as instituições foram apontadas, na prática, como lugares de controle social, que deixavam de lado o bem-estar e ressocialização dos adolescentes, em detrimento de benefícios econômicos e políticos dos responsáveis pelas instituições (Filho, 1956).

Durante a Ditadura Civil-Militar, as críticas ao SAM se tornaram mais fortes, fomentando a campanha “anti-SAM”, que culminou na criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), assim como as FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), no ano de 1964, durante o governo de Castelo Branco. Para seu sucessor, Emílio Garrastazu Médici, a Febem representava um “milagre” na reformulação das políticas de assistência a crianças e adolescentes, que passaram a ser ainda mais alinhadas com os ideais militares (Miranda, 2016).

A FEBEM era a instância estatal da FUNABEM, e foi implementada nos estados durante os anos seguintes. Representada na mídia como uma mudança revolucionária, a FEBEM ampliou ainda mais a representação da palavra “*menor*”, na medida em que passou a internar adolescentes abandonados pelos pais, com deficiência, empobrecidos e em situação de rua, além de meninos e meninas em conflito com a lei. Todos esses grupos

compunham a classe “*menor*”, cuja nomenclatura representava clara assepsia do restante da população (Brito, 2007).

Além de instituição de afastamento social dos chamados “*menores*”, a Febem reproduziu as repressões dirigidas aos opositores da Ditadura Civil-Militar. Embasadas pela Doutrina de Segurança Nacional, as instituições adotavam uma série de ações de controle e punições, incluindo a falta de alimentos, tortura física e psicológica, falta de condições sanitárias, abusos sexuais, exploração do trabalho infantil, entre outras violações de direitos voltadas aos adolescentes “indisciplinados”. Além disso, durante esse período se intensificou a busca por “possíveis infratores”, que passaram a ser alvos das ações policiais (Miranda, 2016).

Com base no ideal norte americano da Doutrina do Bem-Estar Social, a Funabem se consolidou como uma instituição assistencialista, que se distanciava da garantia de direitos. De acordo com Miranda (2016), essa política beneficiava as organizações políticas e militares, que difundiam a ideia de auxílio aos necessitados, garantindo, assim, a manutenção da forma de governo autoritário sem grandes revoltas populares.

No ano de 1979 foi promulgado o segundo Código de Menores (Lei nº 6.697), durante o governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo. Este Código foi pioneiro na inclusão da terminologia reintegração sociofamiliar, que, em teoria, priorizava a (re)integração do adolescente ao seu contexto após o período de internação (Scisleski et al., 2013).

Embora nos artigos do Código fosse descrita a importância da integração social do adolescente, a prática das unidades de internação seguiam a *Doutrina da Situação Irregular*, incluindo “*menores delinquentes*”, em situação de rua, abandonados, prostituídos, ou provenientes de famílias que viviam em situação de pobreza, sem que

houvesse grandes distinções entre esses grupos (Leite, 2006). Ainda menos distintas eram as torturas sofridas pelos adolescentes nessas instituições, que seguiam silenciosamente.

As punições continuaram sendo aplicadas majoritariamente nos internatos ou reformatórios para adolescentes entre 14 e 18 anos. Para aqueles entre 16 e 18 anos que cometiam uma infração grave poderiam ser aplicadas duas medidas, liberdade vigiada ou detenção. Os jovens entre 18 e 21 anos que cometiam infrações graves eram reclusos em presídios comuns, em celas separadas dos adultos. Finalmente, aos “mendigos”, “vadios” e capoeiras, era aplicada uma medida de trabalho no campo, nas colônias correccionais, variando de 1 a 5 anos, para jovens entre 18 e 21 anos (Zanella & Lara, 2015).

Com o final da era militar no Brasil, a partir de 1985, ocorreram diversas mudanças no pensamento social acerca dos direitos de crianças e adolescentes, principalmente com a retomada das discussões sobre direitos humanos, já convencionadas em âmbito internacional. Como apontado por Saraiva (2010), na *Doutrina da Situação Irregular*, a condição do “menor” era vista como uma patologia social, ou seja, algo a ser controlado e evitado a todo custo. No período pós ditadura, essa doutrina assistencialista e higienista foi substituída pela Doutrina da Proteção Integral, consolidada no ano de 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Brasil, 1990).

A Doutrina de Proteção Integral instituiu, em teoria, a prioridade de cuidado e proteção a crianças e adolescentes, sendo essa responsabilidade compartilhada em diversas esferas, como família, Estado e sociedade civil. Com o ECA também foi definida a compreensão legal de adolescentes, abrangendo pessoas entre 12 e 18 anos incompletos. Ainda, a partir da nova lei, crianças e adolescentes passaram a ser entendidos como cidadãos que possuíam direitos e tinham papel ativo em seu desenvolvimento (Brasil, 1990).

No que tange a responsabilização, foram estabelecidas seis medidas socioeducativas, que variam de acordo com o ato infracional cometido e a capacidade de o adolescente responder por ele. São elas: advertência, reparação de danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, sendo as duas últimas medidas de privação de liberdade (Brasil, 1990).

A advertência é uma medida socioeducativa aplicada para atos infracionais com baixa gravidade, consistindo em alerta verbal dado por uma autoridade judiciária da Vara da Infância e Juventude. Somado a isso, é redigido um termo de advertência, assinado pelo adolescente e seus responsáveis. A reparação de danos é aplicada quando o ato infracional resulta em dano patrimonial, podendo o adolescente ser sentenciado a reparar o dano material ou oferecer compensação que reduza o prejuízo da vítima (Brasil, 1990).

A prestação de serviço à comunidade (PSC) é uma medida socioeducativa que diz respeito à realização, por um período de até seis meses, de trabalho gratuito em instituições comunitárias habilitadas para receber o adolescente, devendo ser executada em contraturno escolar e de acordo com os termos acordados com a autoridade judiciária e a família do adolescente. Já a liberdade assistida (LA) é a última medida prevista para cumprimento em meio aberto, se tratando da inserção do adolescente em programas de educação e profissionalização, além de acompanhamento profissional individualizado para o adolescente e sua família. Essa medida também deve ser cumprida nos dias e horários estabelecidos pela autoridade judiciária, em contraturno das atividades escolares (Brasil, 1990).

O descumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto (como PSC e LA) podem levar à mudança para uma medida restritiva de liberdade, como a internação-sanção, na qual o adolescente passa um período, não maior que três meses, privado de liberdade. No Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) também estão previstas duas

medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, aplicadas a atos infracionais de maior gravidade ou reincidências, a saber, a semiliberdade e a internação.

A semiliberdade é uma medida socioeducativa restritiva, pois nela o adolescente pode desenvolver atividades, sobretudo de escolarização e profissionalização, em contexto comunitário, devendo retornar à instituição responsável pela execução da medida nos dias e horários previamente combinados. Finalmente, na medida de internação, o adolescente permanece privado de liberdade, por um período de até três anos, em instituições que devem garantir acesso a saúde, educação, esporte, lazer e profissionalização (Brasil, 1990).

Tratando-se das medidas de privação de liberdade, as FEBENS foram substituídas por instituições estatais, e, no estado de São Paulo, ficou a cargo da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA). Uma importante mudança paradigmática ocorrida a partir do ECA foi a substituição de práticas punitivas por aquelas de caráter pedagógico, pautadas nos direitos humanos. Entretanto, apesar da mudança na legislação, a falta de clareza acerca do significado de socioeducação permitiu a manutenção de antigas práticas, como a punição física, restrição de alimentação, entre outras (Bisinoto et al., 2015).

Foi somente com a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE (Brasil, 2012) que as instituições de cumprimento de medidas socioeducativas e a equipe mínima necessária para atuar nesses espaços foram regulamentadas. Profissionais da psicologia, pedagogia, assistência social, bem como agentes de apoio socioeducativos (profissionais da segurança) foram contratados para compor o quadro fundamental de profissionais na socioeducação.

Ainda, houve o estabelecimento do número máximo de adolescentes por pavilhão, a parceria com instituições que ofertam cursos profissionalizantes e atividades de cultura e lazer, além da premissa do estreitamento das relações dos profissionais com as famílias dos adolescentes. Também foi reforçada a necessidade da elaboração de um Plano de Atendimento que objetivasse não só o período do cumprimento da medida — que deve estar em consonância com as diretrizes do ECA tendo como premissa os direitos da criança e do adolescente — mas o acompanhamento do retorno do adolescente ao seu contexto comunitário, e as possibilidades reais de transformação da realidade (Brasil, 2012).

Atualmente a socioeducação é entendida como um conjunto de programas, serviços e ações desenvolvidas por meio da articulação entre práticas de cunho educativo, demandas sociais e direitos humanos, cujo objetivo é promover nos adolescentes uma mudança de posicionamento e reflexão, todavia, sem romper com as regras sociais vigentes (Bisinoto et al., 2015).

Todavia, é importante ressaltar que apesar da doutrina de proteção integral, a garantia efetiva de direitos ainda não é parte da realidade de toda a população. Além dos dados sociodemográficos supracitados que evidenciam condições de violação de direitos como saúde, alimentação, educação, moradia, entre outros, as concepções de adolescência dentro das políticas públicas ainda seguem alinhadas a visões naturalistas e estigmatizantes, que tiram essa população de sua condição particular de desenvolvimento e negam direitos como participação social, lazer e cultura por não se responsabilizarem como adultos (Silva & Alberto, 2022).

Para adolescentes em contexto de vulnerabilidade ou em conflito com a lei, as políticas públicas seguem fragmentadas e desarticuladas, marcadas por um trabalho paliativo, mecanizado e não emancipatório. Além disso, as práticas higienistas e

menoristas, de caráter meramente punitivo seguem em evidência, caracterizadas pela culpabilização do adolescente e da família, e pela patologização da pobreza e da adolescência, que produzem e reproduzem ainda mais violência em detrimento de direitos (Silva & Alberto, 2019).

Somado a isso, tem-se o desconhecimento das políticas públicas e do papel de cada profissional que atua no sistema de garantia de direitos, evidenciando a necessidade de constante capacitação, não somente técnica, mas voltadas ao reconhecimento das dimensões políticas e históricas em que estão inseridos (Macêdo & Alberto, 2018).

O sistema socioeducativo, sobretudo as medidas de privação de liberdade estão distantes de ser o modelo ideal quando o assunto é garantia de direitos e educação social. Isso porque a ideia de ressocialização parte do pressuposto de que a causa do ato infracional está intrínseca ao indivíduo que a comete, desconsiderando o contexto no qual o adolescente se desenvolve. Além disso, a privação de liberdade representa um fator de risco ao desenvolvimento do adolescente, na medida em que promove um afastamento social e comunitário prolongado (Miranda & Paiva, 2021).

Ainda, as ações vistas como “educacionais” estão distantes dos modelos críticos e emancipatórios que promovem a reflexão sobre a condição sócio-histórica dos adolescentes e possibilidades efetivas de transformação da realidade. Ao contrário, são observadas práticas de educação pelo trabalho — trabalho mecanizado, acrítico, explorado e cindido do trabalhador — em consonância com as prerrogativas do Código de Menores. Também é amplamente aceita dentro das unidades socioeducativas a educação cristã, baseada nas escrituras bíblicas, como (diversas vezes, única) proposta de mudança de vida e recomeço (Cunha & Paiva, 2016).

Apesar das taxas de reentrada no sistema socioeducativo, sobretudo para cumprimento de medidas de restrição de liberdade, apresentarem uma queda (Brasil, 2019), o questionamento da efetividade das medidas vai além da prática do ato infracional. É sabido que os adolescentes enfrentam diversas violações de direitos, não somente durante o cumprimento das medidas, mas também após, no retorno para a comunidade.

De acordo com o levantamento do Instituto Sou da Paz (2018), os adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas na Fundação CASA relataram enfrentar situações de bullying e violência dos professores em ambiente escolar, falta de emprego, rejeição comunitária, violência policial, entre outras violações ocorridas no período pós medida. Tais relatos refletem uma realidade de exclusão e marginalização, além da criminalização da pobreza, na qual esses adolescentes, após deixarem o sistema socioeducativo, voltam para uma realidade de esquecimento e subalternidade (Bonalume & Jacinto, 2019).

### *O perfil do adolescente que confronta a lei e a prática de atos infracionais*

Não é incomum ver-se na mídia adolescentes que estão envolvidos na prática de atos infracionais sendo retratados como maus, sádicos e irresponsáveis, juntamente com discursos pró-extermínio e de redução da maioria penal (Esteves, Costa & Cal, 2021). Portanto, é necessário conceitualizar quem são esses adolescentes e os diversos fatores que se relacionam à prática do ato infracional no Brasil.

De acordo com o último levantamento do SINASE (Brasil, 2023), um total de 11.556 adolescentes cumpriam medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, sendo a maioria referente à medida de internação. Com relação aos estados,

São Paulo detém o maior número de adolescentes cumprindo esta medida, representando 42,3% do total nacional (4886 adolescentes).

Os atos infracionais mais praticados são roubo e tráfico de drogas, estando alinhados com a literatura que aponta esses atos infracionais, sobretudo o tráfico de drogas, como meios de obtenção de renda. Como apontado por Costa e Barros (2019), o tráfico tem sido visto como uma indústria, contando com complexos processos de plantio, refinamento, venda, pagamento de funcionários, jornadas de trabalho, entre outros. Além disso, é visto como a principal forma de obtenção de renda para garantir a aquisição de bens materiais e o sustento familiar dos adolescentes.

A caracterização sociodemográfica também apresenta uma consistência ao longo dos anos, explicitando a que população é destinada a responsabilização, sobretudo a restrição e privação de liberdade. O mesmo levantamento revelou que 63% dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são pretos ou pardos. Com relação a renda, quase 20% desses adolescentes provém de famílias que recebem até um salário-mínimo mensal, destacando-se que a maior parte das famílias (59%) não possuem renda fixa, o que dificulta ainda mais a elaboração de um panorama real das condições econômicas desses adolescentes (Brasil, 2023).

Tratando-se da saúde integral, foi demonstrado que 1020 adolescentes recebiam atendimento no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ), incluindo nesse grupo adolescentes neuro divergentes e aqueles que sofriam com um ou mais transtornos psicológicos, sem, contudo, haver uma especificidade das condições de saúde mental dos adolescentes. Ainda, 647 adolescentes estavam em atendimento no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas — CAPS AD (Brasil, 2023). Apesar de não haver relação entre o uso abusivo de drogas e o cometimento de atos infracionais, é sabido que o abuso dessas substâncias tem sido relacionado a uma tentativa de fuga do sofrimento, sobretudo

para adolescentes que vivem em contextos violentos ou estressores (Jimenez, Andrade & Bianchini, 2016).

Já o acesso a atendimento médico e odontológico ocorre dentro das unidades de internação, como preconizado pelo SINASE (2012), contudo, fora do sistema socioeducativo os adolescentes denunciam a precariedade do atendimento e falta de acesso a serviços públicos, variáveis que contribuem para o adoecimento (e morte) dessa população (Instituto Sou da Paz, 2018).

As relações familiares são apontadas como fatores de risco e proteção ao ato infracional. Boa parte dos adolescentes privados de liberdade vem de famílias monoparentais, e tem a mãe como figura de confiança. Aproximadamente 17% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação CASA residiam com ambos os genitores, fomentando a importante discussão acerca do abandono paterno e sobrecarga das mulheres. Outro fator apontado é a falta de suporte familiar, sobretudo para os adolescentes que reingressaram no sistema socioeducativo, expresso na escassez ou ausência de visitas, agressões, entre outras violências (Instituto Sou da Paz, 2018).

A relação dos adolescentes internados na Fundação CASA com a escola se constituiu em um fator de risco, com apenas 32% deles matriculados nas instituições de ensino em um período anterior ao cumprimento da medida. Ainda, foi verificada a alta distorção entre idade e série, chegando a 78% para os adolescentes reingressantes no sistema socioeducativo. Os motivos do abandono escolar são diversos, incluindo violência de pares e professores, dificuldade de aprendizagem, necessidade de trabalhar, distância, dificuldade de realizar a matrícula, entre outros (Instituto Sou da Paz, 2018).

A exposição a eventos estressores, como desemprego familiar, violência doméstica, residência em áreas de risco e violência policial também foram apontadas pela

maioria dos adolescentes, chegando a 90% de denúncias de agressão praticadas por policiais civis ou militares em abordagens (Instituto Sou da Paz, 2018).

Esses dados reforçam um processo de exclusão de grupos historicamente considerados perigosos e marginalizados, com um recorte explícito de classe social e raça. A partir dessa análise, fica evidente que as políticas públicas ainda não são suficientes para garantir os direitos dessa população. Como apontado por Miranda e Paiva (2021), os adolescentes criminalizados pelo sistema de justiça são os mesmos que tem seus direitos básicos negados pelo Estado, refletindo o paradoxo constituído pelo sistema capitalista.

Contudo, é possível pensar em estratégias que visem a modificação da realidade do adolescente, considerando que a socialização diz respeito às relações mútuas estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade. O fortalecimento subjetivo do adolescente, considerando seus sentimentos, sua cultura, suas preferências e seu estágio de desenvolvimento se apresenta como uma alternativa possível para a substituição da privação de liberdade, na medida em que promove a apropriação, pelo adolescente, da própria história e do contexto no qual está inserido (Miranda & Paiva, 2021).

## CAPÍTULO 2

### **Contextualização do campo investigativo e do acesso aos adolescentes**

Neste capítulo está descrita a metodologia geral da Tese, abrangendo os princípios epistemológicos que embasaram o estudo, o delineamento da pesquisa, a descrição do local de coleta e os procedimentos adotados para a aprovação da coleta, seleção das unidades e contato com os adolescentes e profissionais participantes do estudo.

### **METODOLOGIA**

#### *Princípios epistemológicos e desenho da pesquisa*

A abordagem teórica adotada na pesquisa está em consonância com estudos da psicologia social comunitária (Baró, 2017), que enfatiza como as questões políticas, econômicas, culturais e sociais constituem o psiquismo e comportamento humano. Parte-se do pressuposto que os pesquisadores, enquanto sujeitos em estreita relação com o campo de estudo, promovem mudanças junto à população-alvo da pesquisa, na medida em que ocorrem transformações mútuas por meio das relações estabelecidas (Montero, 2006).

Nesse sentido, entende-se que a ciência, enquanto um campo do saber, é uma prática que contribui para a regulação da vida, sendo também produtora de subjetividade. Logo, é impossível que o pesquisador adote uma posição de neutralidade e postura apolítica, tendo em vista que são estabelecidas relações dialéticas, modificando o contexto e promovendo uma movimentação na subjetividade, tanto de pesquisador quanto de participantes (Kroeff et al., 2020).

A pesquisa possui um recorte qualitativo, exploratório-descritivo e com delineamento transversal. Esse tipo de abordagem em pesquisa é caracterizado pela

ênfase na descrição e interpretação da realidade, proporcionando ao pesquisador analisar o fenômeno descrito a partir da perspectiva dos próprios participantes (Flick, 2009). Além disso, a abordagem qualitativa tem uma maior adaptabilidade, visto que os instrumentos não são padronizados e estão mais abertos às variáveis que surgem no processo investigativo (Günther, 2006).

### *Instituição e critérios de inclusão das unidades*

A coleta de dados foi realizada na Fundação CASA, instituição responsável pela aplicação de medidas socioeducativas no estado de São Paulo nas modalidades de semiliberdade e internação. A instituição está vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania e oferece atendimentos a adolescentes e jovens, de todos os gêneros, na faixa etária de 12 a 21 anos de idade.

Atualmente, segundo dados obtidos no mapa de Centros de Atendimento da Fundação CASA, disponível no site da instituição ([https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/upload\\_manual/MapaFC.pdf](https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/upload_manual/MapaFC.pdf)), existem 98 unidades de internação e semiliberdade ativas, e, visando a descentralização do atendimento, estas unidades foram subdivididas em oito Divisões Regionais, a saber: Divisão Regional Norte (DRN), Divisão Regional Sudoeste (DRS), Divisão Regional Litoral (DRL), Divisão Regional Oeste (DRO), Divisão Regional Vale do Paraíba (DRVP), Divisão Regional Metropolitana de Campinas (DRMC), Divisão Regional Metropolitana Sudeste (DRMSE) e Divisão Regional Metropolitana Noroeste (DRMNO). Dada a quantidade de unidades espalhadas pelo estado, a inviabilidade orçamentária e a provável saturação de conteúdos evocados nas entrevistas, optou-se, inicialmente, pela definição de critérios de inclusão das instituições selecionadas para o estudo, da seguinte forma: 1) deveria ser

incluída uma unidade de cada divisão regional; 2) a unidade participante deveria ser definida a partir de um sorteio aleatório.

Contudo, a coleta só foi possível em 5 das oito Divisões Regionais, devido à proibição da pesquisa pelas comarcas da Vara da Infância e Juventude de três cidades da DRL, três cidades da DRMC e três cidades da DRVP. O indeferimento da pesquisa nas comarcas também influenciou negativamente o processo de seleção das unidades, que passaram a ser indicadas pela Fundação CASA e por profissionais que mantinham contato com as Varas da Infância e Juventude de algumas cidades, com o intuito de viabilizar a realização do estudo.

### *Procedimentos*

O estudo foi enviado para apreciação da Universidade Corporativa da Fundação CASA (UniCASA), setor responsável por avaliar a viabilidade da realização de pesquisas dentro da instituição. Após aprovação da UniCASA (Anexo A), o trabalho foi avaliado e aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos — CEP UFSCar (CAAE: 61016222.0.0000.5504). O parecer completo está disposto no Anexo B deste estudo.

Em seguida, foi feito o primeiro sorteio das unidades participantes e enviados os ofícios de autorização da pesquisa para as comarcas da Vara da Infância e Juventude. Nesta etapa, foi autorizada a realização da coleta de dados em uma unidade da DRN, uma da DRMSE e uma da DRMNO. Considerando que a coleta de dados iniciaria somente após a aprovação judicial de todas as unidades, bem como após uma primeira reunião mediada pela UniCASA com os gestores das Divisões Regionais e encarregados técnicos dos centros selecionados para o estudo, a pesquisadora responsável fez um novo pedido

de apreciação para a UniCASA e recebeu a recomendação de unidades das divisões regionais faltantes, sendo aprovada a coleta em outras duas divisões, DRO e DRS.

Após diversas tentativas de pedido de autorização judicial para a realização do estudo nas demais divisões regionais, devido à extrapolação do tempo previsto para coleta no cronograma do trabalho, optou-se por solicitar outra unidade da Divisão Regional Norte, que compreende cidades próximas à universidade na qual se deu o estudo, para que fosse atingido um número mais expressivo de participantes na pesquisa. Após um ano do início, as tentativas de coleta na DRL, DRMC e DRVP foram encerradas e a pesquisadora responsável foi autorizada a iniciar as atividades nas unidades. Na Tabela 1 está descrito o processo de solicitação de unidades para as comarcas da Infância e Juventude. Os nomes das cidades foram omitidos a fim de garantir o sigilo da identidade dos participantes e das instituições.

**Tabela 1 - Processo de autorização judicial das unidades participantes do estudo**

<b>Divisão Regional</b>	<b>Local</b>	<b>Autorização</b>	<b>Observações</b>
DRN	Cidade 1	Sim	Juiz responsável pela vara elaborou um ofício com o deferimento da coleta
	Cidade 2	Sim	Juiz responsável pela vara autorizou o estudo por e-mail
DRMSE	Unidade 1	Sim	Ofício de deferimento enviado pela Promotoria de Justiça de Infância e Juventude da Capital – DEIJ
DRMNO	Unidade 2		
DRO	Cidade 1	Não	Vara não respondeu ao contato por e-mail e telefone. Necessário o pedido de outra cidade para a UNICASA
	Cidade 2	Sim	Juiz responsável pela vara deferiu o estudo por e-mail
DRS	Cidade 1	Não	Juiz responsável pela vara negou a coleta alegando que não poderia fornecer dados a terceiros. Necessário o pedido de outra cidade para a UNICASA
	Cidade 2	Sim	Juiz responsável pela vara elaborou um ofício com o deferimento da coleta

	Cidade 1	Não	Juíza responsável pela vara indeferiu a coleta alegando que as partes envolvidas não concordaram com o estudo
DRL	Cidade 2	Não	Juiz responsável pela vara indeferiu o estudo pois já havia uma pesquisa em andamento na unidade
	Cidade 3	Não	Vara não respondeu ao contato por e-mail e telefone. Necessário o pedido de outra cidade para a UNICASA
DRMC	Cidade 1	Não	Vara não respondeu ao contato por e-mail e telefone. Necessário o pedido de outra cidade para a UNICASA
	Cidade 2	Não	
	Cidade 3	Não	Juiz responsável pela vara indeferiu o estudo, alegando que não possuía poder para autorizar a coleta
DRVP	Cidade 1	Não	Vara não respondeu ao contato por e-mail e telefone. Necessário o pedido de outra cidade para a UNICASA
	Cidade 2		
	Cidade 3		

Selecionadas as unidades de coleta, a pesquisadora responsável pelo estudo participou de uma reunião com representantes da UniCASA, que mediaram o contato com os encarregados técnicos e diretores das unidades. Foi apresentado o estudo e retiradas dúvidas. Também foi repassado o e-mail para contato com os encarregados técnicos, que ficaram responsáveis pelo agendamento da melhor data de aplicação dos instrumentos.

Inicialmente, a coleta estava programada para ocorrer de forma remota e, por isso, o questionário foi elaborado na ferramenta *Google Forms*. Nesta proposta, o instrumento seria aplicado durante uma aula de informática, pelo professor responsável. Antes da aplicação, aconteceria uma conversa do profissional com a pesquisadora, que daria orientações a fim de garantir o sigilo nas respostas e a boa relação entre os adolescentes durante o estudo. O envio do questionário foi mediado pela UniCASA, para as unidades selecionadas para o estudo. Contudo, após cinco meses de tentativas de respostas sem

sucesso, foi necessário pedir a alteração da modalidade da coleta, que passou a ser presencial, com a ida da pesquisadora a campo.

Considerando a necessidade de viagem para algumas unidades, as primeiras coletas foram realizadas no mês de julho de 2023, na DRMSE e DRMNO. Nas demais divisões a coleta ocorreu ao longo do segundo semestre de 2023 e em 2024, de acordo com a disponibilidade de horário das unidades, de maneira que a pesquisa não conflitou com as demais atividades obrigatórias dos adolescentes (como a rotina de estudo e de profissionalização).

A coleta de dados consistia na aplicação de um questionário a todos os adolescentes que desejassem responder (Capítulo 3), bem como a realização de entrevistas com 4 adolescentes de cada unidade (Capítulo 4) e os dois profissionais mais apontados como tendo práticas significativas (Capítulo 5). Para tanto, foram agendados dois dias de coleta em cada unidade, sendo um para a aplicação do questionário e outro para a realização das entrevistas, tanto com os adolescentes quanto com os profissionais por eles indicados.

## CAPÍTULO 3

### **O cenário socioeducativo: a adolescência e as práticas significativas no contexto de privação de liberdade**

Considerando as mudanças substanciais no atendimento em âmbito socioeducativo, bem como as exigências para a atuação neste campo, tinha-se como hipótese teórica que os profissionais com maior qualificação, ou seja, aqueles que possuem mais recursos teóricos e metodológicos que embasam as práticas, fossem os mais apontados pelos adolescentes como exemplos de práticas profissionais significativas para os adolescentes. Ainda, era esperado que profissionais cuja formação é historicamente atrelada ao cuidado, como profissionais da psicologia, assistência social e pedagogia, seriam aqueles cujos adolescentes apontariam ter as relações mais positivas e vínculos mais fortalecidos.

Partindo das hipóteses acima, este estudo teve como objetivos: 1) caracterizar os adolescentes participantes, levando em consideração informações sociodemográficas, relações de trabalho, ato infracional cometido e histórico de cumprimento de medidas socioeducativas, 2) averiguar, segundo a percepção desses adolescentes, quais são os profissionais que desempenham práticas significativas nas instituições, ponderando variáveis como gênero e cargo ocupado, e 3) avaliar a natureza e o âmbito das práticas significativas consideradas pelos adolescentes, a partir das experiências mais marcantes que tiveram com estes profissionais durante o cumprimento da medida.

#### *Participantes*

Participaram do estudo 202 adolescentes e jovens, com idades entre 13 e 20 anos, de seis unidades de internação e semiliberdade, representando cinco divisões regionais da Fundação CASA. A amostra foi composta por participantes do gênero masculino (n =

178), feminino (n = 21), transgênero (n = 2) e não-binário (n = 1), com idades de 13 a 21 anos (M = 16,9; DP = 1,2).

Em uma unidade, a coleta ocorreu na biblioteca. Foram separadas 10 carteiras escolares para as adolescentes e uma cadeira de plástico para a pesquisadora. Nas demais unidades a coleta se deu em uma sala de aula, contendo 10 carteiras escolares, para a aplicação do instrumento em grupos de 10 adolescentes por vez e uma cadeira de plástico para a pesquisadora. As salas eram equipadas com lousa e giz e, em algumas, havia as letras do alfabeto coladas na parede. Além disso, em uma unidade havia uma TV na sala e em três unidades não havia janelas nas salas de aula.

#### *Instrumentos e materiais*

Foi elaborado um questionário intitulado “Práticas exitosas nas unidades de internação” (Anexo C). O instrumento continha 13 questões e foi dividido em duas partes, sendo a primeira composta por questões sociodemográficas, como idade, gênero e cor da pele (de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE), questões relacionadas a medida socioeducativa, como tempo de cumprimento da medida na unidade, cumprimento de outras medidas em meio aberto e em privação de liberdade, ato fracional cometido, e perguntas relacionadas a trabalho e educação profissionalizante. Já a segunda parte do questionário investigou a relação do adolescente com os profissionais atuantes na unidade de internação, contendo questões como nome e cargo do profissional que o adolescente considerava um exemplo de boas práticas, motivo pelo qual escolheu esse profissional e uma situação que exemplificasse a relação com essa pessoa.

No instrumento, as “práticas significativas” foram consideradas ações percebidas positivamente pelos adolescentes, que transformaram suas vidas ou contribuíram durante o cumprimento da medida socioeducativa. Durante a explicação do conceito de boas

práticas aos participantes, o profissional considerado um bom exemplo foi entendido como *“uma pessoa que te inspira, te ajuda e que você acha que pode contar quando se depara com desafios, dificuldades ou quando está triste”*.

A linguagem utilizada no questionário foi adaptada após análise de um especialista atuante na área da socioeducação, a fim de facilitar a compreensão dos participantes. Por exemplo, foram substituídas as questões “qual a sua identificação étnico-racial?” e “você exerce ou já exerceu atividade remunerada?” por “qual é a cor da sua pele?” e “você trabalha ou já trabalhou?”, respectivamente.

Além do questionário, foram utilizadas canetas esferográficas azuis, sendo necessário que estas fossem transparentes, estivessem sem tampa e em quantidade menor que 12 para adentrar nas unidades. Em duas delas não foi permitida a entrada de canetas levadas pela pesquisadora, e os profissionais disponibilizaram lápis grafite e borracha para que os adolescentes pudessem escrever.

Ainda, para cada unidade foi elaborado um diário de campo. O diário de campo é uma ferramenta de pesquisa na qual a pesquisadora elabora uma narrativa acerca de sua intervenção. Ela compreende a descrição dos procedimentos de estudo, desenvolvimento das atividades realizadas e alterações possíveis, com base na experiência do pesquisador com o campo de estudo. No diário de campo, é possível conter, ainda, propostas de ação, desejos, avanços e dificuldades enfrentadas no processo investigativo (Pezzato & L’abbate, 2011).

### *Procedimento*

Todos os adolescentes das unidades selecionadas para coleta foram convidados pelo encarregado técnico a participar do estudo. A pesquisadora responsável, que acompanhava o procedimento, esclarecia aos adolescentes que a participação era

voluntária e não havia ganho eminente aos participantes. Em grupos de 10, os adolescentes que aceitaram participar foram alocados em uma sala, enfileirados e com as mãos para trás. Foi, então, explicado o objetivo do estudo, pontuando que a participação não alteraria a medida socioeducativa e não se tratava de uma coleta para fins judiciais, além da necessidade do sigilo e respeito às respostas dos demais adolescentes. Complementarmente, foi lido o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Anexo D), considerando a dificuldade de alguns adolescentes com leitura e escrita. A instrução aos adolescentes foi padronizada da seguinte maneira:

*“Vocês estão sendo convidados(as) a participar de um estudo que tem como objetivo verificar quem são os profissionais da unidade com quem vocês têm uma boa relação e consideram um bom exemplo. Essa pessoa pode ser uma pessoa que te inspira, te ajuda e que você acha que pode contar quando se depara com desafios, dificuldades ou quando está triste. As respostas são sigilosas e ninguém na unidade ficará sabendo o que vocês escreveram, nem mesmo o nome de vocês. O questionário tem algumas informações sobre como vocês são e perguntas sobre o profissional com quem vocês têm a melhor relação aqui na unidade. Caso vocês não considerem ninguém como um exemplo de boas práticas, podem deixar essa parte em branco. Se tiverem qualquer dúvida podem erguer a mão e perguntar a qualquer momento”.*

Os adolescentes receberam uma cópia do questionário, identificado apenas por um número, uma cópia do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido — TALE, e uma caneta ou lápis grafite. Cabe ressaltar que o TALE foi apresentado em apenas uma via (via da pesquisadora) devido à proibição do porte de qualquer objeto ou material pelos adolescentes dentro da unidade.

Considerando a inviabilidade do pedido de autorização aos responsáveis de cada adolescente, bem como o rompimento do vínculo familiar de alguns deles, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo E), no qual foi preenchido, em duas vias, o nome completo de todos os participantes do estudo de cada unidade de internação, e assinado pelo diretor da unidade. Após o término da coleta, uma cópia do TCLE foi entregue ao diretor(a) da unidade e a outra ficou em posse da pesquisadora responsável.

A coleta durou, em média, 40 minutos para cada grupo de dez adolescentes. Em diversos grupos foi necessário que a pesquisadora responsável auxiliasse os adolescentes com leitura e escrita, soletrando palavras e tirando dúvidas sobre as questões. Em duas unidades a pesquisadora aplicou o questionário no formato de entrevista individual aos adolescentes que estavam iniciando a alfabetização. Em outra unidade o mesmo formato de aplicação foi utilizado, pois havia uma adolescente que estava com o braço quebrado, impossibilitando-a de escrever. Nesse formato, os participantes respondiam verbalmente as questões e a pesquisadora preenchia o questionário.

Ao finalizar as respostas ao instrumento, os adolescentes entregaram o questionário e o TALE e permaneceram sentados nas carteiras até que o último do grupo terminasse de responder ao instrumento. Então, foi formada uma fila e um agente de apoio socioeducativo conduzia os adolescentes até as próximas atividades, e traziam um novo grupo. Ressalta-se que durante a aplicação do questionário foi solicitado aos agentes que não estivessem na sala de coleta, então estes permaneceram sentados ao lado de fora. Ainda, é necessário pontuar que não foi permitido que as salas estivessem com as portas fechadas, fato que pode ter interferido na relação estabelecida entre a pesquisadora e os participantes.

## **Análise de dados**

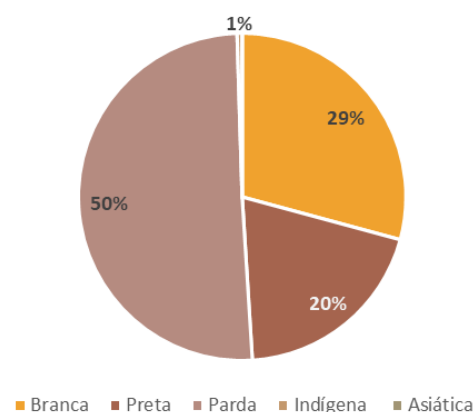
Os dados foram organizados em planilhas do *Microsoft Excel* (2019), separados em categorias e analisados descritivamente, sendo o programa também utilizado para a elaboração dos gráficos e tabelas interpretados nesse estudo. Ainda, foi utilizado o *software IRaMuTeQ* — versão 0.7 alpha 2 (2014) para as análises lexicométricas, com a finalidade de identificar padrões e relações de palavras, bem como a frequência de sua ocorrência nas respostas dos participantes ao questionário. Foi construída uma nuvem de palavras representativa da frequência em que ocorriam as respostas referentes ao motivo que levou o adolescente à escolha do profissional. Ainda, foi realizada uma análise de similitude a fim de verificar a relação entre as situações descritas pelos participantes.

## **RESULTADOS**

Dos 202 adolescentes que participaram do estudo, 178 (88%) se identificavam com o gênero masculino, 21 (10%) com o feminino, dois (2%) se identificavam como homens trans e um (1%) como não-binário. Não participaram da amostra adolescentes que se identificavam como mulheres trans. Os adolescentes identificados como homens trans e não-binário cumpriam medida socioeducativa de internação em uma unidade feminina. Com relação à identificação étnico-racial, 142 (70%) adolescentes se identificavam como pretos e pardos, 59 como brancos (29%) e 1 como indígena (1%). A Figura 1 apresenta a porcentagem de adolescentes participantes do estudo, de acordo com a classificação étnico-racial do IBGE.

### **Figura 1**

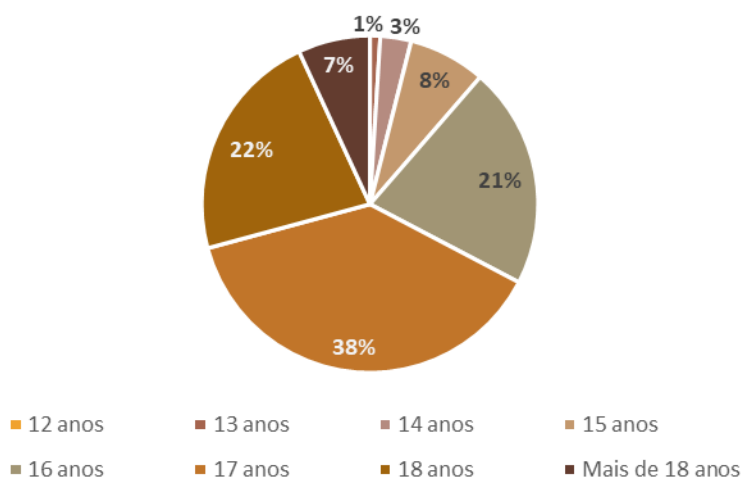
*Porcentagem étnico-racial de adolescentes participantes do estudo*



A idade dos adolescentes que cumpriam medida de internação variou de 13 a 21 anos. Na Figura 2 estão apresentadas as porcentagens de adolescentes da amostra, por faixa etária. Nota-se que o maior número de participantes estava na faixa dos 16 aos 18 anos, sendo 77 com 17 anos, 45 com 18 anos e 43 com 16 anos.

**Figura 2**

*Distribuição dos participantes por idade*



A maioria dos participantes cumpriam medida de internação. Sobre o tempo em que se encontravam em privação de liberdade, 43% dos participantes estavam cumprindo a medida num período entre seis meses e um ano, 39% a menos de seis meses, 11% entre um ano e um ano e meio, 4% a mais de dois anos e 3% entre um ano e meio e dois anos.

Acerca do ato infracional cometido, o tráfico de drogas foi o mais recorrente, seguido de roubo qualificado. A qualificação do roubo, ou seja, o agravamento da pena, está previsto no artigo 157 do Código Penal Brasileiro (1940), quando, dentre outros, há participação de duas ou mais pessoas, emprego de arma de fogo ou resulta em lesão grave ou morte para a vítima. Assim, o ato infracional análogo ao latrocínio — roubo que resulta em morte da vítima — relatado por três adolescentes, foi contabilizado na categoria de roubo qualificado.

A Figura 3 apresenta a distribuição dos atos infracionais cometidos pelos participantes do estudo. É possível notar que o número total de atos infracionais (269) supera a quantidade de participantes do estudo, pois os adolescentes podiam marcar mais de uma opção de ato infracional que resultou no cumprimento da internação. O porte de arma de fogo apareceu associado ao homicídio, tentativa de homicídio, tráfico de drogas e roubo qualificado.

### Figura 3

*Quantidade e natureza de atos infracionais cometidos pelos participantes*



Além dos atos infracionais descritos no questionário, na opção “outros” foram relatados dois sequestros, uma extorsão e uma agressão a autoridade policial. Dos 13 casos de homicídio, sete foram relatados como primeiro ato infracional, sendo que os participantes não haviam cumprido nenhuma outra medida socioeducativa anteriormente. Ainda sobre esses casos, a vingança foi relatada como motivação principal para o ato.

Também os quatro casos de abuso sexual relatados nesse estudo foram os primeiros atos infracionais dos adolescentes, que estavam internados na mesma unidade masculina. De acordo com os participantes, a motivação foi descrita como impulso de raiva ou vingança, sendo que estes não tinham histórico de cumprimento de medidas socioeducativas anteriormente, bem como não demonstraram dificuldade de leitura, escrita e compreensão do estudo.

Como destacado anteriormente, o tráfico de drogas foi o ato infracional mais recorrente no estudo, representando quase a metade de todas as contravenções cometidas pelos participantes. Dos 93 adolescentes que cumpriam medida por envolvimento com o tráfico, 22 relataram estar cumprindo sua primeira medida socioeducativa, pelo primeiro ato infracional. Dois adolescentes haviam cumprido uma medida socioeducativa em meio aberto e um havia cumprido duas medidas em meio aberto, sendo que todos estavam pela primeira cumprindo uma medida socioeducativa de internação. Os demais adolescentes já haviam cumprido outras medidas de internação e em meio aberto.

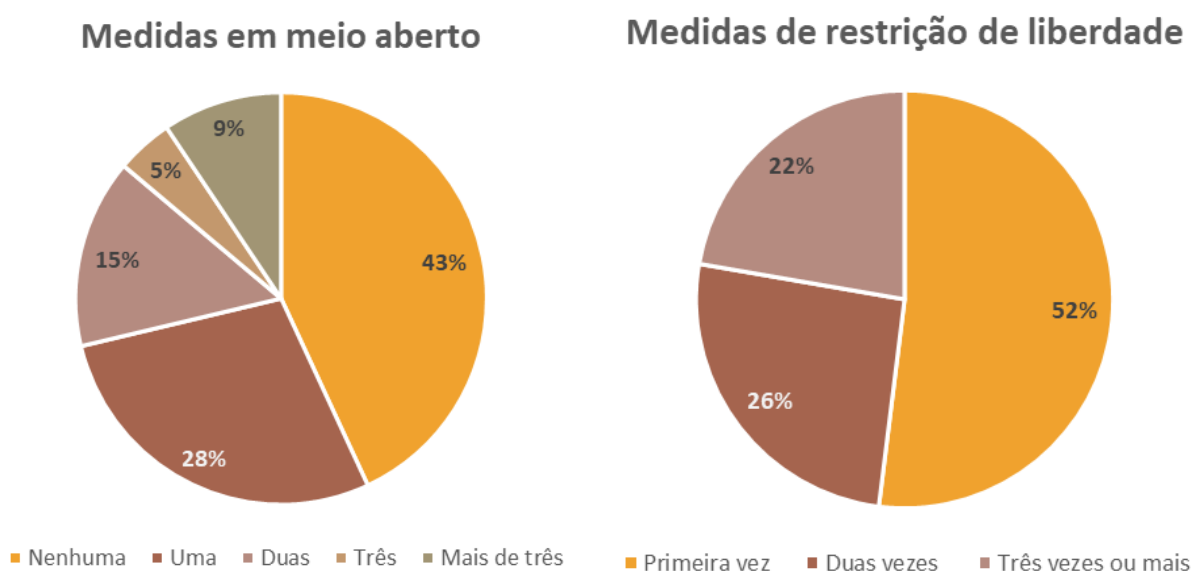
#### *Cumprimento de medidas socioeducativas*

Acerca do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade), 43% dos participantes relataram não ter cumprido nenhuma medida, 28% haviam cumprido uma vez, 15% duas vezes, 5% três vezes e 9% mais de três vezes. Com relação às medidas em restrição de liberdade, 52%

dos participantes estavam cumprindo pela primeira vez, 26% haviam estado em privação de liberdade duas vezes e 22% tinham mais de três passagens por unidades da Fundação CASA na medida de internação. A Figura 4 sintetiza o total de medidas socioeducativas cumpridas pelos adolescentes em meio aberto e em privação de liberdade.

**Figura 4**

*Porcentagem de cumprimento de medidas socioeducativas*



Foram percebidas diferenças de gênero no que tange ao recebimento das medidas socioeducativas. Das participantes que cumpriam medida em uma unidade de internação feminina, apenas uma havia passado mais de três vezes pela internação, e três estavam cumprindo a medida pela segunda vez. Sobre o cumprimento de medidas em meio aberto, seis participantes cumpriram a medida uma vez, três cumpriram duas vezes e uma participante cumpriu mais de três medidas em meio aberto. A Tabela 2 sumariza o ato infracional e o cumprimento de medidas socioeducativas pelas participantes do estudo.

**Tabela 2 - Ato infracional e cumprimento de medidas socioeducativas pelas participantes da unidade de internação feminina**

<b>Identificação de gênero</b>	<b>Ato infracional cometido</b>	<b>Medidas em meio aberto</b>	<b>Medidas de internação</b>
Homem trans	Roubo qualificado	Nenhuma	Primeira vez
Não binário	Tráfico de drogas; Descumprimento de outra medida socioeducativa	Uma	Primeira vez
Feminino	Tentativa de homicídio	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Roubo simples	Uma	Primeira vez
Feminino	Tráfico de drogas	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Tráfico de drogas	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Roubo qualificado	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Roubo simples	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Roubo qualificado	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Homicídio	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Roubo qualificado	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Tráfico de drogas; Descumprimento de outra medida socioeducativa	Uma	Primeira vez
Feminino	Sequestro	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Tráfico de drogas	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Descumprimento de outra medida socioeducativa; Agressão	Uma	Duas vezes
Feminino	Tentativa de homicídio	Mais de três	Três vezes ou mais
Feminino	Roubo simples	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Roubo simples	Duas	Duas vezes
Feminino	Homicídio	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Roubo qualificado; Homicídio	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Roubo simples; Sequestro; Extorsão	Uma	Primeira vez
Feminino	Roubo simples	Nenhuma	Primeira vez
Feminino	Tráfico de drogas	Uma	Primeira vez
Feminino	Furto	Uma	Primeira vez
Feminino	Homicídio; Tráfico de drogas; Tentativa de homicídio; Roubo qualificado; Porte de arma de fogo	Duas	Primeira vez
Feminino	Tráfico de drogas	Duas	Duas vezes

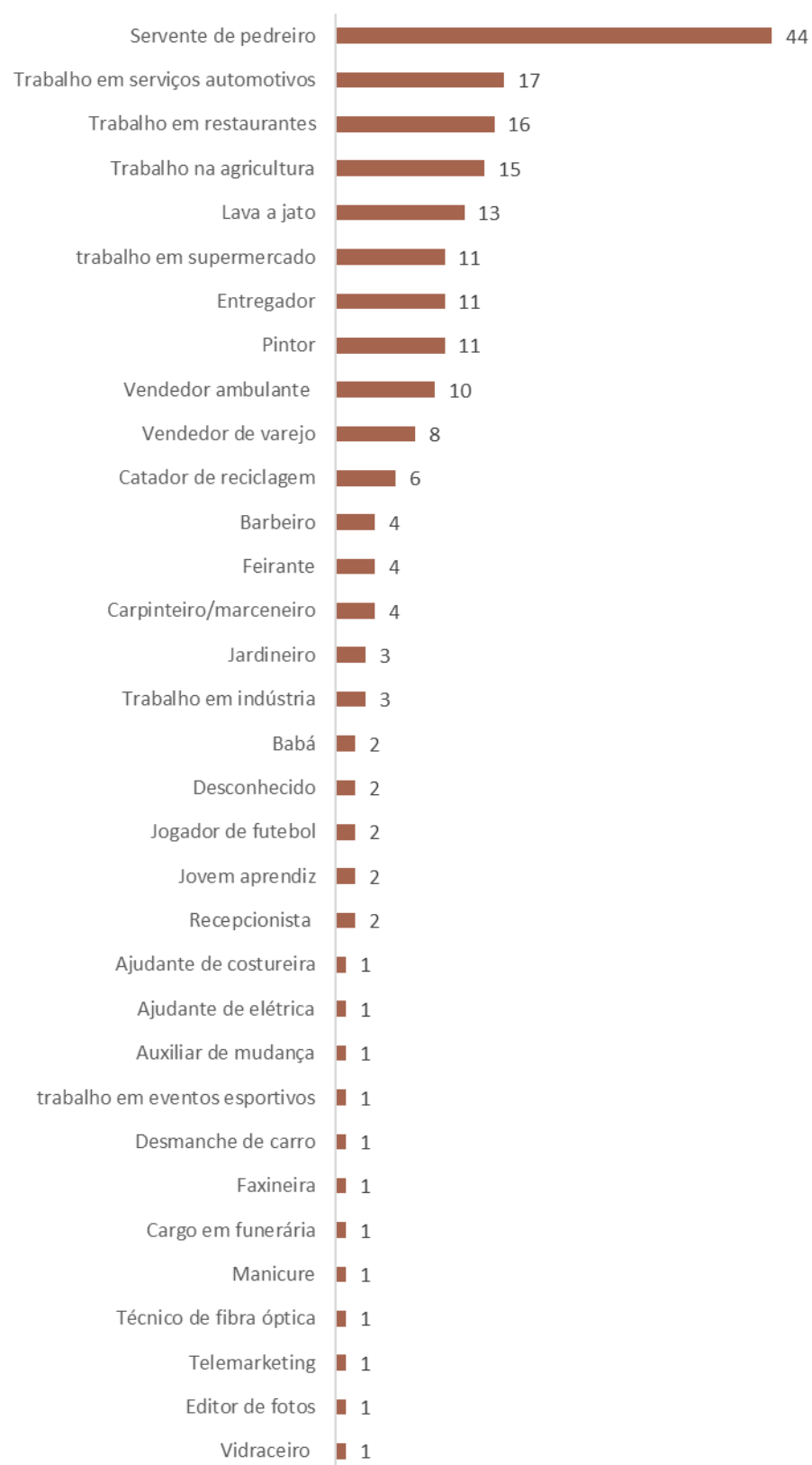
Já entre os participantes que cumpriam medida de internação em unidades masculinas, houve maior distribuição de cumprimento de medidas em meio aberto e em privação de liberdade. Cabe ressaltar que 14 participantes relataram não ter cumprido nenhuma medida em meio aberto e duas medidas em privação de liberdade, bem como 11 cumpriram somente medidas de internação três ou mais vezes.

### *Atividades Laborais Desempenhadas pelos Participantes*

Dos 202 participantes do estudo, 72% (145) relataram ter exercido algum tipo de atividade remunerada e 28% (57) nunca haviam exercido este tipo de atividade. A Figura 5 dispõe as principais categorias de atividades remuneradas realizadas pelos participantes do estudo. Cabe destacar que o número de atividades de trabalho supera o total de participantes, tendo em vista que alguns adolescentes exerceram duas ou mais atividades de trabalho em diferentes setores. Ainda, é correto ressaltar que a maioria dos trabalhos relatados são considerados informais, não estando pautados na legislação trabalhista e, dessa maneira, podem ser classificados como trabalho infantil. De acordo com a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho — OIT (2000), dentre as piores formas de trabalho infantil estão classificadas as atividades que prejudicam a saúde, segurança e moral do adolescente, a exemplo de atividades agrícolas, de reciclagem de lixo, serviços de entrega, entre outros citados pelos participantes.

## Figura 5

### *Tipo de trabalho realizado pelos adolescentes*



Quarenta e quatro adolescentes relataram ter trabalhado como serventes de pedreiro em obras, categoria que compilou o maior número de participantes. Na categoria cargo em serviços automotivos, foram dispostos os participantes que exerceram atividades de trabalho em oficinas mecânicas (11), elétrica de carros (2), tapeçaria automotiva (1), borracharia (1) e instalação de som automotivo (1). Outra classe envolveu trabalho na agricultura, como em colheitas de batata (2), café (2), cana de açúcar (3) e laranja (2). Também foram compilados nessa categoria os trabalhos como caseiro de sítio ou fazenda (3), seringueiro (2) e (1) ensacador de silagem, nome dado à forragem verde utilizada na alimentação de gado. Já a classe trabalho em restaurantes tratava de atividades como garçom/garçonete (4), barman (4), atendente de fast food (3), auxiliar em pizzeria (2), auxiliar de buffet (1), sushiman (1) e padeiro (1). Ainda, em trabalho em indústria, foram identificadas atividades em fábricas de pallets (1), móveis (1) e distribuidoras (1).

### *Educação e profissionalização*

Como já mencionado, uma parte dos participantes demonstraram dificuldade de leitura, compreensão e escrita, sendo necessária ajuda da pesquisadora para que conseguissem preencher o questionário. Foi questionado com os profissionais que acompanharam a coleta de dados acerca da escolarização dos adolescentes. Em todas as unidades, os adolescentes tinham acesso à escolarização (ensino fundamental e médio), diariamente em um período. Acerca da relação com a escola, foi registrado no diário de campo da pesquisadora que uma adolescente pontuou que havia aprendido a gostar dentro da unidade, pois os professores a escutavam e a deixavam confortável para tirar dúvidas. Também foi pontuado pelos adolescentes que o fato de as turmas serem reduzidas facilitava a interação com os professores e o processo de aprendizagem. Contudo, parte dos adolescentes relataram ter dificuldades em acompanhar as atividades escolares ou não

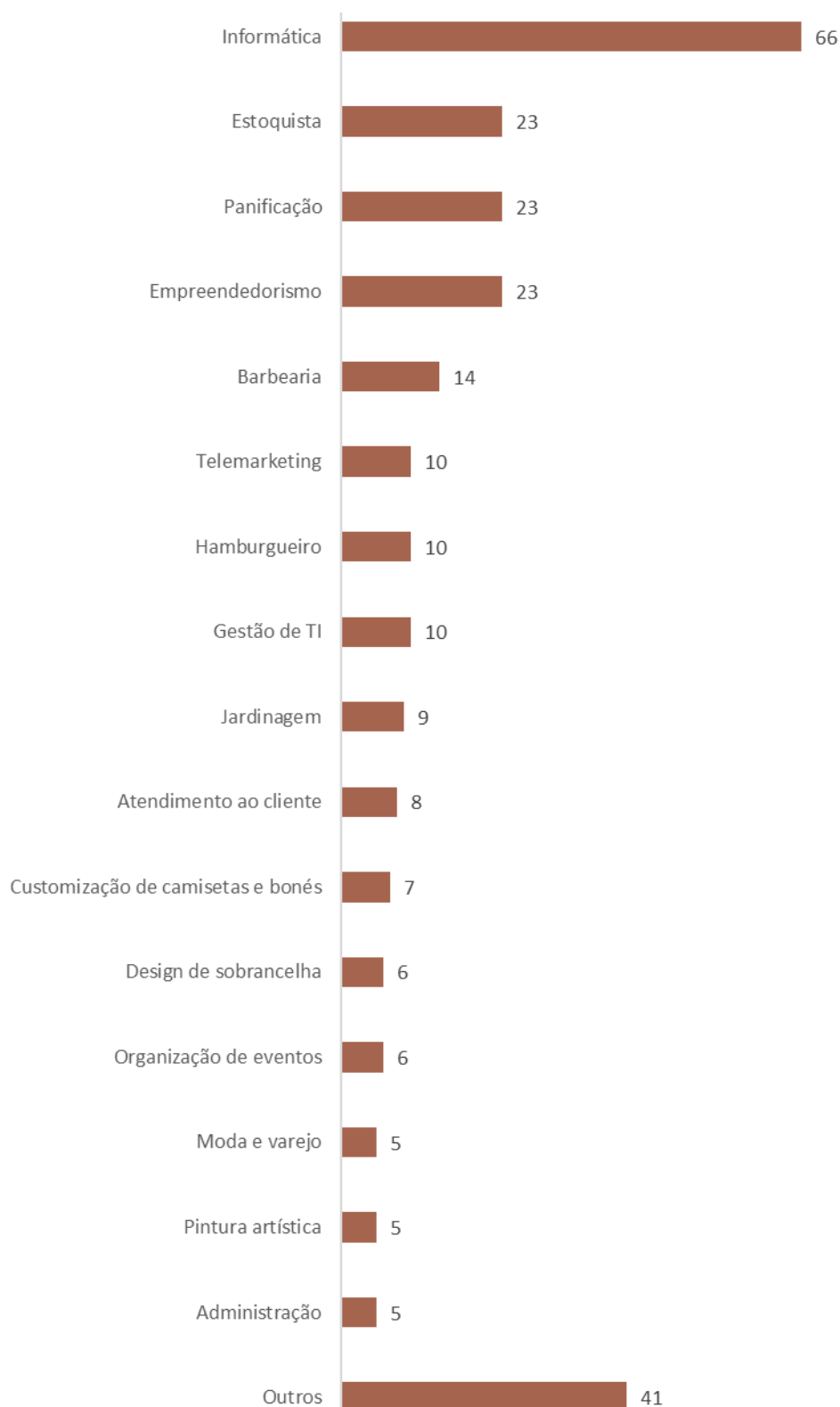
gostarem da escola, justificando, principalmente, pela complexidade dos conteúdos ensinados e pela dificuldade em prestar atenção ou ficar sentados por um longo período.

No contraturno das atividades de escolarização, eram ofertados nas Unidades cursos profissionalizantes, em sua maioria, na modalidade de ensino à distância (EaD), ofertados por instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em duas unidades, alguns adolescentes cursavam graduação à distância, sendo predominantemente cursos de informática e design. Em uma delas, dois participantes relataram gostar do curso desenho e pintura, e um de jogos e escrita de poemas.

Com relação aos cursos profissionalizantes, 23% dos adolescentes nunca haviam realizado nenhuma profissionalização durante a medida de internação. Dos 77% que já haviam realizado pelo menos um curso profissionalizante, a maioria estava voltada para a área de informática (como informática básica, curso de Excel e gestão de TI), com um total de 55 adolescentes. A Figura 6 apresenta os cursos realizados pelos adolescentes nas unidades de internação. Ressalta-se que o número total de cursos realizados ( $n = 271$ ) é superior ao número de adolescentes, tendo em vista que alguns participantes cursaram mais de uma atividade de profissionalização durante o cumprimento da medida de internação.

**Figura 6**

*Cursos profissionalizantes feitos durante a medida de internação*



É possível notar que os cursos profissionalizantes relatados neste estudo se concentram, além de informática, na área de estética, alimentação e prestação de serviços.

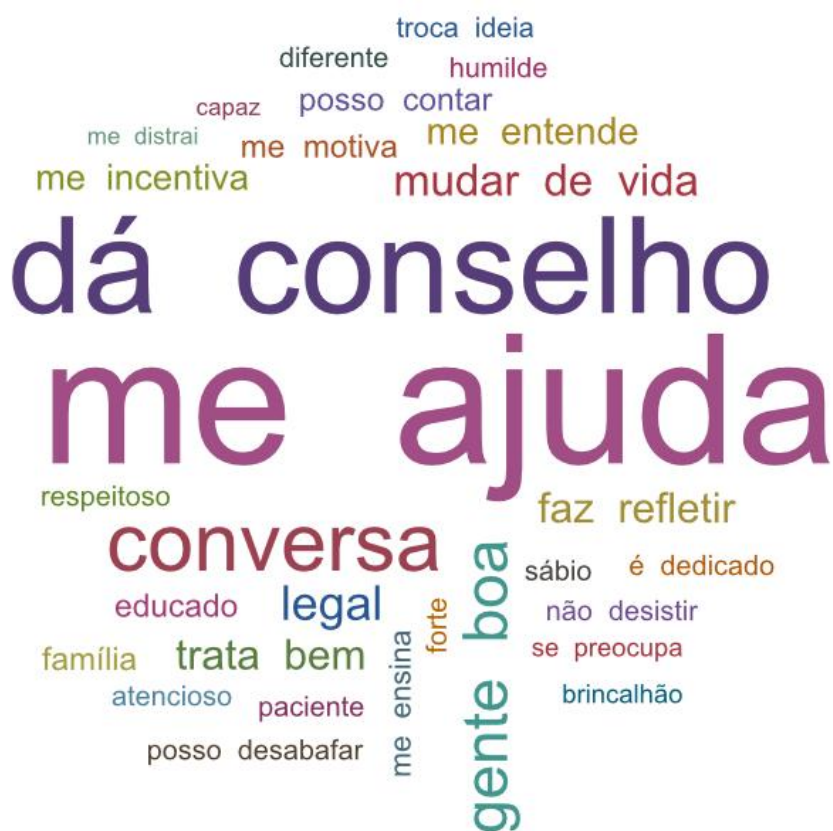
Na categoria “Outros” estão listados os cursos relatados por menos de cinco adolescentes. Os cursos profissionalizantes apontados por 4 adolescentes foram logística de transportes e música (violão). Já aqueles cursados por três adolescentes foram auxiliar de segurança do trabalho, construção de carroceria, desenho gráfico e operador de caixa. Os cursos relatados por apenas um ou dois adolescentes foram: Porteiro, Gestão financeira, Mundo do trabalho, Garçom, Mecânica, Reciclagem, Teatro, Reaproveitamento de alimentos, Eletricista, Robótica, Pequenos reparos, Doces, Enfermagem, Organização de escritório e Inglês básico.

#### *Profissionais e as práticas significativas relatadas pelos adolescentes*

Trinta e nove participantes (19%) não apontaram nenhum profissional da unidade como tendo práticas significativas. Dos adolescentes que indicaram um profissional, 25% apontaram um agente de apoio socioeducativo (setor de segurança da Unidade), 24% um profissional da pedagogia, 15% assistente social, 14% profissionais da psicologia e 3% um coordenador da unidade. Sobre os motivos que levaram à escolha do profissional, foram apontadas as conversas e conselhos que esses profissionais proporcionam aos participantes, e a capacidade desses profissionais em ajudá-los a se “acalmarem” para cumprir a medida “sem estresse”. Na Figura 7 estão dispostos os principais motivos que levaram à escolha dos profissionais indicados como exemplos de práticas significativas.

**Figura 7**

*Motivos que levaram à escolha do profissional*

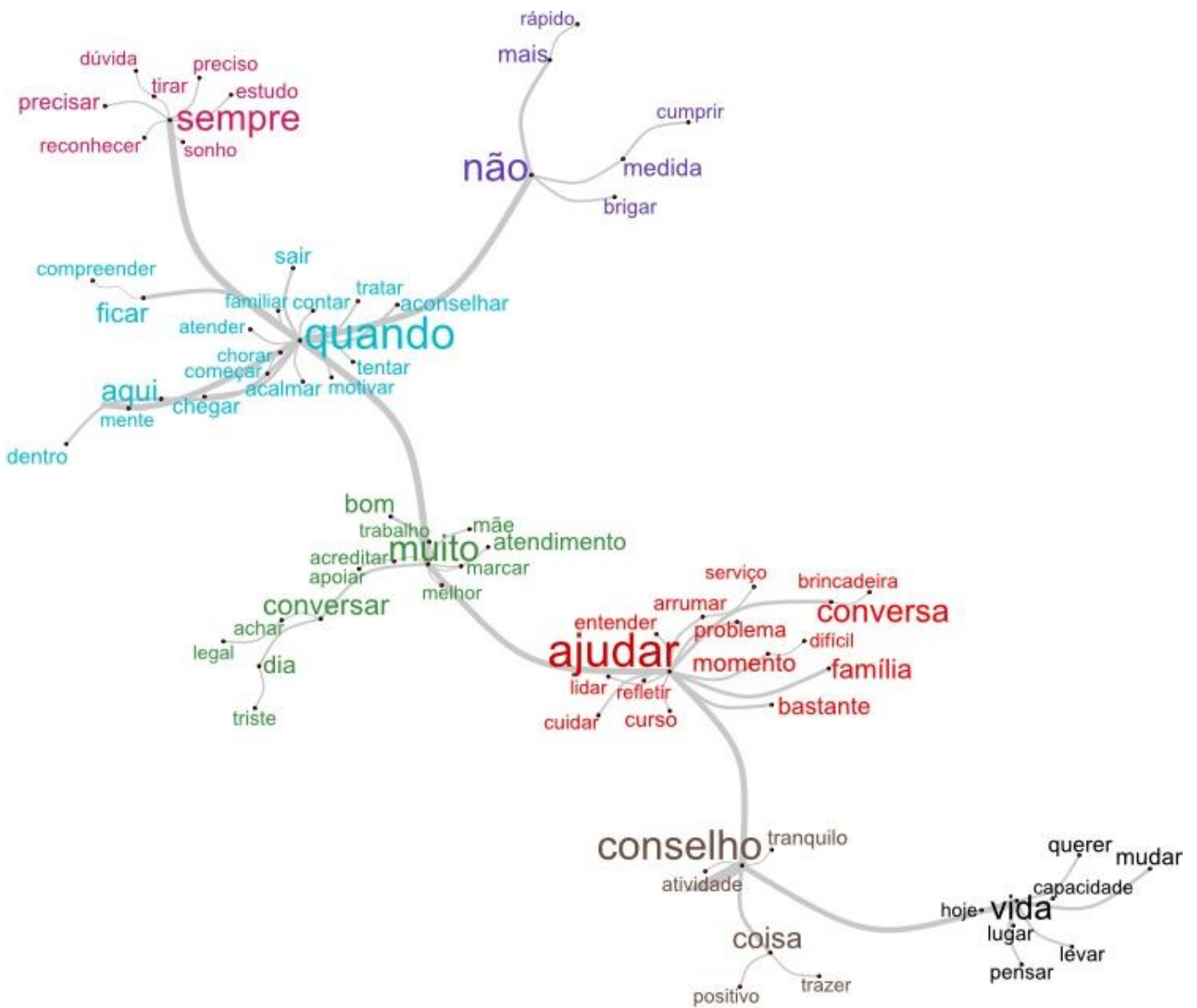


A nuvem de palavras acima apresenta os principais motivos que levaram os adolescentes a escolherem o profissional apontado como tendo práticas consideradas positivas. As palavras estão apresentadas por ordem de ocorrência, ou seja, as mais citadas aparecem representadas em uma fonte maior. Nota-se que as maiores ocorrências de palavras dizem respeito à relação direta que se estabelece entre o adolescente e o profissional, ressaltando as conversas e conselhos que fazem os adolescentes refletirem sobre sua trajetória de vida e contribuem de forma positiva ao longo do cumprimento da medida. Outras características apontadas remetem ao tratamento cordial que os profissionais estabelecem com os participantes, com uma escuta atenciosa, dedicação e disposição em ajudar quando necessário.

Com relação às situações marcantes que os adolescentes tiveram com os profissionais, foram relatadas a ajuda em momentos difíceis com a família, quando auxiliaram na leitura e escrita, a pensar sobre o futuro e a resolver conflitos dentro da unidade. Na Figura 8 estão apresentadas as relações de palavras que caracterizam situações positivas vivenciadas pelos adolescentes com os profissionais.

**Figura 8**

*Relações vivenciadas com os profissionais*



É possível notar que, a partir do relato dos participantes, foram identificadas as relações de palavras por similitude, totalizando nove agrupamentos de palavras. No agrupamento rosa foram reunidas respostas que tratavam de ações voltadas ao estudo, como conselhos acerca da importância da escola, tirada de dúvidas e auxílio no processo de alfabetização, como pode ser observado nos exemplos: *“Ela fala só coisas positivas, por exemplo, esses dias a gente ‘tava’ conversando aí ela falou ‘se você estivesse no mundo você ia acabar os estudos?’ Eu, com toda a sinceridade disse que não. Depois ela me disse ‘aproveita os cursos e a escola, pode ser chatinho, mas isso você vai precisar lá na frente porque hoje em dia para trabalhar precisa dos estudos completos’. Todos os conselhos que ela me fala vai estar sempre na mente e no coração, e eu falei que quando eu for embora ela vai ouvir falar coisas boas de mim”* (P73); *“Ela me dá atenção nas aulas e sempre tira minhas dúvidas e me ensina muitas coisas”* (P202).

Na categoria representada em azul claro foram agrupadas palavras que exemplificam situações em que os profissionais auxiliaram os adolescentes a lidarem com as emoções e ofereceram suporte em situações difíceis (perda de familiares, acidentes, entre outros), como destacado nas respostas a seguir: *“Ela é uma pessoa muito boa, gosto muito dela. Eu já tive conversas com ela que me ajudou nesse período. Eu quando tive uma ansiedade, ela veio falar comigo, me acalmar mesmo ela tendo muitos trabalhos a fazer ela veio me ajudar. E também ela já me ajudou a me tratar por conta das minhas ansiedades. Ela sempre me aconselha a seguir de cabeça erguida, sem dever nada a ninguém. Mas é isso que escrevo com essas humildes palavras”* (P84), *“Quando eu caí da cama (beliche) e quebrei a cabeça tive que ser socorrido e ir para o hospital. Fiquei 5 dias na UTI com trauma na cabeça, entre a vida e a morte. Aí ela foi lá me visitar e levou salgado ‘pra’ eu comer e suco. Achei isso legal, muita consideração”* (P186).

No agrupamento roxo estão categorizadas as respostas que remetem ocasiões em que os profissionais ofereceram apoio para que os adolescentes pudessem lidar com a raiva e diminuir ações violentas, como exemplificado nos relatos *“Me ajuda para não brigar e evitar confusão. Conversa para eu ir embora mais rápido e não me ‘arrastar’”* (P156); *“Sempre que acontece alguma discussão ele é calmo, dá conselhos, faz as pessoas ‘refletir’ na família e se precisa de alguma coisa ele está disposto a ajudar”* (P109).

No conjunto verde estão representadas situações em que os profissionais realizaram atendimentos ou conversas que confortaram os adolescentes ou demonstraram apoio emocional, como pode ser percebido nos relatos: *“Quando eu tentei cometer suicídio essa pessoa me falou que não era pra eu ter feito isso e me falou que se eu morresse minha família iria sofrer mais do que estão sofrendo de eu estar aqui dentro e isso me faz selecionar essa pessoa, por que sempre me deu suporte, conselhos, sempre entendeu o meu lado e me fez entender as coisas”* (P83); *“Ela me apoia para não ficar com pensamento ruim e eu desenvolvi vários conhecimentos durante toda a medida”* (P190).

No grupo de palavras apresentado em vermelho estão dispostos relatos de momentos em que os profissionais mediaram as relações dos adolescentes com seus familiares, como nos exemplos: *“Certa vez eu precisava receber visita mas as condições financeiras estavam precárias. Conversei com ela e ela procurou a prefeitura de minha cidade e fez um pedido pra mim poder ter visitas, e se tinha uma possibilidade de um veículo trazê-la aqui no centro, e a prefeitura autorizou uma visita de minha mãe. E sempre tenho visita uma vez por mês”* (P90); *“Já me deu vários conselhos durante minha medida, ou quando meus familiares não atendia a ligação, ou por conta de eu ser de outra cidade e não ter condições pra eles virem me visitar, aí ele ia e me explicava, dava*

*conselhos, etc. 'Nóis' aqui só quer ter uma oportunidade de um curso ou de uma faculdade pra sair dessa vida, e ele tenta ajudar” (P164).*

No conjunto apresentado em marrom estão dispostas as situações em que os profissionais aconselharam os adolescentes contribuíram para uma perspectiva mais positiva sobre si, como no exemplo: *“Quando eu cheguei aqui eu ‘tava’ com a mente muito revoltada, só queria saber de crime, só pensava em vender droga. Ai comecei a ser atendido por ela e ela me fez ver a vida por outro lado. Ela fez eu perceber a capacidade que eu tenho para mudar de vida e isso marcou muito minha vida, porque vou levar para a vida toda os atendimentos que tive com ela” (P13); “Ela sempre me fala pra seguir meu sonho que eu vou brilhar, sempre me apoiando para ir longe e para eu seguir meu sonho, mas mal sabe ela que meu sonho é ser igual a ela, ajudar e cuidar que nem ela, sempre lutando para a minha profissão dar certo” (P43).*

Já no agrupamento apresentado em preto, estão dispostas as palavras que refletem situações em que os profissionais promoveram reflexões acerca do futuro e de possíveis mudanças na trajetória de vida dos adolescentes, como demonstrado nos relatos: *“As palavras que ela fala sobre eu tomar um novo rumo pra minha vida, e o que eu estava fazendo para as vítimas fazia bastante mal, por conta que eu levava joias valiosas de valor sentimental e valor em dinheiro também” (P60); “Quando nasceu minha filha, ela me deu muito conselho pra eu ficar ‘firmão’ pra cuidar da minha filha lá fora e ajudar meus familiares. Agora eu tenho uma bebê pra dar amor e carinho e essa é minha meta pra sair daqui. Graças aos conselhos dela hoje eu penso assim, que esse lugar foi um aprendizado pra mim e eu vou lembrar dessa senhora para a vida toda” (P141).*

Cabe destacar que alguns adolescentes destacaram situações em que os profissionais estabeleceram relações cordiais diante de situações de violação de direitos, como pode ser observado no relato *“Brincadeiras no momento de tristeza, me ajuda na*

*hora que eu preciso em geral. Não gosto do [nome do profissional] porque ele me agride e o seu [nome do profissional] também me bate e pisa na minha cara” (P147); “Porque ele falou que gostou de mim e quando eu cheguei na internação mudei meu comportamento. Fui agredido desnecessariamente pelos funcionários [nomes dos profissionais]” (P153).*

## **DISCUSSÃO**

A partir da caracterização sociodemográfica dos adolescentes participantes deste estudo pode-se notar que a maioria são negros e do gênero masculino. Esses dados estão em consonância com os achados em âmbito nacional, tanto para a população adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas quanto para a população carcerária brasileira, que aponta a prevalência de homens negros privados de liberdade no Brasil.

O Levantamento Nacional do SINASE (Brasil, 2025) indicou que 93,1% dos adolescentes que cumpriam medida de internação no Brasil eram do gênero masculino e cisgêneros – pessoa cuja identidade de gênero está em consonância com o sexo biológico. Ainda, 72,9% desses adolescentes se identificam como pretos ou pardos. Já os dados publicados pelo Ministério dos Direitos Humanos sobre o encarceramento no país revelaram que 94,5% são homens cisgêneros e 70% negros (pretos ou pardos).

Diversos estudos têm buscado compreender o perfil dos adolescentes que cometem atos infracionais, bem como a motivação para tais ações a partir de uma perspectiva generalista da população (Gallinari & Bazon, 2021). Contudo, tais estudos são realizados a partir de dados de adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, ou seja, não tem como amostra todos os adolescentes que infracionam, mas enfocam naqueles que são, de fato, responsabilizados pelo ato infracional.

A esse respeito, Miranda e Paiva (2017) discutem que, dentro do sistema capitalista, o Estado penal tem a função de afastamento social de pessoas que, de diferentes maneiras, perturbam o funcionamento do sistema, como é o caso de jovens negros e pobres, que, ao infracionarem, escancaram a problemática da falta de acesso a políticas que deveriam ser universais. Nesse sistema, o caráter das medidas socioeducativas, sobretudo a de privação de liberdade, se distanciam das práticas educativas preconizadas no SINASE, e se aproximam do sistema penal ao constituírem espaços punitivos.

Essa falta de acesso a políticas públicas de educação, cultura, saúde, lazer, entre muitas outras, fica expressa nos dados sobre educação, trabalho e profissionalização dos adolescentes participantes deste estudo. Foi evidenciada uma defasagem de aprendizagem, que se justifica pelo afastamento dos adolescentes do ambiente escolar anteriormente ao cumprimento da medida de internação.

É sabido que a relação com a escola pode se constituir em fator de risco ou proteção relacionado ao ato infracional, sendo também de conhecimento no campo científico que adolescentes que cumprem medidas socioeducativas comumente relatam experiências negativas com a escola, como exclusão, falta de suporte diante de dificuldades de aprendizagem, conflitos com pares e professores, além de outros fatores que auxiliam o abandono escolar, como a necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento da família (Bazon, Silva & Ferrari, 2013; Machado, Zappe & Dias, 2021).

Contrariando o imaginário social que representa adolescentes como pessoas que buscam caminhos “fáceis”, neste estudo foi possível observar que a maioria dos participantes já haviam trabalhado antes do cometimento do ato infracional. Cabe destacar que a maioria dos trabalhos relatados são caracterizados como trabalho infantil. Além disso, trabalhos como plantio de vegetais, indústria de reciclagem, construção civil,

reparação de veículos, comércio ambulante, serviços domésticos, entre outros relatados são classificados pela Organização Internacional do Trabalho (1999) como algumas das piores formas de trabalho infantil, sendo expressamente proibidas a nível mundial por oferecerem riscos à saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A proibição do trabalho infantil no Brasil é preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a fim de garantir que crianças e adolescentes tenham direito ao desenvolvimento integral, com acesso à educação, lazer, esportes, entre outras políticas. Contudo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) registrou 1,65 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, representando um aumento das atividades ilegais envolvendo essa população.

A exploração de crianças e adolescentes é prática comum e historicamente observada no sistema capitalista, por representar formas de trabalho apartadas das legislações trabalhistas, de fácil controle e aceitação popular, subsidiada pela premissa de que o trabalho torna a criança mais digna e evita que se envolva com ações ilícitas (Galvão, 2017).

E é no âmbito do trabalho infantil que o tráfico de drogas, ato infracional mais cometido pelos adolescentes participantes do estudo vem ganhando notoriedade. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (1999), o tráfico de drogas se configura como uma das piores formas de trabalho infantil, tendo em vista que os adolescentes envolvidos com essas práticas têm suas vidas prejudicadas ou abreviadas.

Diversos estudos na temática também comprovam que os adolescentes que cumprem medida socioeducativa por tráfico de drogas possuem uma organização laboral que se assemelha muito às empresas, seja no cumprimento da jornada de trabalho, na forma de pagamento ou no controle de mercadorias. Também existe a compreensão

subjetiva dos adolescentes de que o tráfico de drogas e outros atos infracionais mais recorrentes (como o furto e roubo) são a única forma de ganhar dinheiro e garantir o sustento, não só dos adolescentes, mas de suas famílias (Costa & Barros, 2019; Pessoa, 2015).

Neste contexto de exploração e falta de acesso a recursos básicos, a socioeducação tem um importante papel educativo, possibilitando que os adolescentes possam não somente acessar políticas, mas pensar criticamente sobre si e sobre suas relações sociais e comunitárias (Galvão, 2017). Como defendido por Guareschi (2020), é a partir das relações que os seres humanos constituem sua subjetividade, e sobretudo, as relações participativas, solidárias e igualitárias são fundamentais para o processo de emancipação e diminuição das desigualdades.

#### *Práticas significativas na perspectiva dos adolescentes*

Como pode ser observado nas respostas dos participantes, os motivos que levaram à escolha do profissional foram pautados em relações de cordialidade, como acolhimento, conversas e características subjetivas dos profissionais. De igual maneira, as situações com os profissionais que os adolescentes apontaram como mais significativas dizem respeito a conversas, aconselhamento e até mesmo o tratamento cordial e não violento.

Apesar de não existir uma diretriz única sobre como os profissionais devem se relacionar com os adolescentes, diferentes legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e o SINASE (2012) sinalizam os adolescentes como sujeitos de direitos, devendo receber um tratamento humanizado e ter acesso a políticas que garantam o desenvolvimento integral.

Os conselhos profissionais também possuem normativas específicas para a atuação em diferentes contextos, como é o caso dos profissionais da psicologia, que, por

meio da referência técnica publicada em 2021, estabelece diretrizes para a atuação da categoria, pautadas na garantia de direitos, na compreensão crítica da realidade dos adolescentes, no atendimento dos adolescentes e famílias e no trabalho multidisciplinar.

Apesar disso, no que concerne à escolha dos profissionais, nota-se que os adolescentes não apontaram os técnicos por suas ações estruturadas, pautadas em metodologias científicas, mas pelas relações cotidianas que estabeleciam com estes. Ainda sobre a escolha dos profissionais, também é possível notar que uma parte significativa dos adolescentes apontaram experiências significativas com agentes de apoio socioeducativo.

A violência dentro das unidades socioeducativas, sobretudo na medida de internação, tem sido objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento, estando relacionada ao modelo carcerário, centrado na figura dos agentes de apoio socioeducativo que garantem a segurança das unidades. Relatos de agressões físicas, verbais, restrição de alimentação, entre outras formas de tortura são comumente observados nos estudos (Paes, 2016; Bonalume & Jacinto, 2020), tornando relevante a análise do apontamento desses agentes como pessoas significativas na vida dos adolescentes. Uma discussão plausível sobre o tema se encontra no fato desses adolescentes terem a sua vivência marcada por contantes e diversas formas de violências que, sistematicamente, são banalizadas (Zappe & Dias, 2011), fazendo com que um tratamento cordial seja compreendido como uma prática significativa pelos participantes.

Sobre as práticas profissionais, é válido destacar que a falta de estrutura e criticidade não pode ser atribuída exclusivamente ao técnico ou referência das unidades, tendo em vista que o sistema socioeducativo se encontra, em diversos momentos políticos, sucateado, com equipes incompletas e funcionários sobrecarregados de atividades, impossibilitando que sejam realizadas ações programadas, críticas e

emancipatórias (Costa, Alberto & Silva, 2022). Ainda assim, é necessário destacar a importância da realização de atividades grupais, ações envolvendo as famílias dos adolescentes e a comunidade, tendo em vista o caráter pedagógico da medida e necessidade de inserção social (Brasil, 2012).

## CAPÍTULO 4

### **Entre o muro e o horizonte: práticas profissionais significativas, cumprimento da medida e perspectivas de futuro na percepção de adolescentes privados de liberdade**

A hipótese norteadora do estudo foi que os profissionais considerados exemplos de práticas transformadoras eram aqueles que impactavam positivamente a trajetória de vida dos adolescentes, promovendo reflexões importantes para o seu desenvolvimento e processo de emancipação. Assim, o estudo teve como objetivos 1) investigar a natureza das práticas consideradas significativas pelos adolescentes, 2) verificar, segundo a percepção dos participantes, como o profissional influencia o cumprimento da medida socioeducativa, e 3) averiguar como é a rotina dos adolescentes que cumprem a internação, considerando as atividades preferidas e suas perspectivas de futuro.

## **METODOLOGIA**

### *Participantes e local*

Participaram do estudo 24 adolescentes, sendo quatro de cada unidade de internação selecionada para compor a amostra. Os participantes foram quatro adolescentes do gênero feminino e 20 do gênero masculino, com idades entre 16 e 19 anos ( $M= 17$ ;  $DP= 1,07$ ), autodeclarados majoritariamente como negros (pretos ou pardos). A Tabela 3 apresenta as principais informações sobre os adolescentes participantes do estudo e quais foram os profissionais apontados por eles como tendo práticas significativas.

### **Tabela 3 - Caracterização dos participantes**

<b>Nome<sup>2</sup></b>	<b>Idade</b>	<b>Cor</b>	<b>Profissional com práticas significativas</b>
Jonas	17	Parda	Assistente Social
Heitor	19	Parda	Assistente Social
Carlos	17	Branca	Assistente Social
Davi	17	Parda	Assistente Social
Marina	15	Preta	Agente de apoio socioeducativo
Joana	17	Preta	Assistente Social
Micaela	18	Parda	Assistente Social
Carol	17	Parda	Agente de apoio socioeducativo
Diogo	17	Parda	Psicóloga
Matheus	19	Branca	Assistente Social
João	18	Parda	Assistente Social
Tales	19	Parda	Psicóloga
Pedro	16	Parda	Agente de apoio socioeducativo
William	17	Preta	Pedagoga
Rodrigo	17	Parda	Pedagoga
Alisson	18	Preta	Agente de apoio socioeducativo
Cleber	17	Preta	Psicóloga
Kleyton	18	Branca	Psicóloga
Miguel	16	Branca	Pedagogo
Enzo	17	Parda	Pedagogo
Theo	16	Preta	Agente de apoio socioeducativo
Bernardo	16	Branca	Agente de apoio socioeducativo
Henrique	17	Branca	Agente de apoio socioeducativo
Gabriel	17	Parda	Agente de apoio socioeducativo

<sup>2</sup> A fim de preservar o sigilo da identidade dos participantes, foram utilizados nomes fictícios no estudo, selecionados do censo de nomes mais populares no Brasil, realizado pelo IBGE. A lista de nomes pode ser acessada em: <https://censo2022.ibge.gov.br/nomes>

## *Instrumentos e Materiais*

1. Roteiro de entrevista para os adolescentes (Anexo F): O instrumento foi composto por 16 questões estruturadas, subdivididas em quatro categorias temáticas. Na primeira, denominada *caracterização das experiências com o profissional*, foi questionada a natureza da relação com o profissional escolhido, sendo composta por questões como “O que te levou a escolher o/a (nome do profissional) como um bom exemplo?” e “Quais foram as situações em que o/a (nome do profissional) mais te ajudou?”.

A segunda categoria, nomeada *percepção de suporte recebido*, versava compreender as situações em que os adolescentes percebiam receber suporte do profissional, sendo formada por questões como “Na sua opinião, como o/a (nome do profissional) poderia te ajudar a resolver algum problema dentro da unidade?” e “Como você acha que o/a (nome do profissional) pode te ajudar a alcançar seus objetivos?”.

Na terceira categoria, chamada *práticas e ações consideradas um modelo a ser seguido*, averiguou-se o impacto transformador das práticas do profissional na trajetória dos adolescentes. Nesta categoria, foram dispostas questões como “Quais atitudes ou intervenções do/a (nome do profissional) mais te fazem pensar no futuro?” e “Você aprendeu alguma coisa com o/a (nome do profissional) que te fez mudar seu comportamento? Se sim, o quê?”.

Finalmente, na quarta categoria, intitulada “*possibilidades de aprimoramento do serviço*”, foi questionado a respeito do funcionamento diário do serviço e possibilidades de mudança, tendo agrupadas questões como “Como é sua rotina (dia a dia) aqui na unidade?” e “O que você acha que poderia ser feito para melhorar o atendimento aos adolescentes?”.

Além do roteiro de entrevista semiestruturado, foi utilizado um gravador de áudio e elaborado um diário de campo para cada unidade, contendo as principais percepções da pesquisadora acerca dos participantes e da rotina institucional, além de outros aspectos relevantes como conversas informais com os adolescentes e a equipe técnica das unidades. Também foram descritos os desafios e potencialidades percebidos durante a estadia da pesquisadora em campo.

### *Procedimentos*

A coleta ocorreu em salas de atendimento médico ou psicológico de seis unidades de internação, da Fundação CASA, sendo duas pertencentes à Divisão Regional Norte, uma da Divisão Regional Sudoeste, uma da Divisão Regional Oeste, uma da Divisão Regional Metropolitana Sudeste (DRMSE) e uma unidade da Divisão Regional Metropolitana Noroeste (DRMNO). As salas de atendimento eram fechadas por uma porta de ferro, ausentes de ventilação, e equipadas com uma mesa e duas cadeiras de plástico.

Os participantes foram selecionados com base na resposta a um instrumento anterior (ver em Capítulo 3) no qual foi solicitado que fizessem a indicação do profissional que consideravam ter práticas significativas para auxiliar no cumprimento da medida e após. Após a análise das respostas, foram sorteados quatro adolescentes de cada unidade, sendo dois que fizeram a indicação de cada um dos dois profissionais mais apontados como exemplos de práticas transformadoras da unidade de internação. A seleção foi feita de maneira aleatória, exceto pelo participante Henrique, que manifestou repetidamente o desejo de participar da entrevista.

Cada participante foi chamado individualmente para a realização da entrevista. Nesse momento, foi acordado com os agentes de apoio socioeducativo que os

adolescentes seriam conduzidos até a sala com a pesquisadora, e que a porta permaneceria encostada ou fechada. Após o término da entrevista, a pesquisadora chamaria o agente para conduzir o participante de volta ao pavilhão.

Na ordem sorteada, cada participante foi chamado na sala de atendimento médico e psicológico da unidade. Foi explicado o objetivo da entrevista e retomado que as respostas eram sigilosas e voluntárias, sendo que os adolescentes poderiam deixar o estudo a qualquer momento. Também foi apresentado o gravador de voz, e elucidado que sua utilização seria apenas para a posterior realização das transcrições das entrevistas.

Os adolescentes também foram instruídos a não dizer o nome do profissional com quem mantinha uma boa relação nem seu próprio nome durante a gravação. Caso surgissem dúvidas durante o processo, a gravação seria pausada e posteriormente retomada.

Dadas as orientações iniciais e reforçada a concordância em participar do estudo, os adolescentes foram identificados por um número previamente determinado e unidade de internação em que cumpriam a medida de internação. A entrevista teve uma duração média de dez minutos para cada participante. Após a realização das entrevistas, um agente de apoio socioeducativo conduzia os adolescentes de volta às atividades.

Durante a realização das entrevistas dois adolescentes solicitaram uma conversa com a pesquisadora. O participante identificado como Davi relatou que havia sido “resgatado” de outra unidade, na qual sofria agressões físicas e era “dopado” com medicamentos para que não “arrumasse confusão” com os funcionários e outros adolescentes. No decorrer da entrevista, foi possível perceber que Davi tinha dificuldade de compreensão das questões, sendo necessário explicar diversas vezes o que estava

sendo perguntado em cada item do instrumento. Além disso, o adolescente salivava excessivamente, necessitando uma fralda de pano para limpar a boca constantemente.

Quando questionado sobre a condição do adolescente, um agente de apoio socioeducativo confirmou que o garoto estava em processo de recuperação e desmame de medicações que ele tomava em excesso para conter ataques de raiva em outra unidade. Ele também relatou que havia diversos outros casos de adolescentes “resgatados” dessa unidade, e todos estavam excessivamente medicados. Alguns apresentavam dificuldade de locomoção e fala, bem como raciocínio e compreensão.

O segundo adolescente, identificado como Henrique, havia solicitado conversar a sós com a pesquisadora e logo que foi chamado à sala de entrevistas, relatou que estava sofrendo violência física por dois agentes de apoio socioeducativos do local, sendo as práticas mais comuns tapas no rosto, chutes e socos. A pesquisadora responsável pelo estudo questionou se os adolescentes haviam contado sobre as agressões para alguém da unidade — pois havia outros relatos de agressão — e Henrique respondeu que todos sabiam sobre as agressões, mas “não faziam nada”. Passado o dia de coleta, a encarregada técnica da unidade ligou para a pesquisadora, informando que ficara sabendo do relato do adolescente, e informando que ele possuía “diversos problemas psiquiátricos”, mas que estavam investigando práticas abusivas ocorridas na unidade.

### **Análise de dados**

As respostas à entrevista foram salvas em uma pasta criptografada do drive, e posteriormente transcritas na íntegra. As transcrições foram analisadas com o suporte do software Atlas TI, um programa computacional que auxilia na elaboração de códigos, temáticas e grupos semânticos de excertos transcritos, sendo seu uso recomendado em pesquisas de cunho qualitativo cuja base de dados é extensa (Jiménez, 2021).

Frente a natureza qualitativa das informações geradas no trabalho de campo, a análise de dados, foi feita por meio da Análise Temática — do tipo Reflexiva, proposta pelas autoras Braun e Clarke (2006). Essa técnica foi selecionada com o objetivo de gerar uma análise interpretativa e contextualizada dos dados. Esse método consiste na realização de seis fases, descritas na Tabela 4, que visam alcançar imersão e profundo engajamento com os dados. Vale ressaltar que, devido ao caráter qualitativo dos dados, esse procedimento é flexível e deve ser adaptado para cada banco produzido conforme a necessidade (Graciano et al., 2022).

**Tabela 4: Descrição das fases realizadas na Análise Temática de Braun e Clarke (2006)**

<b>Fase</b>	<b>Descrição</b>
1) Familiarização com dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando os temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

Para assegurar confiabilidade na análise qualitativa dos dados, foi empregada a técnica de análise de juízes independentes (Souza, 2019). Os excertos foram analisados

separadamente por dois pesquisadores com notória experiência no tema, incluindo a pesquisadora responsável pela Tese e um pesquisador que também possuía vasta experiência atuando como psicólogo em diferentes unidades de internação.

Estava previsto que quaisquer divergências nas análises seriam submetidas a um terceiro juiz (orientador do estudo), contudo, não foram identificadas contradições nas análises. Foram integralmente adotadas as recomendações feitas por Connelly (2016), contemplando os princípios de credibilidade, confiabilidade, confirmabilidade, transferibilidade e autenticidade, de modo que a análise atenda os parâmetros estabelecidos pela comunidade científica internacional de boas práticas na pesquisa qualitativa.

## **RESULTADOS**

Como pode ser observado na Tabela 3, a maioria dos profissionais apontados pelos adolescentes como tendo práticas significativas, a saber, 66,7% (n=16) possuíam formação superior e atuavam nas unidades como técnicos de referência. Já os agentes de apoio socioeducativo – responsáveis pela segurança – representaram 33,3% da amostra (n=8), e possuíam formação de nível superior em áreas não relacionadas à socioeducação (ie., marketing, administração, entre outros).

Com relação à atuação profissional, 33,3% (n=8) atuavam como assistentes sociais, 33,3% (n=8) como agentes de apoio socioeducativos, 16,7% (n=4) atuavam como psicólogas e 16,7% (n=4) como pedagogos.

### *Síntese do histórico dos participantes*

Nesta seção, apresenta-se um breve histórico da vida dos participantes, com ênfase nos atos infracionais cometidos, nas medidas socioeducativas cumpridas, nas relações familiares, nos projetos de vida e em outros aspectos relevantes de suas trajetórias. O objetivo é permitir que os leitores desta Tese se aproximem da realidade vivida pelos adolescentes, compreendendo o contexto social e pessoal que envolve suas experiências. Em estudos de abordagem qualitativa, informações dessa natureza contribuem para uma análise mais aprofundada dos dados empíricos, permitindo extrapolar explicações simplistas ou relações causais diretas, bem como favorecem uma compreensão mais ampla e contextualizada dos fenômenos investigados.

#### **Jonas**

Com 17 anos, Jonas cumpre a medida socioeducativa de internação pela quarta vez por furto, tendo cumprido também três medidas de liberdade assistida. Possui histórico de trabalho na barbearia do tio, além de fazer “bicos” como jardineiro e roçador. Um jovem tímido, que possui defasagem escolar de 10 anos e relata dificuldades na comunicação com a família. Gosta de futebol e sonha em ser barbeiro.

#### **Heitor**

O jovem de 19 anos cumpre pela primeira vez medida socioeducativa, por abuso sexual. Relata nunca ter tido “problemas” com a escola ou na família, destacando que atualmente cursa o ensino superior em tecnologia. Sem histórico anterior de trabalho, deseja concluir os estudos e trabalhar como engenheiro de *software*.

#### **Carlos**

Carlos é um adolescente observador e reservado, que também cumpre pela primeira vez uma medida socioeducativa, por abuso sexual. Destaca que prefere estar com as máquinas em vez de pessoas, por isso seu sonho é trabalhar com programação de jogos. Relata que já ganhou alguns campeonatos de jogos *online*, inclusive durante o cumprimento da medida. Também aponta que já iria concluir os estudos com excelência, demonstrando desejo em ingressar em uma universidade pública de prestígio.

### **Davi**

O adolescente cumpre pela segunda vez a medida socioeducativa de internação pelo ato infracional análogo a roubo qualificado. Relata que, apesar de ter sido designado o cumprimento de medidas anteriores em meio aberto (liberdade assistida), nunca cumpriu nenhuma dessas. Sem histórico anterior de trabalho, o jovem fala e se movimenta com dificuldade, devido ao excesso de medicação a que fora submetido em outra unidade de internação. Relata que seu sonho é seguir com a medicação correta para melhorar o humor, e diminuir as explosões de raiva para poder arrumar um emprego.

### **Marina**

A adolescente cumpre pela primeira vez uma medida socioeducativa por tentativa de homicídio contra um familiar. Com histórico de trabalho como atendente em um estabelecimento de fast food, ela sonha em concluir os estudos e trabalhar como psicóloga, pois, de acordo com seu relato, é muito observadora e gosta de escutar.

### **Joana**

Joana é uma adolescente extrovertida que cumpre sua primeira medida socioeducativa pelo ato infracional análogo ao latrocínio (roubo seguido de homicídio). Com histórico de trabalho como atendente em uma lanchonete, relata que não possui

vínculos familiares, e a medida possibilitou que ela fizesse cursos profissionalizantes ligados à biomedicina, área que pretende seguir como carreira.

### **Micaela**

A jovem relata estar cumprindo sua segunda medida socioeducativa por furto, sendo a primeira realizada em meio aberto. Com certa timidez, relata que possui dificuldades em se relacionar com a família, e a medida socioeducativa tem facilitado esse vínculo. Possui histórico de trabalho como vendedora e tem um filho que, atualmente, reside na unidade de internação.

### **Carol**

A adolescente cumpre sua primeira medida socioeducativa por tráfico de drogas, atividade que toda sua família pratica. Relata que sempre trabalhou de Jovem Aprendiz, porém o tráfico sempre esteve presente em sua vida. Gosta da escola e sonha em ser cantora ou esteticista, realizando cursos ligados às profissões durante o cumprimento da medida.

### **Diogo**

O adolescente cumpre sua primeira medida socioeducativa de internação por roubo, mas relata ter cumprido uma medida de liberdade assistida meses antes pelo mesmo ato infracional. Não possui histórico de trabalho anterior à medida, mas deseja trabalhar com tecnologia no futuro. É tímido e possui defasagem escolar de 8 anos, e alega não gostar da escola por não entender o conteúdo.

### **Matheus**

O jovem de 19 anos cumpre a segunda medida socioeducativa de internação, sendo a primeira pelo ato infracional análogo ao roubo e a segunda por homicídio. Conta

que é membro de uma facção, a qual denomina como “família”. Além dessas medidas, o jovem relata ter cumprido medida de liberdade assistida uma vez, como progressão de sua última medida de internação. Não possui histórico anterior de trabalho, mas relata que seu sonho era ser jogador de futebol.

### **João**

O jovem cumpre sua sexta medida socioeducativa de internação por roubo. Alega ser membro de uma quadrilha, tendo já cumprido outras medidas de internação e liberdade assistida pelo mesmo ato infracional. Possui histórico de trabalho como vendedor ambulante e catador de reciclados. Relata que as unidades de internação tem sido sua casa desde os 12 anos, e não planeja realizar nenhuma outra atividade no futuro, reconhecendo que seu destino é a cadeia.

### **Tales**

O jovem é irmão mais velho de João e cumpre medida socioeducativa na mesma unidade de internação. É a segunda medida que cumpre por roubo, havendo cumprido uma medida de privação de liberdade e uma liberdade assistida pelo mesmo ato infracional. Tem histórico de trabalho em uma transportadora, e deseja seguir trabalhando no ramo quando sair da medida, relatando arrependimento da vida que levava.

### **Pedro**

Pedro é um adolescente de 17 anos que cumpre sua quarta medida de internação por envolvimento com o tráfico de drogas, havendo cumprido também três medidas de liberdade assistida como progressão de medida pelo mesmo ato infracional. Exibe as tatuagens que o caracterizam como membro de uma conhecida facção do estado, a quem chama de família. Relata ter sido criado pelos membros da facção, e nunca frequentou

formalmente a escola. Ao sair da internação, pretende voltar para casa, sem pretensão de romper vínculos com a atividade que lhe garante o sustento.

### **William**

O adolescente cumpre sua quarta medida de internação por tráfico de drogas. Também é membro de uma facção do estado, e relata nunca ter conseguido cumprir as medidas em meio aberto, pois o tráfico garante o sustento de sua família. É pai de duas crianças e deseja concluir os estudos (tem defasagem escolar de 10 anos) e atuar como barbeiro em sua cidade natal.

### **Rodrigo**

O adolescente se descreve como rebelde e extrovertido. Possui defasagem escolar de 4 anos, que está conseguindo diminuir com os estudos na unidade. Cumpre sua segunda medida socioeducativa de internação por roubo, havendo cumprido também duas medidas em meio aberto pelo mesmo ato infracional. Relata dificuldade em manter contato com a família, pois cumpre a medida em uma cidade a pouco mais de 100 quilômetros de sua cidade natal (segundo ele, foi “expulso” da unidade de sua cidade porque desafiava os técnicos). Deseja fazer algum curso técnico e retornar para sua cidade natal após a medida.

### **Alisson**

O jovem se descreve como tímido e reservado, e relata ter abandonado a escola aos 11 anos para trabalhar como servente de pedreiro. Cumpre sua segunda medida de internação por envolvimento com o tráfico de drogas, e planeja tirar habilitação ao sair da unidade e trabalhar como tratorista em uma fazenda da região, trabalho que diz ser seu sonho desde a infância.

### **Cleber**

O adolescente cumpre sua primeira medida socioeducativa pelo ato infracional análogo ao roubo. Relata estar profundamente arrependido do ato infracional cometido, dizendo que fazia mal a pessoas inocentes, tirando coisas importantes delas. Tendo concluído seus estudos, deseja atuar como segurança após o cumprimento da medida, pois, segundo ele, é uma profissão que protege as pessoas e valoriza suas características físicas (grande e forte).

### **Kleyton**

O jovem cumpre a quinta medida socioeducativa de internação pelo ato infracional análogo ao tráfico de drogas. Tendo cumprido também cinco medidas de liberdade assistida pelo mesmo ato infracional, relata ter passado mais tempo “preso” que com sua família (que tem membros também envolvidos com o tráfico). Tendo histórico de trabalho em uma empresa de empilhadeiras, deseja finalizar os estudos, mas relata que não sente que vai conseguir romper vínculos com o tráfico.

### **Miguel**

O adolescente cumpre a primeira medida de internação por furto, havendo cumprido anteriormente uma medida de liberdade assistida pelo mesmo ato infracional. Relata estar arrependido do ato, especialmente por ser o principal provedor de sua família (mãe e avó). Quando sair da medida, planeja seguir trabalhando como eletricista (função que já exerce desde os 13 anos) para sustentar sua família.

### **Enzo**

O adolescente cumpre a segunda medida de internação por envolvimento com o tráfico de drogas, havendo cumprido também uma medida em meio aberto pelo mesmo

ato infracional. Com histórico de trabalho como servente de pedreiro, relata que planeja arrumar emprego para sustentar a família, pois tem dois filhos e uma esposa para sustentar.

### **Theo**

O adolescente cumpre sua primeira medida socioeducativa de internação pelo ato infracional análogo ao homicídio. Relata que já cumpriu outras duas medidas em meio aberto por furto. Com histórico de trabalho anterior como auxiliar de mecânico, tem o sonho de abrir sua própria oficina quando sair da unidade.

### **Bernardo**

O adolescente cumpre a medida socioeducativa de internação pela primeira vez, pelo ato infracional análogo a furto. Relata ter cumprido anteriormente uma medida em meio aberto por tráfico de drogas. Com defasagem escolar, não pretende continuar os estudos quando sair da unidade, mas deseja trabalhar na barbearia do tio.

### **Henrique**

Cumpre a medida socioeducativa de internação pela segunda vez pelo ato infracional de tráfico de drogas, havendo também cumprido uma medida em meio aberto por furto. Possui histórico de trabalho em um lava-jato e deseja seguir trabalhando para sustentar a família e auxiliar o pai, que está doente.

### **Gabriel**

O adolescente cumpre a medida de internação pela segunda vez, havendo cumprido também uma medida em meio aberto pelo ato infracional análogo a roubo. Possui histórico de trabalho como borracheiro, profissão que deseja seguir quando sair da

unidade. Relata que seu maior sonho é reconquistar a namorada e o filho, de quem está afastado por conta do ato infracional.

### **Experiências significativas nas unidades e suporte recebido**

A partir da análise das entrevistas, foram identificadas quatro temáticas, a saber:

1) Experiências significativas com o profissional, 2) percepção de suporte recebido; 3) Práticas consideradas um modelo a ser seguido e 4) Rotina e possibilidades de aprimoramento do serviço.

#### *Experiências significativas com o profissional*

As experiências significativas com os profissionais foram relatadas a partir dos motivos que levaram os adolescentes à escolha dos mesmos e as vivências durante o cumprimento da medida.

Os motivos que levaram os adolescentes a escolherem o profissional foram caracterizados pelo tratamento cordial, conversas e conselhos que auxiliam no cumprimento da medida socioeducativa.

***Pedro:** Ah, só que eu tenho mais a intimidade com ele, sabe? Ele me passa alguns jeitos diferentes de analisar a vida, sabe? Ele me dá atitude, acolhe, me dá conselho. Eu converso muito com ele, né? Então, a intimidade com ele é o que eu vou escolher nele, sabe?*

***Marina:** Ah, porque ela é uma pessoa muito carinhosa, bondosa, ela é uma profissional que... sabe? Ela sabe conversar com a gente, os conselhos que ela*

*dá, se a gente faz as coisas erradas, ela explica para a gente, tudo, ela é uma pessoa muito... Ela é perfeita para mim, é maravilhosa.*

Além disso, alguns adolescentes apontaram como experiências significativas ações ligadas a práticas profissionais específicas, como o psicólogo auxiliar no manejo das emoções, o ensino dos pedagogos, atividades físicas propostas por profissionais da área, entre outras.

***Cleber:*** *Porque ela é psicóloga, ela me ajuda bastante, conversa bastante comigo.*

***Enzo:*** *Ele é muito humilde e traz sempre coisas novas pra “nóis” distrair a mente, tipo academia, jogos e outras coisas. Ele me trata com respeito e conversa sobre o que eu quero para o meu futuro.*

***Heitor:*** *Porque sempre ela me ajudou, tipo quando eu preciso fazer cursos, atividades, ela sempre correu atrás pra mim.*

Com relação às experiências vivenciadas com o profissional durante o cumprimento da medida de internação, os participantes destacaram situações em que os profissionais auxiliaram na relação com familiares (facilitando visitas e ligações telefônicas) e com outros adolescentes e profissionais (evitando brigas e desentendimentos). Também citaram situações em que os profissionais ofereceram suporte emocional em situações difíceis.

**João:** *Ah, que nem eu falei, senhora, sobre as brigas, pra mim não me ‘arrastar’ pra ir embora mais cedo. Sobre as coisas que também eu ‘tô’ precisando aqui [materiais escolares, produtos de higiene], se eu chegar nele ele vai lá e busca pra mim.*

**Davi:** *Uma vez, senhora, ‘tava’ difícil pra minha mãe visitar eu. Aí foi um dia de semana, ela conseguiu conversar com a... é... como é que chama? Assistente social da minha cidade pra trazer minha mãe aqui. Aí, vi minha mãe, fiquei feliz, e nesse dia me ajudou bastante.*

**Gabriel:** *No dia que minha avó morreu. Ele conversou comigo... foram umas duas horas conversando comigo, mais ou menos. Ele me aconselhou para eu não desistir, para eu continuar essa luta. Porque eu já ‘tava’ prestes a perder a luta para a tristeza, então eu ia entrar em uma depressão profunda.*

#### *Percepção de suporte recebido*

Nesta temática, bucou-se verificar, a partir da vivência dos adolescentes durante a medida, as práticas que eles compreendiam como auxílio e suporte. Além disso, foram investigados os planos futuros dos adolescentes e como os profissionais poderiam auxiliar em suas escolhas. Todos os participantes relataram que os profissionais os auxiliam no cumprimento da medida, sobretudo por meio de conversas e conselhos e facilitam a convivência com outros adolescentes e com a equipe técnica da unidade.

**Carlos:** *Com certeza! Ela sempre... tipo assim... sempre que eu levo alguma coisa para ela, comento algum problema com ela, ela sempre procura saber o que está*

*acontecendo, se eu preciso de ajuda. E ela é uma pessoa que eu sei que eu posso contar. Se eu pedir ajuda, eu tenho quase certeza que ela vai ajudar. E se ela não conseguir resolver, ela vai mover montanhas para dar certo.*

**Joana:** *Com algum problema aqui dentro? Sim, poderia, porque até então, né, ela é... Ela pode mais do que eu. Então, sempre que eu tenho um problema aqui, também eu recorro a ela e ela sempre me ajuda. Ou conversando com a diretoria, né, ou com a parte da coordenação, mas ela consegue me ajudar, sim, com todos os problemas aqui.*

**Theo:** *Passando conhecimento para mim, senhora. Falando para mim... Falando coisas boas pra me acalmar, senhora.*

Com relação à possibilidade de auxílio após o cumprimento da medida, os adolescentes demonstraram incerteza sobre a possibilidade de contato com o profissional. Ainda assim, a maioria relatou que acreditam haver possibilidades de o profissional auxiliá-los, especialmente favorecendo redes de contato com empresas e outros locais de trabalho, com a escola e com a família dos adolescentes.

**Diogo:** *Com certeza! Bom, com a minha família, procurar me aproximar de alguns membros da minha família, ela já vem me ajudando com isso. Então, tipo, procurar um novo plano de vida pra mim, questão de faculdade, ela está me ajudando a correr atrás, questão de emprego, então ela é uma pessoa que ajuda bastante.*

**Tales:** *Arrumando uma vaga pra mim, senhora, na escola que eu quero.*

**Gabriel:** *Se eu visse ele, eu ia conversar com ele, ver se tinha um emprego para mim, para eu não estar fazendo uns bicos também. Se eu tiver em uma empresa de trabalho, eu queria fazer uns bicos. Porque assim, eu quero construir minha família.*

Quando questionados sobre percepção que tinham sobre a possibilidade do profissional ter práticas significativas também para outros adolescentes, novamente os participantes relataram a capacidade de ajuda por meio de conversas e conselhos para a vida. Além disso, citaram também ações como a possibilidade de acalmar outros adolescentes, de assessorar nos estudos, mediar o contato com a família, promovendo o fortalecimento de vínculos, facilitar o acesso a consultas médicas e odontológicas, entre outros.

**Henrique:** *Ela tem um coração bom, senhora. Mas ela pode ajudar em várias formas, senhora. Conversando, levando pra fazer limpeza pra tirar o estresse, sabe, senhora?*

**Bernardo:** *Sim, senhora. Ele é bastante legal, como eu te falei, ele tem um bom coração, senhora, ele escuta todo mundo. Porque, tipo, se a pessoa estiver precisando, se escasso de briga aí, ou de outra forma, precisar de alguma coisa dentro do dormitório, ele tá lá, o que ele puder te ajudar, ele te ajuda.*

Já com relação aos projetos futuros e a influência dos profissionais na decisão, a maioria dos adolescentes compartilhou o sonho de concluir os estudos e trabalhar para

ajudar a família, ainda que reconhecessem as dificuldades enfrentadas na comunidade, com destaque para o preconceito e estigmas ligados ao cometimento do ato infracional e a condição de pobreza.

***Enzo:** Quero arrumar um emprego e dar uma vida melhor para a minha família. Tenho dois filhos para criar, senhora. Eu preciso ser exemplo para eles.*

***Carol:** Ah, eu gostaria de estudar, fazer curso e colocar em prática tudo o que eu aprendi aqui dentro. Colocar o autocontrole na minha vida, a paciência, a espera e fazer as coisas por mim, não pela minha família nem por ninguém, só por mim. Eu gosto de cantar, né? Mas sei que é difícil seguir essa carreira. Mas eu também gostaria de fazer desenho de sobrancelha, extensão de cílios, essas coisas... Acho mais possível pra mim.*

A influência dos profissionais nos planos futuros dos adolescentes foi relacionada à elaboração e acompanhamento do PIA, além de elogios pelas conquistas motivação para concluir o planejamento.

***Jonas:** Ela me motiva, senhora, a não desistir, senhora. Eu falei pra ela que eu tava na barbearia, senhora. Ela tá me motivando, senhora.*

***Carlos:** Grande parte das vezes meio que esse planejamento está sendo feito junto. Então, tipo, eu pergunto para ela o que ela acha, ela dá um pouco da opinião para mim. Fala a questão de faculdade, a questão de emprego, o que ela acha legal.*

*Sabe é, muito tipo... não tem uma palavra certa... É recíproco, uma conversa recíproca, dá para ver o sentimento que ela se importa, sabe?*

**Joana:** *Ela me dá bastante plataformas de estudo, assim, sabe? Ela me indica muitos livros. Sempre que tem uma situação, assim, que... Às vezes tem uma matéria que eu não entendo muito bem, e quando a gente tá em atendimento, eu converso com isso sobre ela. E eu converso com ela sobre isso e ela sempre me ajuda. Ela indica alguém que pode explicar melhor, e ela sempre me ajuda.*

#### *Práticas consideradas um modelo a ser seguido*

Nesta temática foram verificadas características dos profissionais que os adolescentes admiram, o que mudariam nas medidas socioeducativas se pudessem e as práticas dos profissionais que impactaram positivamente os adolescentes e que consideram um modelo a ser seguido. Com relação às características dos profissionais que os adolescentes mais admiram, foram citados traços como humildade, tratamento cordial, bondade, personalidade brincalhona e seriedade profissional. Além disso, a maioria dos participantes relatou que não mudaria nenhuma característica do profissional escolhido, com exceção de Joana, que apontou a necessidade da profissional ser mais rigorosa com algumas meninas, e Gabriel, que destacou que o profissional escolhido às vezes é sincero demais.

**Marina:** *A forma como ela trabalha e lida com as pessoas. Ela é uma pessoa que sabe se colocar, ela tem empatia, ela se coloca no lugar das outras pessoas, ela sabe conversar, ela sabe ser “ser humano”, sabe? É uma pessoa maravilhosa.*

**Pedro:** *Ah, senhora, ele é animado, assim, sabe? [Gosto] que ele é esforçado e faz o trabalho dele certinho. Ele não falta, é brincalhão, mas também leva a sério, senhora, pra conversar, senhora.*

**Enzo:** *Gosto da humildade e do respeito com que ele trata nós por que isso ajuda a gente a passar bem o dia aqui, né? Ele até levou nós para viajar um dia e foi muito bom.*

Sobre as experiências com os profissionais que fizeram os adolescentes refletirem sobre o futuro, foram pontuados momentos de reflexão sobre o ato infracional, sobre o relacionamento com a família e incentivo à mudança na trajetória de vida.

**Matheus:** *Ele me fala para mudar de vida. Ele me incentiva, eu vou colocando na minha cabeça, tipo, seu filho está lá fora. Seu corre não é aqui dentro, é lá fora. Seu filho, sua mulher está te esperando. Então, é desse jeito que ele me incentiva e me ajuda também a me transformar.*

**Rodrigo:** *Ah, quando eu ficava conversando com o [nome do profissional], já me peguei pensando no que eu fiz.*

**Marina:** *Ah, porque ela mostra pra nós que aconteceu muitas coisas na vida dela também. E que ela venceu, e que a gente também pode vencer. E isso ela me inspira a lutar por mim, a lutar pra realizar meus sonhos.*

No tocante às experiências com os profissionais que os adolescentes acreditam terem influenciado em uma mudança de perspectiva, foram relatadas influências positivas

que culminaram em maior controle da raiva e percepção positiva das qualidades dos adolescentes.

**Henrique:** *Eu brigava muito, senhora. Na minha primeira internação, senhora, eu não queria saber de nada. Eu brigava, discutia, xingava todo mundo. Agora não, senhora. Porque ela está conversando mais comigo, e eu não sou mais do jeito que eu era, senhora.*

**Tales:** *Sim, eu era muito briguento quando cheguei aqui, e ele sempre conversou comigo pra eu ficar suave e não brigar com outros moleques e com os “funça” [agentes de apoio socioeducativo], e agora eu sou mais de boas.*

**William:** *Ah, ela fala, senhora, como que eu vou querer isso pro meu filho. Como que... se fosse o meu filho aqui no meu lugar, aqui... Se fosse o meu filho... para mim mudar de vida, para ele seguir o meu exemplo.*

Finalmente, sobre as experiências positivas que os adolescentes tiveram com os profissionais e que poderiam ajudar no futuro, foram destacados atributos como maior capacidade de escutar outras pessoas e ter mais empatia, além da identificação entre a história de vida dos profissionais com a trajetória dos adolescentes.

**Heitor:** *[Aprendi] na forma de ouvir mais os outros, assim como observar mais, também.*

**Jonas:** *Aprendi a bondade, senhora. Eu era ruim, senhora, fazia mal para os outros... Aprendi a conversar mais também, senhora, eu era muito tímido.*

*Alisson: Ah, é. Ele me falou que trabalhava de servente [de pedreiro] antes de ser funcionário. E ganhava 30, 40 'real'. E hoje em dia ele falou que foi se esforçando, trabalhava de tarde, ia para a escola à noite. Conseguiu esse concurso... conseguiu passar e está aí até hoje, senhora. Isso já é um aprendizado.*

#### *Rotina e possibilidade de aprimoramento do serviço*

A rotina dos adolescentes variou conforme a unidade em que cumpriam a medida de internação, mas todos relataram que passam pelo menos um período nas atividades de estudo (escola ou universidade), além dos cursos profissionalizantes e oficinas. Também foram destacadas as atividades esportivas, que são obrigatórias para os adolescentes, além da rotina de higiene (banho, escovação de dentes) e manutenção das unidades.

*Carol: De manhã a gente acorda às 5 horas da manhã, aí a gente vai pro banho, aí volta a dormir até oito e meia, aí oito e meia começa as atividades, a gente acorda de novo, e dobra a coberta, arruma o cabelo e vai pras atividades. Aí toma café e depois vai pras atividades, aí como agora é momento de férias, a gente vai pra atividade, aí tem atividade até as 5 horas, que são atividades de lazer, né? Pra gente fazer as coisas que nós gostamos, jogar bola, vôlei, essas coisas. E às 5 horas a gente fica com a segurança, porque quem propõe as atividades pra gente das nove e meia até às 5 horas da tarde é a pedagogia. Aí depois das 5 horas, nós fica com a segurança, aí a gente pode jogar dominó, assistir filme, até seis e meia, seis e meia a gente janta, e depois que a gente janta, nós vai pro quarto, toma um banho e fica até dez horas lendo ou fazendo alguma coisa, ou até mesmo pode dormir.*

As atividades que os adolescentes mais gostam de realizar na unidade variaram entre a prática de esportes e jogos, sendo que a maioria dos adolescentes do gênero masculino relataram gostar de futebol, por ser uma atividade que gasta energia e controla a adrenalina. Já os adolescentes Carlos e Davi, relataram gostar de jogos online e atividades mais calmas, como ouvir música. Entre as adolescentes do gênero feminino, foram ditas atividades ligadas à escola e cursos profissionalizantes, pois podem auxiliar para conseguir um trabalho no futuro.

Da mesma maneira, as atividades que os adolescentes menos gostam na unidade também foram variadas. Diversos adolescentes relataram não gostar da escola, alegando que não compreendem bem algumas disciplinas ou não enxergam a função social dos estudos para o futuro. Além disso, alguns adolescentes destacaram a dificuldade em ficar sentados ou quietos, bem como os momentos em que precisam estar sozinhos. Ainda, foram pontuados alguns esportes e palestras.

**Miguel:** *Não gosto da escola, porque eu acho muito difícil e é muito chato ficar sentado.*

**Pedro:** *Ah, senhora, cartas, de vez em quando o curso. Carta eu faço e não recebo, sabe? E curso tem dias que não tá num momento muito bom e nós fica meio perdido.*

**Gabriel:** *Hum, vôlei, basquete. Ah, porque assim, é um... É um jogo nada a ver, né? Jogar um monte de gente.*

**Rodrigo:** *Ah, [não gosto] de ficar no quarto, senhora, eu não gosto bastante de ficar no quarto. É muito 'sozinho'.*

Finalmente, com relação ao que poderia ser alterado no sistema socioeducativo, os adolescentes tiveram dificuldade em responder, e a maioria relatou que não mudaria nada no atendimento. Os adolescentes que apontaram necessidade de mudança destacaram a falta de técnicos de referência na unidade, tratamento desrespeitoso e situações de violência perpetrada pelos profissionais contra os adolescentes.

**Heitor:** *Ah, vou citar um exemplo desse centro aqui, deveria ter mais técnicas, mais pedagogas, porque isso é uma grande falta aqui.*

**Carlos:** *Às vezes, a forma que você fala. Às vezes, pode mudar a forma que você trata uma pessoa, sabe? Às vezes, por exemplo, aqui o clima é um pouco tenso. Então, você fica sempre... Vou usar o termo à flor da pele. Então, às vezes, a pessoa fala alguma coisa que você não gostou e você acaba discutindo. Mas você não discute porque quer, é pela falta de respeito [dos profissionais]. Às vezes, a pessoa traz um pouco de problema de fora, sabe? E acaba descontando na gente.*

**Enzo:** *Tem muita gente aqui que trata a gente mal, grita com a gente e não tem respeito e humildade. Acho que isso precisa mudar porque a gente é humano e merece respeito.*

**Gabriel:** *Ah, senhora, colocar mais educação, mais disciplina. E não deixar os funcionários baterem em nós, né?*

Ainda, foi destacado o bom atendimento em algumas unidades de internação, ressaltando o profissionalismo e respeito da equipe técnica com os adolescentes.

**Rodrigo:** *Ah é aquela coisa, né, senhora? O povo atende porque, querendo ou não, está ganhando pra isso, né? Está ganhando pra isso, né, senhora, aí atende bem nós.*

**Bernardo:** *Não [mudaria nada], senhora, porque os funcionários, agentes [de apoio socioeducativo], todo mundo é bastante participativo, conversa com a gente, é bastante legal da parte deles.*

**Carol:** *Eu não sei muito o que eu poderia [mudar]. Por causa que eu acho que o nosso atendimento aqui é bom. As pessoas tratam nós aqui diferente, né? Porque tem outras fundações que não têm as prioridades que a gente tem. E nós temos muita prioridade, é que eles pensam mais em nós.*

## DISCUSSÃO

Os dados obtidos neste estudo evidenciaram a problemática que, ainda que a maioria dos profissionais apontados pelos adolescentes sejam técnicos de referência atuando em sua área de formação, as práticas apontadas pelos adolescentes como significativas e transformadoras não dizem respeito a ações estruturadas e modelos interventivos com eficácia cientificamente comprovada no contexto socioeducativo. Ao contrário, foram apontadas como práticas significativas ações genéricas de cordialidade, acolhimento e respeito.

Como desdobramentos do SINASE (Lei nº 12.594, 2012) e legislações antecedentes de proteção infantojuvenil, foram estabelecidas normativas para a atuação

técnica no sistema socioeducativo, incluindo nas unidades de internação. Essas normativas prescrevem a escuta qualificada e o acolhimento como parte das atribuições dos profissionais que atuam como técnicos nas unidades.

Ainda, é preconizado que o atendimento garanta a proteção integral e dignidade humana, protegendo os adolescentes e suas famílias das formas de violência, exploração e opressão (Lei nº 8069, 1990). Além dessas diretrizes, também existem referências e normativas técnicas para atuação de profissionais específicos, como psicólogos, assistentes sociais e pedagogos.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) oferece diversas referências técnicas que auxiliam a compreensão das atribuições de psicólogos no sistema socioeducativo. Dentre essas atribuições destaca-se a elaboração de documentos técnicos, o acompanhamento dos adolescentes e suas famílias, além da garantia de direitos e capacitação profissional (Conselho Federal de Psicologia, 2010; 2012; 2021).

Já aos profissionais do serviço social cabe, além do acompanhamento do adolescente, o favorecimento do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, que inclui a reaproximação do adolescente com a família, inserção na escola e garantia de acesso a serviços de saúde, lazer, entre outros (Freitas, 2011).

Aos pedagogos cabe o planejamento e a execução do projeto pedagógico da unidade, além do planejamento de atividades culturais, profissionalizantes e de lazer, visando a promoção de um ensino crítico e emancipatório, além da garantia de direitos dos adolescentes e acesso a políticas públicas (Brasília, 2014). A partir dessas considerações sobre as normativas e referências para atuação no contexto socioeducativo, é possível notar que as práticas significativas apontadas pelos adolescentes estão alinhadas àquilo que é esperado de cada técnico.

Também é possível verificar que, em todas as unidades, é realizado o Plano Individual de Atendimento (PIA) e seu acompanhamento semanal. O PIA é o instrumento por meio do qual os adolescentes, juntamente com sua família e a equipe técnica, elaboram estratégias de intervenção que busquem suprir necessidades do desenvolvimento bem como garantir o acesso a políticas públicas (Brasil, 2018).

Contudo, o questionamento acerca das práticas profissionais nas unidades de internação decorre do fato de não serem propostas atividades socioeducativas como mediadoras de engajamento político e comunitário. Como pode ser observado nas respostas, ainda que as práticas tenham como finalidade a educação dos adolescentes e o oferecimento de novas perspectivas de vida por meio do exemplo, elas estão pautadas em uma perspectiva individualista, que atribui exclusivamente ao adolescente a responsabilidade pela mudança de vida, principalmente através do trabalho, a fim de garantir o sustento da família.

Destaca-se que é necessária uma compreensão crítica das realidades opressoras vividas pelos adolescentes, que, na maioria das vezes, são compelidos a assumir papéis de adultos, como provedores do lar, pais de família, mães solas, entre outros. Não surpreende que, no presente estudo, foi constatado que a maioria dos adolescentes entrevistados foram submetidos ao trabalho infantil e tiveram os vínculos com a escola enfraquecidos ou rompidos, sendo que alguns participantes relataram nunca terem concluído o Ensino Fundamental I em período regular.

Adicionalmente, é necessário compreender os motivos que levaram os adolescentes, mesmo envolvidos em situações de trabalho infantil, a cometerem atos infracionais, sobretudo tráfico de drogas e aqueles relacionados ao roubo. Feffermann (2018) argumenta que o tráfico de drogas é uma grande indústria que movimenta cerca de 400 bilhões de dólares anualmente. Obviamente, a maior parte desse montante não vai

para os adolescentes – considerados operários nessa indústria, atuando principalmente no transporte, na distribuição e venda das substâncias para os compradores finais – mas sim para os líderes dessa indústria.

Ainda assim, na lógica neoliberal, que se alimenta da desigualdade e exploração, é difícil conceber, sem se valer de uma meritocracia utópica, que os trabalhos realizados pelos adolescentes – em sua maioria na condição de subemprego, ou seja, sem a possibilidade de acesso a direitos trabalhistas, sem salário fixo, submetidos a condições desumanas – são compatíveis, a nível de remuneração, com os ganhos provenientes do tráfico de drogas e dos atos infracionais ligados ao roubo, como furto, latrocínio, entre outros (Feffermann, 2018).

Então, retoma-se o questionamento sobre a natureza das práticas profissionais e seu caráter emancipatório, preconizadas nos documentos relacionados à socioeducação. Em um estudo realizado por Cunha e colaboradores (2024) que investigou a relação entre projetos de vida e o PIA, foram verificadas narrativas semelhantes à dos participantes desta pesquisa. As autoras destacaram a tendência à individualização do ato infracional, além de uma perspectiva meritocrática sobre as possibilidades de mudança na própria trajetória de vida, presentes no discurso dos adolescentes. Além disso, foi evidenciado que os adolescentes não demonstraram possuir grandes sonhos ou expectativas sobre suas vidas, limitando-se a relatar a necessidade de concluir os estudos, arrumar um emprego e contribuir financeiramente com a família, dados que corroboram com os achados desta Tese.

A falta de projetos de vida e perspectivas de futuro para adolescentes é uma preocupação, pois está associada à maior vulnerabilidade política, econômica e social. A partir de uma perspectiva crítica, tem-se a proposta de que as atividades propostas no sistema socioeducativo têm o potencial de mediar a conscientização e o empoderamento

dos adolescentes. Aqui, cabe destacar que, sob a ótica marxista, conscientização diz respeito à percepção de si (indivíduo) e dos outros (sociedade), na medida em que se estabelecem complexas relações dialéticas. Além disso, o empoderamento, segundo Paulo Freire, diz respeito ao processo político de libertação das classes dominadas, rompendo com a lógica individualista do homem liberal (Freire & Shor, 1986, p. 72). Advoca-se que estes princípios deveriam balizar a atuação profissional nas medidas socioeducativas de internação.

Infelizmente, o que se tem observado nos estudos sobre o tema é que, por conta de vários desafios, os profissionais que atuam no sistema socioeducativo não têm conseguido avançar no planejamento e na execução da medida socioeducativa para além da elaboração de expectativas de um futuro incerto, romantizado e que retroalimenta a lógica do capital (Cunha et al., 2024). Porém, este estudo não se propõe a imputar a responsabilidade das mazelas da socioeducação exclusivamente aos profissionais que atuam nas unidades, justamente por considerar também as condições de trabalho a que estão submetidos.

Como apontaram Khun e Uziel (2022), não se trata de falta de vontade ou negligência desses profissionais, mas de desafios que variam desde o desconhecimento aprofundado da proposta educativa da socioeducação, até limitadores do trabalho como falta de materiais pedagógicos e dificuldade na articulação com outros serviços da rede de proteção. Adicionalmente, a redução da equipe, insalubridade do trabalho, fragilidade do vínculo empregatício e assédio de gestores foram apontadas como alguns dos fatores ligados à exaustão física e psicológica de profissionais que atuam na socioeducação, que impacta diretamente na forma como o trabalho é realizado (Maia & Morais, 2023).

Portanto, além de uma formação crítica desde a graduação até os cursos fornecidos pelas instituições socioeducativas, também é necessário que os profissionais tenham

condições materiais e psicológicas para a realização de um trabalho emancipatório com os adolescentes e suas famílias. Além disso, é urgente que os adolescentes e toda a comunidade compreendam a função do sistema socioeducativo, sobretudo a medida de internação, que ainda é percebida a partir de uma lógica punitivista, de afastamento social.

No presente estudo foi notado que os adolescentes percebem como práticas significativas àquelas relacionadas ao tratamento cordial e acolhimento, evidenciando a necessidade da execução de intervenções focadas no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tais achados também estão presentes no estudo de Lucena Filho e Nunes (2025), que verificaram a percepção de adolescentes egressos do sistema socioeducativo sobre a eficácia da medida. Os autores concluíram que os adolescentes tinham dificuldade de compreender a função da medida e, por planejar mudanças desconectadas da realidade material e sem o acompanhamento pós medida, não conseguiam seguir com as mudanças, retornando ao ato infracional.

Os adolescentes reconhecem que os profissionais indicados possuem boas intenções e oferecem suporte, destacando-se, sobretudo, a cordialidade como elemento central da relação. Entretanto, os relatos evidenciaram que as boas práticas não se traduzem em intervenções sistematizadas, pautadas em diretrizes e protocolos sólidos. Essa constatação levanta questionamentos sobre a eficácia das medidas de internação, que, na prática, tendem a reproduzir a lógica do capital, preparando indivíduos para ocupações laborais de baixo prestígio social e que demandam níveis limitados de educação.

Defende-se, portanto, que as intervenções nas medidas socioeducativas sejam estruturadas a partir de uma lógica crítica, que desafie estruturas opressoras e possibilite

aos adolescentes a tomada de consciência individual e coletiva sobre as desigualdades e mecanismos históricos que afetam suas vidas e as de suas famílias. Cabe, no entanto, ressaltar que essa perspectiva não pode responsabilizar exclusivamente os profissionais, que atuam em contextos de formação insuficiente e em estruturas de trabalho precárias. Mudanças efetivas na socioeducação demandam transformações paradigmáticas, viáveis apenas quando diversos setores da sociedade se comprometem a construir políticas e programas dispostos a revisar profundamente suas estruturas e modos de funcionamento.

## CAPÍTULO 5

### **O Fazer e o Transformar: Práticas Significativas e o Olhar dos Profissionais Sobre Desafios e Possibilidades na Socioeducação**

Este estudo partiu da hipótese que os profissionais mais apontados como exemplos de práticas significativas seriam aqueles que têm maior qualificação educacional, pois teriam um maior repertório teórico e recursos metodológicos estruturados em preceitos científicos para realizar intervenções com os adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação.

Os objetivos específicos foram: 1) verificar as concepções de adolescência que fundamentam o trabalho dos profissionais indicados pelos adolescentes; 2) analisar a trajetória de formação inicial e continuada destes profissionais, levando em consideração o tempo de formação e de atuação na instituição, tipo de universidade cursada (pública ou privada), vinculação a cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu), entre outros, 3) avaliar, segundo a perspectiva dos profissionais participantes, quais são os desafios enfrentados, mudanças nas diretrizes de trabalho e possíveis recomendações para a melhoria nos atendimentos direcionados aos adolescentes, e 4) verificar a natureza das relações que os profissionais estabelecem com os adolescentes, e de que maneiras influenciam em suas trajetórias de vida.

### **METODOLOGIA**

#### *Participantes e local de coleta dos dados*

Participaram do estudo os 10 profissionais indicados como exemplos de práticas significativas a partir da indicação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. Foram convidados a participar da pesquisa um total de 12 profissionais,

sendo os dois profissionais mais indicados de cada unidade de internação. Contudo não foi possível realizar a coleta com 2 deles, sendo um por motivo de transferência de unidade e outra por afastamento por doença durante o período do estudo. A Tabela 5 apresenta uma síntese de características sociodemográficas e laborais dos participantes do estudo.

**Tabela 5: Caracterização dos profissionais entrevistados**

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Etnia</b>	<b>Filiação Religiosa</b>	<b>Cargo</b>	<b>Divisão Regional</b>
Bruna	38 anos	Parda	Não	Psicóloga	DRMNO
Jéssica	47 anos	Branca	Não	Assistente Social	DRMNO
Marlene	62 anos	Branca	Espírita	Assistente Social	DRMSE
Inês	47 anos	Parda	Evangélica	Agente de apoio socioeducativo	DRMSE
Dalva	61 anos	Branca	Católica	Assistente Social	DRS
Madalena	48 anos	Branca	Espírita	Assistente Social	DRS
Rute	47 anos	Parda	Espírita	Agente de apoio socioeducativo	DRO
Sandra	48 anos	Branca	Católica	Psicóloga	DRN
Samuel	45 anos	Pardo	Não	Educador Físico	DRN
Otávio	40 anos	Branca	Espírita	Pedagogo	DDRN

### *Instrumentos*

1. Roteiro de entrevista para os profissionais (Anexo G): o instrumento continha questões sociodemográficas, como gênero, idade, etnia, cargo que ocupa na

unidade, unidade em que atua e filiação religiosa. Com relação às perguntas específicas, o roteiro foi composto por 23 questões, subdivididas em três categorias temáticas.

A primeira categoria foi intitulada “*formação e atuação profissional*”, e continha questões sobre o tipo de trabalho realizado pelo profissional na unidade, o tipo de instituição em que se graduou e os principais desafios enfrentados na atuação profissional. A segunda categoria, denominada “*crenças e concepções que fundamentam a atuação profissional*”, era composta por questões acerca das concepções sobre adolescência, ato infracional e cumprimento de medidas socioeducativas, como por exemplo, “Como você define a adolescência?” e “Em sua opinião, por que os adolescentes cometem atos infracionais?”. Por fim, a terceira categoria, *perspectivas futuras com relação ao trabalho desenvolvido e mudanças nas políticas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei*, foi composta por questões que versavam sobre a compreensão dos participantes acerca das políticas públicas (i.e., “Que tipo de intervenções você considera mais efetivas com os adolescentes?”; “O que você pensa sobre as políticas de atendimento aos adolescentes (como o SINASE)?”; “O que seria necessário para haver uma transformação efetiva na trajetória desses adolescentes?”).

Ainda como parte dos materiais, foi utilizado um gravador de voz portátil (modelo SONY PX470), a fim de gravar as entrevistas para posterior transcrição integral do áudio.

### *Procedimentos*

O estudo se deu em seis unidades de internação da Fundação CASA, sendo duas pertencentes à Divisão Regional Norte, uma da Divisão Regional Sudoeste, uma da Divisão Regional Oeste, uma da Divisão Regional Metropolitana Sudeste (DRMSE) e uma unidade da Divisão Regional Metropolitana Noroeste (DRMNO). Foi realizada a aplicação prévia de um questionário para os adolescentes que estavam cumprindo medida

socioeducativa de internação nas unidades selecionadas para coleta, no qual deveriam apontar o profissional que consideravam um exemplo de práticas significativas.

A seleção dos profissionais foi feita da seguinte maneira: 1) A partir de uma indicação prévia dos adolescentes de um profissional que consideravam ter práticas significativas e transformadoras, os profissionais de cada unidade foram identificados e classificados de acordo com o número de adolescentes que os indicaram; 2) foram convidados a participar do estudo os dois profissionais mais indicados como exemplo de práticas significativas de cada unidade; 3) caso o profissional não aceitasse participar do estudo, seria selecionado o próximo profissional mais indicado, e assim ocorreria sucessivamente até que o último profissional da lista de indicações fosse chamado.

Nesta pesquisa, os dois profissionais mais apontados como tendo práticas significativas de cada unidade aceitaram participar do estudo. Eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo H) que continha os objetivos, riscos e potencialidades da pesquisa.

A coleta com todos os participantes estava programada para ocorrer de forma presencial, todavia, alguns profissionais não puderam se ausentar das atividades de trabalho, sendo necessária a realização do estudo de forma remota, via *Google Meets*.

Para esses profissionais, identificados como Otávio, Jéssica, Inês e Rute, foi dada a instrução de desligar sua câmera durante a gravação da entrevista, a fim de diminuir as chances de qualquer quebra de sigilo e vazamento da identidade. Com os demais profissionais, a coleta ocorreu presencialmente, na unidade de internação, em horário de expediente, com a concordância do(a) diretor(a) da unidade.

A coleta com os participantes Samuel, Bruna, Marlene, Dalva, Madalena e Sandra ocorreu em salas de atendimento médico ou psicológico das unidades de internação,

locais em que não havia circulação de adolescentes ou de outros profissionais. As salas eram equipadas com mesa de madeira e duas a três cadeiras de plástico. As portas eram de ferro maciço e trancavam somente pelo lado de fora e não havia janelas nas salas das unidades participantes do estudo.

Foi explicado aos participantes que a entrevista seria gravada apenas para fins de análise e não seria feita qualquer identificação deles. A entrevista com os profissionais teve duração média de 60 minutos. As entrevistas gravadas foram transcritas integralmente, e as transcrições do material submetidas à revisão por um profissional com expertise na temática. Após a realização das transcrições, os áudios foram deletados do banco de dados, com a finalidade de preservar a identidade dos adolescentes e profissionais participantes do estudo.

### **Análise dos dados**

Os dados sociodemográficos foram organizados a partir do programa *Microsoft Excel* (versão 365). Já as transcrições foram analisadas a partir do *software* Atlas.ti, um programa computacional que auxilia na elaboração de códigos, temáticas e grupos semânticos de excertos transcritos, sendo seu uso recomendado em pesquisas de cunho qualitativo cuja base de dados é extensa (Jiménez, 2021). Frente a natureza qualitativa das informações geradas no trabalho de campo, a análise de dados, foi feita por meio da Análise Temática do tipo Reflexiva, proposta pelas autoras Braun e Clarke (2006). Essa técnica foi selecionada com o objetivo de gerar uma análise interpretativa e contextualizada dos dados.

## RESULTADOS

### **Caracterização Sociodemográfica, formação e atuação profissional**

Dos 10 participantes do estudo, 80% (n= 8) eram do gênero feminino 20% (n= 2) do gênero masculino, com idades que variaram de 38 a 62 anos (M= 48,3; DP= 7,74). Com relação à identificação étnico-racial, 60% (n= 6) se identificavam como brancos e 40% (n= 4) como pardos. Acerca da filiação religiosa, 40% (n= 4) dos participantes relataram pertencer à religião espírita, 20% (n= 2) se declararam católicos, 10% (n=1) como evangélicos e 30% (n=3) como não pertencentes ou seguidores de nenhuma religião. Quanto ao cargo ocupado na unidade, quatro profissionais (40%) exerciam a função de assistente social, 2 de psicólogo (20%), dois de agente de apoio socioeducativo (20%), um pedagogo (10%) e 1 educador físico (10%).

A maioria dos profissionais (n=7) tinham como formação primária o curso referente à sua área de atuação, com exceção dos agentes de apoio socioeducativos, que eram formados em administração, e do pedagogo, cuja formação primária foi direito e a segunda graduação pedagogia. Além disso, 90% dos profissionais (n= 9) se graduaram em Instituições de Ensino Superior privadas e 10% em instituições públicas (n=1).

Quanto à pós-graduação, 50% dos profissionais relataram não ter cursado pós-graduação, 2 profissionais cursaram pós-graduação em saúde coletiva, 1 em políticas públicas, 1 em “menoridade” e 1 em propaganda e marketing. Entre os profissionais que não possuíam pós-graduação, foi relatado como fatores impeditivos a falta de tempo e de incentivo financeiro para uma formação continuada. Apesar disso, todos os profissionais relataram a possibilidade de realização de cursos de curta duração fornecidos pela própria instituição.

Sobre os elementos da formação que mais contribuíram para a realização do trabalho com os adolescentes, foram citadas as disciplinas de psicologia social, psicologia comunitária, desenvolvimento humano, filosofia e antropologia, por se tratar de disciplinas que auxiliam na compreensão da adolescência e do contexto em que os adolescentes estão inseridos. Também foram citadas técnicas como aplicação de entrevistas e elaboração de laudos, além da realização de visitas domiciliares e oficinas artísticas, como elementos que favorecem a atuação profissional cotidiana. Apenas um profissional pontuou que nenhum elemento de sua formação contribuiu de forma significativa para sua atuação com os adolescentes. Apesar disso, nenhum profissional relatou ter tido disciplinas específicas sobre socioeducação, ou estágios na área durante sua graduação.

Acerca da trajetória profissional, todos os participantes relataram ter atuado em outros locais antes das unidades de internação em que se trabalhavam no momento da realização deste estudo. A Tabela 6, sumariza os dados de formação e atuação profissional dos participantes.

**Tabela 6 - Formação e atuação profissional dos participantes**

Nome	Formação	IES	Pós-graduação	Atuação em outros locais	Tempo de atuação na socio-educação	Tempo de atuação na unidade
Bruna	Psicologia	Privada	Saúde coletiva	UBS	8 anos	1 ano
Jéssica	Serviço Social; Educação ambiental	Privada	Saúde coletiva	Centro POP	12 anos	7 anos
Marlene	Serviço Social	Privada	Menoridade	LA	30 anos	10 anos
Inês	Administração; Recursos Humanos	Privada	Não	Administração de empresa	21 anos	5 anos
Dalva	Serviço Social	Privada	Não	Secretaria da Saúde	29 anos	2 anos
Madalena	Serviço Social	Privada	Não	Conselho Tutelar	21 anos	2 anos
Rute	Administração	Privada	Publicidade e Marketing	Vendedora	20 anos	11 anos
Sandra	Psicologia	Privada	Não	Consultório particular	20 anos	2 anos
Samuel	Educação Física	Pública	Não	Professor de escolas	4 anos	4 anos
Otávio	Direito; Pedagogia	Privada	Políticas Públicas	Vendedor; Advogado	15 anos	15 anos

Como pode ser observado na Tabela 6, o tempo de atuação dos participantes no sistema socioeducativo variou de 4 a 30 anos ( $M= 18$ ;  $DP= 8,38$ ), evidenciando a atuação prévia ao SINASE, que foi promulgado como legislação no ano de 2012, passando a ser a principal referência para atuação com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

O tempo de atuação na unidade também teve grande variação, de 1 a 15 anos ( $M=5,9$ ;  $DP=4,72$ ), sendo que a maioria dos profissionais ( $n=8$ ) haviam atuado em outras unidades de internação. Desses, quatro profissionais haviam sido transferidos devido ao fechamento das unidades em que atuavam anteriormente, e uma profissional havia sido transferida emergencialmente a fim de compor a equipe técnica mínima necessária para o funcionamento da unidade.

#### *Atuação dos profissionais nas unidades de internação*

Sobre o trabalho que mais realizam com os adolescentes, seis profissionais citaram o atendimento individual como o sendo sua principal atividade na unidade de internação, sendo que dois desses também relataram fazer atendimento familiar. Também foi citada a elaboração de laudos e outros documentos relativos ao cumprimento da medida socioeducativa. Além disso, dois profissionais citaram as conversas com os adolescentes como sua principal atividade, um profissional citou atividades ligadas ao esporte, como musculação e passeios esportivos, e um profissional mencionou o acompanhamento das atividades escolares e oficinas artísticas com os adolescentes.

Quanto ao conteúdo das conversas e atendimentos com os adolescentes, foram relatadas as temáticas de assuntos relacionados à 1) família, englobando a mediação de conflitos familiares e reflexões acerca da importância da família para os adolescentes; 2) acolhimento, que diz respeito a conversas sobre sentimentos e pensamentos, além de reflexões sobre o valor de cada adolescente, e 3) conversas sobre o futuro, sobretudo relacionados ao trabalho.

**Tabela 7- Temáticas mais trabalhadas com os adolescentes**

<b>Temáticas</b>	<b>Exemplos</b>
Família	<p><i>“A gente conversa para saber de tudo que ele gosta, do que ele fazia, de como que era o respeito, a consideração pela mãe, pelos irmãos, pela família.” (Dalva)</i></p> <p><i>“A gente também aplica as oficinas com adolescentes, uma oficina muito interessante é a oficina de cartas, nesse momento a gente conhece mais os adolescentes e as famílias naquelas conversas, como se fosse uma terapia, né” (Otávio)</i></p>
Acolhimento	<p><i>“Elas têm muita necessidade de falar o que estão sentindo e de ouvir o que você pensa, o que você acha e de ter um direcionamento. Parece que faltou isso lá fora para elas. Então, elas são muito carentes. Elas precisam ser ouvidas.” (Inês)</i></p> <p><i>“Costumo falar pra eles que é super normal sentir momentos de tristeza, sentimentos melhores, outros nem tantos, que essa fase de transição vai fazer com que a gente tente pensar num futuro, num algo melhor, num adulto que ainda não chegou” (Jéssica)</i></p>
Conversas sobre o futuro	<p><i>“Fazer que eles reflitam, repensam suas escolhas e mostrar para eles que existem caminhos, que eles podem atingir o que eles querem e fazer ele acreditar no potencial deles, né?” (Sandra)</i></p> <p><i>“Eu falo pra essa molecada, eles parecem que querem mostrar que são do crime, sabe? Fazem questão, é só tatuagem relacionada com crime, no rosto, nos braços. Eu falo, que jeito você vai arrumar um emprego com essas tatuagens de crime?” (Samuel)</i></p>

Todos os profissionais ressaltaram a importância de estabelecer vínculo com os adolescentes, e também foi destacada a necessidade de uma abordagem empática e para que os adolescentes possam se sentir confortáveis para falar de questões dolorosas e complexas. Com relação à metodologia utilizada para facilitar as interações com os adolescentes, foram relatadas, além dos atendimentos individuais semanais, oficinas artísticas, rodas de conversa e atividades práticas de manutenção das unidades, como a limpeza das instalações como facilitadores da comunicação entre o profissional e os adolescentes atendidos.

***Otávio:** A gente também aplica as oficinas com o adolescente. Uma oficina muito interessante, a oficina de cartas. Nesse momento, a gente conhece mais o adolescente, né? Aquelas conversas... como se fosse uma terapia, né? Então, na minha oficina, eu coloco música para eles, uma rádio que eles gostam. Ai a gente fica lá, fazendo carta, desenhando, fazendo papel de carta, eles escrevendo...*

***Rute:** Ali não é só limpar um chão, ou lavar um banheiro, ou organizar uma sala. Ali a gente está conversando sobre a vida deles, ali eu estou tirando um pouco do que eles têm de bacana e mostrando para eles que aquilo neles é bacana.*

Os maiores desafios verificados pelos profissionais em sua atuação cotidiana foram relacionados ao contexto institucional, como a dificuldade em sistematizar as intervenções e realizar um trabalho multidisciplinar. A esse respeito, a participante Madalena destacou que “[...] o grande desafio, a gente costuma dizer assim de uma maneira mais generalizada, que não são os meninos, são mais os funcionários. Cada um tem uma função, cada um tem um estilo, cada um defende sua área, são personalidades diferentes, comportamentos diferentes.”

As intrigas, discussões e discordância com outros profissionais também foram apontadas como impedimentos para a realização do trabalho, sobretudo no que diz respeito às diretrizes da unidade para o atendimento aos adolescentes.

**Samuel:** *“Seria bem mais fácil se eu fosse ‘opressorção’, todo mundo ia gostar mais de mim. Aqui, pra mim, eu tenho mais dificuldade pra lidar com os funcionários da segurança, né? Que até hoje eu ouço piadinha aí. Ah, tá deixando os moleques fortes pra bater na gente”*

Ainda, foram citadas como barreiras para a execução do trabalho a burocracia institucional e a falta de verba para a realização do trabalho, que variou desde a falta de materiais didáticos (como canetas e folhas de papel) até a impossibilidade da efetivação da intervenção, seja por falta de tempo, excesso de adolescentes atendidos por cada profissional ou entraves administrativos.

**Sandra:** *“Os desafios, a gente pega com as questões da administrativas, com as questões da instituição, as vezes as coisas que a gente programa tem alguns entraves, em termos de realmente pôr em prática.”*

Também foram citadas dificuldades na inserção escolar, no contexto comunitário e no atendimento com as famílias dos adolescentes, como relatado por Dalva: *“Junto à família, é quando a mãe acha que o filho é um santo. A culpa é sempre do vizinho que levou ele para o mau caminho. Então, quando a mãe não entende, não aceita que o filho*

*errou para ela nos dar apoio e orientação pro filho pra ele sair dessa vida é um grande desafio é muito difícil.”*

A partir dos relatos dos participantes ficou evidenciado que as intervenções realizadas pelos profissionais com os adolescentes são, majoritariamente, individuais, de acolhimento e acompanhamento do PIA. Com relação ao trabalho dos profissionais, foram destacados desafios na atuação com as famílias, de articulação com serviços da rede de proteção, além de entraves institucionais que dificultam a execução das intervenções.

### **Crenças e concepções que fundamentam a atuação profissional**

As crenças e concepções que fundamentam a atuação dos profissionais foram avaliadas a partir de duas temáticas, sendo a primeira referente à compreensão da adolescência e do ato infracional e a segunda referente ao entendimento dos profissionais acerca das relações que os adolescentes estabelecem com a família, escola e comunidade.

#### *Concepções acerca da adolescência e do ato infracional*

As concepções de adolescência foram avaliadas a partir das perguntas “Como você define a adolescência?” e “Se você pudesse definir os adolescentes atendidos aqui na unidade, qual seria essa definição?”, sendo notada certa dificuldade de alguns participantes responderem a essas questões, que foram consideradas por eles de extrema complexidade.

De maneira geral, a adolescência foi entendida a partir de uma perspectiva hegemônica do desenvolvimento humano, como uma etapa conturbada, marcada por impulsividade, rejeição às regras e “explosão hormonal”, que remete a uma visão

historicamente difundida nas teorias burguesas e elitistas do desenvolvimento, que representam uma redução dos fenômenos culturais e subjetivos à uma perspectiva universalista e estigmatizante.

***Samuel:** Não sei... É um negócio meio... Sei lá... É um período da vida... assim... que a gente tá buscando uma identidade e tem muito hormônio envolvido aí, e esse confinamento não ajuda ninguém, mas... não sei o que falar... uma busca por identidade mesmo.*

***Jéssica:** O adolescente é complexo. Hora ele quer, aí não quer mais; hora está meio ‘deprê’ e aí fica super feliz [...]. Eu costumo falar que o adolescente... você está saindo da infância mas nem é adulto, é uma fase muito oscilante. [...] é ambíguo né? De tristeza, alegria, de desistir de tudo e querer abraçar tudo ao mesmo tempo, de abraçar o mundo e desistir dele num minuto. O adolescente é isso, é difícil.*

Outra perspectiva sobre a adolescência esteve pautada em uma visão idealizada do fenômeno, no qual as transformações ocorrem naturalmente, influenciadas apenas pela “vontade” do adolescente e pelo ambiente familiar, desconsiderando a vivência em um sistema político e econômico que oprime a existência e subjetividade do adolescente, sobretudo aqueles que são vistos como “infratores da lei”. A partir dessa perspectiva, fenômenos como a sexualidade, trabalho e relações, expressão das emoções e construção da subjetividade ocorrem de forma natural e para todos os adolescentes, independente de sua realidade material.

**Sandra:** *A adolescência, para mim, é um indivíduo em transformação. E cada um tem a sua história, tem a sua cultura, e tem as suas relações dentro de casa que interferem.*

**Marlene:** *Eu acho que é a fase mais gostosa da vida. A fase em que você pode experimentar. Eu adoro porque elas [adolescentes] são destemidas e corajosas, e esse é o momento em que a mudança é possível.*

**Dalva:** *A adolescência é uma parte muito positiva, muito boa da nossa vida, de todos nós. É onde a gente descobre, nós como todo, descobrimos o nosso corpo, vamos descobrir o que a gente gosta realmente, vamos estar tentando optar por uma profissão.*

Com relação à definição dos adolescentes atendidos nas unidades, foi possível identificar nas falas dos participantes uma visão descontextualizada sobre o ato infracional, marcada pela busca de elementos subjetivos nos adolescentes ou no ambiente familiar para explicar a ocorrência do ato infracional. Elementos culturais como músicas, espaços que os adolescentes ocupam na comunidade e o uso de drogas também foram apontados como fatores negativos que, supostamente, “desvirtuam” os adolescentes.

**Bruna:** *Acho que são jovens que tiveram, de repente, uma exposição a riscos muito precoce, de regiões vulneráveis e que também acabaram tendo um contato muito cedo, tanto com o meio infracional, como com o uso de drogas. Então, foram também muito seduzidos pela ostentação, até mesmo pelos lugares que eles frequentam, bailes, o funk, enfim.*

**Madalena:** *Eu acho que eles são extremamente carentes, nossa, eu acho que é muito carente mesmo de atenção, de cuidado... e as famílias, não sei se você vai perguntar isso depois, mas a gente percebe a carência de todo mundo, eu acho que carência é uma coisa que dói muito, a solidão, sem alguém pra te ouvir.*

Essa perspectiva individualista sobre o ato infracional também aparece nas concepções dos profissionais sobre os motivos que levam à sua ocorrência. A partir dos relatos é possível identificar uma visão de que o ato infracional é inerente ao indivíduo, seja por necessidade de pertencimento a um determinado grupo, por ser influenciado pela mídia ou ausência de cuidado familiar.

**Madalena:** *Em todos os setores, tanto afetivo, como econômico, como a questão do pertencimento do grupo, como chamar atenção e como isso hoje em dia tá muito gritante, né? Com essa mídia, tem a questão do consumismo, então isso para mim é o que define.*

**Dalva:** *Quando você não tem essa base sólida, você acaba se deixando envolver e entrando para a criminalidade, que é o que acontece com os nossos adolescentes. Quando você tem uma boa base da sua família, você consegue resistir a todos os convites errados que você recebe.*

**Rute:** *São poucos os que têm a estrutura familiar, mas os que têm estão por envolvimento com outros adolescentes que não têm. Porque eles querem ter o que os outros têm, querem dinheiro fácil e rápido.*

*Concepções sobre as relações familiares, educacionais e comunitárias dos adolescentes atendidos*

Apesar de reconhecerem a importância da família e escola para o cumprimento da medida socioeducativa, os profissionais entrevistados ressaltaram a fragilidade dessas relações, apontando a família como principal fator que contribuiu para a ocorrência do ato infracional. Nos relatos, as famílias dos adolescentes são entendidas como negligentes e incapazes de prover o cuidado, sobretudo as figuras femininas (como mães, tias e avós), tendo em vista que a ausência paterna também foi relatada como parte da realidade dos adolescentes.

***Otávio:** Tem bastante família que vem visitar toda semana, tem as avós, tem muitos aqui que são criados pelas avós porque os pais são usuários de drogas, ou já morreram, ou estão presos, e as avós vêm bastante visitar, vêm todo domingo.*

***Jéssica:** Eu digo que 90% dos adolescentes na Fundação Casa, que seus responsáveis são mães solas, que tiveram que trabalhar cedo, né, pra se manter. Tiveram filhos muito cedo também, mães jovens que saíram para trabalhar e tiveram o filho próximo dos 10, 11 anos. Quando entrou na adolescência, o jovem já começou a querer ganhar liberdade, espaço, o pertencimento com o seu território, com os colegas, até mesmo porque seus pais não estão presentes, porque a mãe tem que trabalhar, porque os pais não tiveram estímulo, logo eles não podem dar o que não tiveram.*

A ausência de vínculos familiares, controle parental e abandono também foram problemáticas trazida pelos profissionais ao serem questionados sobre a percepção das

relações familiares dos adolescentes. A partir dos relatos, é possível notar que os profissionais destacam o rompimento de vínculos familiares e a tentativa de reestabelecer esses vínculos durante o período de internação. Além disso, salientam a fragilidade dos adolescentes diante do abandono, bem como as “relações familiares” estabelecidas nas facções, sobretudo para os adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas.

***Madalena:** Eu já tive muita família de muito menino que estava na rua. Eu consegui buscar pai que nunca veio, mãe, avós, meninas que estavam na rua já há um ano, dois anos.*

***Inês:** Como a maioria não tem a família presente, eles acabam ficando do lado de pessoas que estão presentes na vida deles, que são os traficantes, os criminosos. Então, falta controle de uma pessoa que se preocupe com eles.*

Também é notada uma diferença explícita nas relações estabelecidas por adolescentes do gênero masculino e feminino, ficando evidenciado que as adolescentes que cumprem a medida de internação recebem menos visitas dos familiares, tendo, muitas delas, ausência de vínculos com seus parentes.

***Marlene:** Esse é o primeiro estranhamento que a gente tem da unidade masculina para a feminina. Na [unidade] masculina as mulheres ligam toda hora, vem para as visitas [...] é um paparico só com os homens. As meninas têm que pedir pelo amor de Deus [...]. É um sentimento de abandono.*

A escola foi vista como um fator protetivo à ocorrência do ato infracional, por ser um lugar de aprendizagem de conteúdos que extrapolam as disciplinas regulares, sendo entendida como um local de socialização e exercício de cidadania. Contudo, a relação dos adolescentes atendidos com a escola foi vista pelos participantes como complexa, sendo destacada a dificuldade de aprendizagem e defasagem escolar devido à evasão de boa parte deles.

***Bruna:** Uma boa parte, não vou dizer todos, porque eu tenho alguns que ainda estão até na idade certa ali, compatível [com a série regular], mas uma boa parte teve também uma evasão. Já começa assim, você vai vendo assim a escalada infracional deles, começa com o rompimento com a escola, que é a primeira cisão que eles têm de um exercício de cidadania.*

A partir dos relatos também foi possível notar que parte dos entrevistados percebem desinteresse dos adolescentes pela escola, sendo atribuída essa falta de engajamento às mudanças geracionais, influência negativa da mídia, falta de supervisão parental e exemplo familiar para ingressar e se manter na escola.

***Otávio:** E os adolescentes de hoje, essa é aquela geração Z, né? É uma geração hoje conectada, que não gosta muito de escrever. A gente força muito eles a escrever... eles não gostam de leitura. E eles não gostam de estudar e a gente tenta inserir eles, a gente vai aos poucos inserindo na escola.*

***Jéssica:** Então, assim, são muitos fatores, mas a escola atualmente, quando se conversa com jovens, eles têm bem pouco interesse. A gente tenta mostrar a importância do aprendizado, do estudo, mas aí é muito relativo para cada um,*

*como foi despertado, né? Acho que a escola, o ensino, o estudo, a leitura, tudo vem lá na primeira infância, né? Se não tem esse estímulo, você vai se perdendo, então... Mas atualmente eles trazem bastante desinteresse, assim.*

Ainda, alguns participantes salientaram a dificuldade desses adolescentes serem alfabetizados desde a infância pela escola regular, criticando algumas diretrizes educacionais, como a ausência de reprovação e de uma avaliação da aprendizagem. Apesar disso, não houve questionamentos sobre a educação numa perspectiva macroestrutural, como o modelo educacional e estrutura das escolas, que têm visado preparar os indivíduos, desde a infância, para o mercado de trabalho seguindo a lógica do capital.

***Dalva:** Nós temos meninos aqui, eu tenho um adolescente que é meu, que ele está no primeiro ano do ensino médio e ele aprendeu aqui a ler e escrever. Ele está ainda aprendendo, então a gente tem a pedagoga que está ensinando para ele ler, entender as letras, formar palavras, ele está começando aqui, porque lá fora todo mundo foi passando ele de ano, mas ninguém parou para estar realmente ensinando ele a ler e escrever.*

Já as relações comunitárias foram analisadas pelos participantes majoritariamente a partir das relações estabelecidas nos locais de residência dos adolescentes, sendo apontado os relacionamentos interpessoais estabelecidos com os pares e outros membros da comunidade como um fator de risco à ocorrência do ato infracional.

*Inês: Se for uma comunidade que é uma comunidade voltada para o mundo do crime, eles vão ser bem influenciados mesmo. Não tem jeito.*

*Dalva: Olha, não é lá muito boa, não. Eu vejo assim que é um relacionamento muito difícil, 50%... eles conseguem respeitar algumas pessoas da comunidade, aquelas pessoas que eles gostam.*

A exclusão social foi relatada como um conjunto de exclusões institucionais (como na escola, em ambientes religiosos, entre outros) ocorridas sobretudo no bairro de residência dos adolescentes após a prática do ato infracional, resultando em isolamento do meio comunitário.

*Rute: Eu acho que não tem nada. Não tem uma relação bacana, não tem uma relação de troca, porque são excluídos.*

### **Perspectivas sobre o trabalho desenvolvido e mudanças nas políticas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei**

Essa temática foi dividida em dois subtemas, sendo o primeiro referente às perspectivas com relação ao trabalho desenvolvido, tanto no âmbito institucional, quanto no contexto de pós-internação. Já no segundo subtema, buscou-se verificar as concepções dos profissionais com relação ao sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, às políticas públicas e as políticas de socioeducação.

#### *Perspectivas sobre o trabalho desenvolvido*

Os profissionais apontaram diversas intervenções que consideram ser efetivas para evitar a reincidência infracional, variando do atendimento ao adolescente e à família,

até a criação de espaços comunitários com atividades de esportes, cultura e lazer para a população.

*Inês: Eu acho que proporcionar para esse adolescente cursos e atividades esportivas. Fazer uma pesquisa de campo para ver qual é o interesse dessa comunidade, o que essa comunidade tá precisando no sentido de lazer.*

*Marlene: O atendimento individual é fundamental, porque é o momento em que você pode conhecer e ela [adolescente] se permitir. Eu costumo dizer isso: isso é o seu momento, nós estamos numa sala fechada, nada vai sair daqui. É o momento do atendimento individual, que é o momento da reflexão. Mas se você pensar que na socioeducação tudo é importante, sabe?*

A elaboração do Plano Individual de Atendimento com foco nos projetos de vida também foi relatada como uma intervenção potencialmente efetiva. Contudo, é válido destacar que a perspectiva trazida nos relatos está alinhada com uma visão neoliberal que coloca exclusivamente no adolescente a responsabilidade por seu futuro, desconsiderando os aspectos históricos da trajetória infracional, como é explicitado na fala de Jéssica: *“Eu costumo falar, assim, que como eles não pensam a longo prazo, eu gosto de conversar com eles, para pensarmos juntos sobre, vamos pensar no amanhã, mas que não seja muito, daqui dois anos. Onde você estará daqui dois anos? Se você estiver se conduzindo desta forma, onde você estará? Para eles mesmos buscarem a resposta, pensarem na sua conduta e refletir. Uns falam, ‘senhora, se eu continuar nessa vida, eu posso estar num sistema prisional ou até morto, eu posso estar me formando na escola, do ensino formal,*

*com a namorada, casando', mas assim, eu sinto que eles precisam pensar em futuro, futuro é uma coisa assim, futuro, construção."*

Intervenções focadas nos “problemas de comportamento” também foram apresentadas como relevantes para a redução da incidência infracional, sendo explicitamente relatado pelo profissional Otávio: *“As intervenções? Ah, então, as intervenções, por exemplo, quando o adolescente dá muito trabalho, assim, desrespeito ao servidor ou ao professor, ou, por exemplo, o adolescente está com algum problema, a gente faz as intervenções multiprofissionais, com toda a equipe, a gente chama a segurança, chama o professor, e, dependendo do tipo de intervenção, e a gente tenta se propor a mudança, a gente faz nas intervenções relacionada, por exemplo, à indisciplina ou ao problema.”*

Os profissionais também destacaram que o trabalho socioeducativo nas unidades de internação não é suficiente para uma transformação na trajetória de vida dos adolescentes, sendo necessário o acompanhamento após a internação, a fim de garantir o acesso à saúde, educação, moradia, trabalho, lazer, entre outros. Ainda, é pontuada a necessidade do acompanhamento familiar além do trabalho prolongado com o adolescente. Contudo, os participantes entendem essas mudanças como um desafio, tendo em vista que a realidade dos adolescentes na comunidade é diferente daquela promovida durante a medida de internação.

**Otávio:** *“Eu acredito que essa pós-medida aí deveria ter algum resultado, sabe? Assim, o trabalho que é feito aqui eu acho que é muito bem-feito, só que o problema é que a realidade que trouxe eles pra cá é a mesma que eles vão encontrar quando eles saírem daqui. Não tem como evitar isso.”*

***Marlene:** Elas foram arrancadas do meio social, vieram para cá e aqui elas vivem em uma realidade virtual, porque isso aqui não é de verdade [...]. Aqui elas têm cinco refeições diárias e na casa delas não tem nenhuma, aqui tem roupa lavada, colchãozinho, etc., e algumas delas voltam para uma situação muito ruim, de miserabilidade.*

### *Concepções sobre o sistema de garantia de direitos*

As concepções acerca do sistema de garantia de direitos foram avaliadas a partir de três subtemas, a saber: 1) efetividade das políticas públicas, 2) garantia de direitos dos adolescentes dentro e fora da medida de internação, e 3) mudanças necessárias para uma garantia efetiva de direitos.

Acerca da efetividade das políticas públicas, os participantes reconhecem que houve um avanço no sistema de garantia de direitos com a promulgação do ECA e do SINASE, em comparação com as práticas punitivistas preconizadas no código de menores. Apesar disso, foi destacado que a efetivação dessas políticas na vida dos adolescentes atendidos ainda é um desafio.

Os participantes destacaram que, a partir do SINASE, as unidades socioeducativas passaram a ter atividades de cultura e lazer, além da garantia de atenção à saúde, educação, entre outros direitos. Ainda assim, é reconhecido que em algumas unidades de internação se mantém a cultura penitenciária, sendo aplicados castigos físicos (como tapas, socos, chutes) e psicológicos (ie., privação de visita familiar, humilhação e xingamentos) aos adolescentes.

Além disso, há o reconhecimento de que existem falhas na garantia de direitos desses adolescentes antes e após o cumprimento da medida socioeducativa, sendo

salientado que a maioria dos adolescentes ingressam nas unidades com claras violações de direitos, expressas na falta de alimentação e higiene, dificuldade no acesso a serviços de saúde e educação, além de exploração do trabalho infantil, violência intrafamiliar e policial, como pode ser observado nos trechos destacados a seguir.

*Jéssica: Então, olha, aqui na instituição, a garantia de direitos é sempre trazida à tona, né, porque... enfim... a gente está sobre o olhar do judiciário. O Estado, ele tem um sistema que por si só, pode ser duro, rígido demais, e a gente tem que retomar sempre a garantia dos direitos do adolescente, porque no senso comum, ele é o jovem que infracionou, que violou as regras sociais, que tem que ser punido.*

*Otávio: Aqui dentro eu acho que eles têm [direitos garantidos]. Lá fora eu acho que não. Lá fora, o Estado abandonou a maioria das periferias da cidade. É meio que um lugar que o Estado abandonou, né? As escolas [são] precárias, sem saúde, sem direitos.*

Sobre o que seria necessário para que os direitos dos adolescentes fossem integralmente garantidos, os profissionais destacaram o suporte familiar e comunitário, além de mais oportunidades de emprego e acesso a políticas de saúde, educação, cultura e lazer, a fim de diminuir a reincidência infracional.

*Sandra: Psicólogos e assistentes sociais dentro da escola, professores com condições de atuar, de fazer uma educação, que todos tenham acesso a isso.*

*André: A equipe profissional do adolescente também vai tentar acompanhar o adolescente na trajetória de quando ele sai daqui, né? Pra um período de seis*

*meses também, né? [verificar]. Se ele tá na escolarização, se ele tá fazendo os cursos, se ele já tá com emprego, né?*

## **DISCUSSÃO**

A partir dos resultados é possível notar que todos os participantes do estudo possuem formação superior e fazem cursos de formação continuada. Além disso, a maioria dos profissionais iniciou sua atuação no sistema socioeducativo anteriormente à promulgação do SINASE, passando pela transição do modelo menorista para a educação social. A convivência com os adolescentes e a experiência prática adquirida ao longo dos anos no sistema socioeducativo foram fatores apontados como facilitadores para a execução do trabalho e para a compreensão da realidade dos adolescentes, assim como as disciplinas estudadas na graduação que tratam de adolescência e políticas públicas.

A formação continuada, que é preconizada no SINASE (2012), é uma importante ferramenta de aprendizagem e aprimoramento, sobretudo para profissionais que atuam no sistema há muitos anos, tendo em vista que a compreensão sobre a socioeducação, adolescência e políticas de proteção estão em constante transformação. No entanto, em um estudo realizado com alunos dos cursos da Escola Nacional de Socioeducação verificou-se que a formação oferecida impactou positivamente na informação e aprendizagem dos profissionais acerca da realidade dos adolescentes atendidos, mas não foram observadas mudanças na postura profissional, tampouco no trabalho cotidiano (Monteiro & Souza, 2025).

Considerando a relevância da formação continuada para a transformação institucional, tem sido proposta a adoção da educação crítica, em detrimento de modelos

superficiais e generalistas do saber, alinhada não só à realidade dos adolescentes, mas também à realidade dos profissionais que atuam na socioeducação, considerando os desafios e potencialidades do trabalho nas medidas (Pereira & Barone, 2015; Santos & Asbahr, 2021).

Ainda assim, as concepções de adolescência que fundamentam o trabalho dos profissionais estiveram em consonância com o modelo hegemônico amplamente difundido nos cursos de graduação, que apontam esse período, ora como naturalmente conturbado – marcado por mudanças físicas e hormonais que levam os adolescentes a terem comportamentos irresponsáveis e impulsivos –, e ora como um período idealizado de sonhos e realizações, colocando exclusivamente no sujeito a responsabilidade de se tornar um adulto socialmente pleno.

Em ambas as perspectivas, a adolescência é entendida como uma sequência de estágios universais, desconsiderando os fatores políticos, econômicos e culturais que influenciam o desenvolvimento humano. Essa compreensão generalista de adolescência é observada em outros estudos conduzidos com profissionais atuantes na socioeducação, sendo reproduzidos diversos estereótipos sobre o adolescente que comete um ato infracional e suas famílias (Eyng & Ramos, 2020).

Em contrapartida, é sabido que o desenvolvimento do adolescente ocorre em interdependência com a cultura, e a socioeducação, enquanto premissa, compreende o adolescente enquanto sujeito de direitos, reconhecendo a necessidade de uma perspectiva crítica sobre a adolescência e o ato infracional, buscando romper com a visão generalista e biologizante predominante na sociedade (Silva et al., 2022).

A partir dessa perspectiva a socioeducação tem papel fundamental no desenvolvimento dos adolescentes, por representar uma diferenciação das práticas e

vivências do cenário sociocultural em que os adolescentes constituem sua subjetividade, comumente marcadas pela constante violação de direitos (Rodrigues & Oliveira, 2016). Para tanto, é necessário que o trabalho no sistema socioeducativo seja conduzido de forma dialógica, respeitando as especificidades dos adolescentes atendidos e das comunidades em que estes estão inseridos.

Ainda, urge a necessidade de mudança nas concepções de adolescência e todos os fatores relacionados a esse período, sobretudo nas disciplinas ensinadas em instituições de ensino superior, que, em sua maioria, importam noções de desenvolvimento humano do hemisfério norte e reproduzem concepções generalistas, biologizantes e desconectadas da realidade do país, fazendo com que os estudantes de graduação adotem posturas profissionais apolíticas e alinhadas à a falsa ideia de neutralidade científica (Fiuza, Marques & Neves, 2023).

Além disso, estereótipos podem ser verificados também nas concepções acerca das relações estabelecidas entre os adolescentes e suas famílias, escola e comunidade. É possível notar que os participantes percebem o rompimento de vínculos familiares, comunitários e institucionais, porém, ao analisarem a história de desenvolvimento dos adolescentes, as explicações para esse rompimento de vínculos são atribuídas à incapacidade de cuidado das famílias, aos próprios adolescentes e à cultura.

As dinâmicas familiares de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são temas de interesse de estudo, tendo em vista que no contexto familiar ocorrem as primeiras interações da criança com a sociedade (Vigotski, 2007). Tal como encontrado nos relatos deste estudo, as pesquisas em âmbito nacional têm que os discursos dos profissionais que atuam na socioeducação taxam as famílias como pouco coerentes ou disfuncionais, marcadas pela violência e criminalidade, além de serem classificadas como negligentes ou permissivas no cuidado com os filhos (Pedrebon & Giongo, 2015).

Entretanto, essas concepções desconsideram a complexidade das relações familiares, constituídas majoritariamente por mulheres solo (mães, tias, avós), que estão submetidas a jornadas exaustivas de trabalho informal, não possuem redes de apoio familiar e institucional e se veem impotentes diante das convidativas possibilidades de ganhos financeiros e ascensão social provenientes do ato infracional (Dias, Arpini & Simon, 2011).

Já o vínculo de crianças e adolescentes com a escola tem sido analisado como um fator protetivo ao desenvolvimento saudável. Contudo, ao analisar essa instituição a partir de uma perspectiva crítica, nota-se que, no sistema capitalista, a escola tem servido como meio de preparo e seleção para o mercado de trabalho. Utilizando-se de premissas meritocráticas, promove a competição entre os estudantes, pressão excessiva pelo sucesso acadêmico e valorização de saberes e disciplinas que são considerados fundamentais para o mercado de trabalho (Asbahr & Souza, 2014), mas que pouco dialogam com as realidades concretas dos adolescentes e de suas famílias.

Esse modelo de escola intencionalmente afasta crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial, tendo em vista que a educação crítica é uma ferramenta de conscientização política, econômica e social, tendo um potencial transformador da realidade, na medida em que são adotadas práticas que versam a diminuição de desigualdades e exploração (Freire, 1967). Por isso, o educador no sistema socioeducativo tem o papel fundamental de promover um ensino além das disciplinas básicas que corriqueiramente estão defasadas para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Deve, também, favorecer o conhecimento crítico da realidade dos adolescentes, de suas possibilidades, potencialidades e desafios, por meio do ensino dialógico (Miotto et al., 2015).

Tal como a família e a escola, a comunidade tem um papel fundamental no desenvolvimento humano, pois é nela que estão representadas as condições de vida e mecanismos de opressão aos quais os grupos de pessoas estão submetidos cotidianamente. Além disso, o trabalho comunitário tem potencial transformador, na medida em que se promove a conscientização sobre a realidade, articulando mudanças necessárias para a emancipação (Martín-Baró, 1989).

No presente estudo a comunidade foi avaliada como um meio que produz a violência contra os adolescentes, antes e após o cumprimento da medida de internação. A vivência em ambientes dominados pelo tráfico, exposição à violência intrafamiliar e policial, falta de acesso a políticas públicas, a cultura do funk, entre outros, foram apontados como fatores comunitários que contribuem para a prática infracional. Ainda, após o cumprimento da medida de internação, na comunidade – entendida pelos participantes como a vizinhança, escola e outros espaços que os adolescentes circulam diariamente – tende-se a reproduzir e reforçar o preconceito contra os adolescentes, afastando-os do convívio social, do trabalho e até mesmo de familiares, enfraquecendo ainda mais as relações potencialmente positivas ao desenvolvimento e deixando-os vulneráveis a relações de exploração (do corpo, do trabalho, entre outras). Um desafio para o sistema socioeducativo é facilitar relações positivas e vínculos menos fragilizados entre os adolescentes e sua comunidade, uma vez que as medidas socioeducativas de privação de liberdade parecem andar no caminho contrário, promovendo o afastamento do convívio social (Miranda & Paiva, 2021).

Esses desafios e incoerências são refletidos no trabalho cotidiano dos profissionais, que, no presente estudo, pareceu muito associado a atividades administrativas (como elaboração de laudos e relatórios, estudo e profissionalização), além de conversas e um tratamento cordial, contrapondo a hipótese de que as ações dos

profissionais seriam pautadas em preceitos teóricos e metodológicos definidos cientificamente.

Além disso, as relações estabelecidas com os adolescentes parecem ser fundamentadas em construtos sociais sobre respeito e dignidade, além de estarem alinhadas a um caráter maternalista de cuidado, não favorecendo o pensamento crítico e a emancipação dos adolescentes. Como destacado por Mayer e colaboradores (2020) é necessário o rompimento de práticas assistencialistas e menoristas nas unidades socioeducativas, dando lugar ao fortalecimento de políticas públicas, espaços de representatividade e intervenções pedagógicas conjunta com os adolescentes.

No âmbito das políticas públicas, os participantes do estudo demonstraram conhecimento das diretrizes que regem a socioeducação, contudo, é perceptível que, em suas narrativas, apesar de existirem políticas públicas, o acesso dos adolescentes a elas ainda é escasso. Diante desse contexto, os profissionais que atuam nas unidades de internação enfrentam o desafio cotidiano de articulação com a rede de proteção, a fim de garantir acesso a direitos que rotineiramente são negados aos adolescentes, sobretudo devido ao sucateamento das políticas públicas que recai diretamente na população em situação de vulnerabilidade psicossocial.

Outros estudos realizados com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em diferentes estados (Silva & Alberto, 2019; Silva, Alberto & Costa, 2020) corroboram o histórico de omissão estatal e desproteção de crianças e adolescentes no acesso à equipamentos de saúde e lazer, além da falta de alimentação, moradia, saneamento básico, entre outros. Ainda, é destacada a falta de preparo de instituições como a escola e serviços de saúde para atender adolescentes com histórico de envolvimento em atos infracionais, escancarando o rompimento entre teoria e prática das premissas de proteção integral ao indivíduo (Silva, Alberto & Costa, 2020).



## CAPÍTULO 6

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem como objetivo apresentar um resgate dos principais achados e conclusões da pesquisa, bem como discutir os aspectos éticos, fragilidades e potencialidades, na expectativa de que sejam realizados novos experimentos no futuro, a fim de contribuir com a socioeducação brasileira.

A presente pesquisa, desde o início, apresentou-se como um desafio: a proposta inicial era investigar as práticas exitosas nas unidades de internação do estado de São Paulo, com a representação de, pelo menos, duas unidades de cada divisão regional da Fundação CASA. Considerando a viabilidade do estudo – realizado integralmente por apenas uma pesquisadora – a proposta foi reorganizada, reduzindo o número de unidades pela metade.

Ainda assim, muitos outros desafios foram enfrentados. Talvez o mais inconcebível deles seja o fato de, apesar da pesquisa se propor a identificar práticas positivas para os adolescentes, tantos entraves terem sido colocados pelo sistema judiciário. Pessoas intelectualizadas que deveriam atuar conjuntamente com pesquisadores para aprimorar a execução das medidas socioeducativas, deliberadamente fechavam as portas sob as mais variadas alegações: falta de conhecimento sobre o que é uma pesquisa científica, impossibilidade de adentrar nas unidades, falta de tempo dos profissionais e adolescentes e garantia de sigilo da identidade dos adolescentes.

Cabe aqui destacar que o sigilo e proteção da identidade sempre foi uma preocupação dos pesquisadores envolvidos neste estudo, por não se tratar de uma pesquisa de cunho sensacionalista ou expositiva, mas pela crença de que somente seria possível dimensionar aquilo que faz sentido para o adolescente a partir de sua própria

perspectiva. Como consequência desses entraves, houve a redução ainda maior do número de unidades que compuseram a amostra da pesquisa.

Uma outra fragilidade da pesquisa foi a seleção das unidades por conveniência – e não por meio de sorteio, como havia sido proposto no planejamento original –, após a negativa de gestores de diversos centros. Isso acarretou uma coleta realizada em instituições consideradas “modelos” no atendimento, que podem não refletir a realidade do estado de São Paulo. Ainda assim, a primeira etapa da pesquisa contou com a colaboração de 202 adolescentes, e, para além da aplicação de um questionário, foi possível acompanhar a rotina das unidades, conversar com diversos profissionais, e, é, claro, ouvir o que os participantes tinham a dizer. Foram muitas histórias, sonhos, relatos de violação de direitos antes e durante a execução da medida, entre outras coisas que dão vida ao conhecimento.

Como resultado, foi verificado que as práticas apontadas pelos adolescentes não eram necessariamente bem-sucedidas e exitosas, mas significativas, o que levou à alteração do título da Tese. Eram significativas porque tinham um impacto na vida dos adolescentes, faziam com que eles e elas se sentissem acolhidos e auxiliavam, na medida do possível, a saúde e bem-estar que se pode ter quando se está privado de liberdade.

Contudo, essas práticas não estavam necessariamente alinhadas com a premissa da socioeducação, que prevê ações cientificamente elaboradas, de caráter educativo crítico e emancipatório, capazes de transformar a trajetória de vida dos adolescentes. Por exemplo, não foram relatados atendimentos grupais, tampouco uma aproximação com as famílias dos adolescentes. Mas foi evidenciado que os profissionais, mesmo conhecendo as diretrizes de atuação, trabalham “da maneira que conseguem”, com ações pontuais, pouco sistematizadas e com os poucos recursos disponíveis.

Verificou-se desafios na atuação em rede, sobretudo com serviços que devem garantir os direitos dos adolescentes após o cumprimento da medida de internação. Além disso, foi destacada a dificuldade que os adolescentes enfrentam no retorno para a escola, o preconceito sofrido na comunidade e a falta de empregos que possam competir com os meios ilícitos, sobretudo o roubo e o tráfico de drogas (o que é consistente com a literatura nacional). Também foi apontado pelos profissionais a falta de recursos materiais, insalubridade e exaustão devido à falta de equipe mínima nas unidades que se constituem como fatores que prejudicam a atuação, além da dificuldade de participação da família dos adolescentes na execução da medida.

Outro aspecto relevante demonstrado nesse estudo foram as concepções de adolescência que norteiam a atuação dos profissionais. Tanto o entendimento como uma fase naturalmente perturbada, marcada pela instabilidade hormonal e falta de maturidade, quando a noção de uma etapa de sonhos e realizações, onde tudo é quase mágico, são, na verdade, duas faces de uma concepção hegemônica e generalista de adolescência, que desconsidera os fatores sócio-históricos que permeiam o desenvolvimento. Apesar disso, essas concepções hegemônicas, em sua maioria importadas de países do hemisfério norte, seguem sendo amplamente ensinadas nas instituições de ensino superior, contribuindo para a manutenção do adolescente como um protótipo, uniformizando vidas e trajetórias.

Também ficou provado que, na percepção dos adolescentes, as práticas significativas são relacionadas ao tratamento cordial, respeito e acolhimento. Práticas que deveriam ter feito parte da história de vida pregressa ao cumprimento da medida de internação, facilitadas nas relações estabelecidas na família, escola e comunidade. Esses dados explicitam que, apesar de o Brasil ser uma referência em termos de legislações que

garantem a proteção de crianças e adolescentes, o acesso a direitos básicos ainda é um privilégio de parte da população.

Os caminhos apontados, até mesmo em estudos anteriores a esse, são diversos, incluindo o fortalecimento e combate ao desmonte das políticas públicas, a contratação de mais profissionais para atuar no SUS e SUAS, a formação continuada pautada em preceitos científicos e comprovadamente eficazes, a adoção de práticas restaurativas e o combate à violência. Mas talvez o maior desafio seja executar essas ideias em um país tão violento e desigual quanto o Brasil, onde uma parcela mínima controla não só os recursos materiais, mas as narrativas, estereótipos e preconceitos sobre toda a população. E é nesse cenário que a Psicologia Comunitária traz importantes reflexões e possibilidades de atuação.

O trabalho de base nas comunidades é um potente instrumento para a transformações significativas na vida das pessoas, mas também em desafiar as opressões macroestruturais. No sistema socioeducativo, sobretudo nas unidades de internação, é importante que esse trabalho vise compreender o ato infracional, não enquanto característica dos adolescentes, mas uma consequência da omissão estatal na garantia de cuidado da população, sobretudo de pessoas pretas sobreviventes nas periferias.

Também é importante que o adolescente se entenda como um ser dotado de direitos, que saiba como acessar serviços, que tenha projetos de vida factíveis de serem alcançados, possibilidades dignas de emprego e, acima de tudo, que tenham suas relações comunitárias fortalecidas. Esse trabalho, que parece tão grandioso quando escrito em uma Tese, é passível de ser realizado no dia a dia, como destaca Montero e Serrano-García (2011). A partir do conhecimento da realidade do grupo com quem se está atuando, com a utilização de recursos que são parte do cotidiano da comunidade é possível promover o

trabalho psicoeducativo, sendo a psicoeducação uma importante ferramenta para a emancipação e tomada de consciência comunitária.

E um recurso fundamental para o trabalho efetivo é o vínculo estabelecido com os adolescentes, que, neste estudo, não foi possível de ser estabelecido de maneira aprofundada, tendo em vista o curto período disponível para a pesquisadora permanecer nas unidades. Uma recomendação a estudos futuros é que sejam adotadas técnicas como a inserção ecológica, ou ao menos que os pesquisadores busquem passar o máximo de tempo possível nas unidades, para compartilhar, ainda que por um breve período, a experiência de ser parte do sistema socioeducativo.

Além disso, é importante a elaboração de programas de intervenção psicoeducativos focados na emancipação dos adolescentes e suas famílias, não somente nas unidades de internação, mas também nas medidas em meio aberto, para garantir o acompanhamento dos adolescentes na comunidade. E, principalmente, tem-se que reconhecer que as medidas socioeducativas possuem limitações e a privação de liberdade essencialmente se constitui como uma violação de direitos, que tenta corrigir no adolescente algo que foi negligenciado pelo Estado. Assim, é necessário que os profissionais e pesquisadores não adotem uma postura neutra, mas que sejam engajados e fortaleçam movimentos reivindicatórios, a favor dos direitos humanos e em oposição a qualquer forma de opressão e exploração, na certeza de que a atuação cotidiana, assim como a produção acadêmica também são formas de resistência.

## Referências

- Anjos, R. E., & Duarte, N. (2016). A adolescência inicial: Comunicação íntima pessoal, atividade de estudo e formação de conceitos. In L. M. Martins, A. A. Abrantes, & M. G. D. Facci (Orgs.), *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: Do nascimento à velhice* (Vol. 1, pp. 195–220). Autores Associados.
- Anjos, J., Lisboa, M. S., Figueiredo, C. P. de A., & Queiroz, I. R. G. (2024). Geração conectada: Adolescência e sofrimento psíquico por trás das redes sociais virtuais. *Revista Olhares*, 14(1), 32-55.  
<https://publicacoes.unijorge.com.br/revistaolhares/article/view/206/700>
- Ariès, P. (1986). *História social da infância e da família*. Guanabara.
- Asbahr, F. da S. F., & Souza, M. P. de R. (2014). “Por que aprender isso, professora?” Sentido pessoal e atividade de estudo na psicologia histórico-cultural. *Estudos de Psicologia*, 19(3), 157-238. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000300002>
- Avanci, J. Q., Assis, S. G., Oliveira, R. V. C., Ferreira, R. M., & Pesce, R. P. (2007). Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3), 287-294.  
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/VTBVG9tQddSz3s67vmfmD4g/?format=pdf&lang=pt>
- Azevedo, C. R. S., Amorim, T. R. S., & Alberto, M. F. P. (2017). Adolescência e ato infracional: Violência institucional e subjetividade em foco. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 579–594. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003312016>

- Barcelos, M. R. B., Vasconcellos, L. C. F. de, & Cohen, S. C. (2012). Políticas públicas para adolescentes em territórios vulneráveis. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 23(3), 288–294. <https://doi.org/10.5020/2028>
- Barros, W. V. de, & Catão, F. F. (2024). A implementação da profissionalização na socioeducação: Uma revisão de estudos de teses e dissertações. *Revista Foco*, 17(8), e5703. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n8-079>
- Bazon, M. R., da Silva, J. L., & Ferrari, R. M. (2013). Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. *Educação em Revista*, 29(2), 175-199.
- Bisinoto, C., Oliva, O. B., Arraes, J. D., Galli, C. Y., Amorim, G. B., & Souza, L. A. S. (2015). Socioeducação: Origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 575–585. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.28456>
- Bonalume, B. C., & Jacinto, A. G. (2018). Adolescentes autores de atos infracionais reiterados: Invisibilidade e criminalização da pobreza. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 1(1), 1-16. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22575>
- Brasil. (1902). *Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902: Reforma o serviço policial no Districto Federal.* Câmara dos Deputados. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-publicacaooriginal-107022-pl.html>
- Brasil. Decreto nº 4.780, de 2 de Março de 1903. *Approva o regulamento para a Escola Correccional «Quinze de Novembro».* Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4780-2-marco-1903-515922-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Presidência da República.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)

Brasil. Ministério da Saúde. (2007). *Saúde integral de adolescentes e jovens: Orientações para a organização de serviços de saúde*.  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_adolescentes\\_jovens.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_adolescentes_jovens.pdf)

Brasil. (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm)

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. (2018). *Orientações técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento*.  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/OrientacoestecnicasparaelaboracaodoPIA.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/OrientacoestecnicasparaelaboracaodoPIA.pdf)

Brasil: Conselho Nacional de Justiça. (2019). *Reentradas e reinterações infracionais: Um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros*.  
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf>

Brasil. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2021). *Diretrizes Socioeducação alterada LGPD*. [https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/diretrizes\\_socioeducacao\\_alterada\\_LGPD.pdf](https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/diretrizes_socioeducacao_alterada_LGPD.pdf)

Brasil. Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social. (2022). *Caderno de orientações técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de medidas socioeducativas em meio aberto*.

<https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2022/01/Orientacoes-PIA-Consulta-2022.pdf>

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2023). *Levantamento Nacional de dados do SINASE 2023*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf>

Brasil. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). (2024). *Norma Técnica N° 003/SMADS/2024: Serviço de medidas socioeducativas em meio aberto*. <https://www.sinesp.org.br/legislacao/saiu-no-doc-legislacao/19020-norma-tecnica-n-003-smads-2024-servico-de-medidas-socioeducativas-em-meio-aberto-17-04-2024>

Brito, L. M. T. de. (2007). Liberdade assistida no horizonte da doutrina de proteção integral. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 23(2), 133-138. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200003>

Campos, R. H. de F. (Org.). (2015). *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (20. ed.). Vozes.

Campos, H. R., Zappe, J. G., & Andrade, S. S. de. (2015). Psicologia e socioeducação: Desafios, possibilidades e limites. In M. Azambuja & H. R. Campos (Orgs.), *Políticas sociais, formação e atuação do psicólogo*. Abrapso Editora. <https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Livro-Políticas-Sociais.pdf#page=169>

Cancian, R. (2021). Augusto Comte revisitado: Positivismo, sociologia e intervenção social. *Rev. Sem Aspas*, 10(00), e021015. <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15744>

- Cardoso Jr., J. C. (2019). Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: Menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. In *Brasil: Incertezas e submissão?* Fundação Perseu Abramo. <https://museudalavajato.com.br/wp-content/uploads/tainacan-items/410069/410256/Brasil-incertezas-e-Submissao-Epub1.pdf#page=153>
- Castro, A. (2023). A evolução do direito do menor no Brasil: um exame crítico das mudanças na legislação para crianças e adolescentes ao longo do século XX (1927-1979). *Revista Eletrônica Do Curso De Direito Da UFSM*, 18(3), e84887. <https://doi.org/10.5902/1981369484887>
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coords.). (2024). *Atlas da violência 2024*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2024>
- Coimbra, C., Bocco, F., & do Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v57n1/v57n1a02.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no âmbito das medidas socioeducativas*. <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/029-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologasos-em-Medidas-Socioeducativas.pdf>
- Corga, D. M. (1998). *Uma história da psicologia social: Sua diversidade* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://repositorio.usp.br/item/000999730>
- Costa, M. M. M. da, & Porto, R. T. (2009). O papel da comunidade na consolidação de políticas socioeducativas e no fortalecimento da cidadania de adolescentes autores

de ato infracional. *Novos Estudos Jurídicos*, 14(2), 84–104.  
<https://doi.org/10.14210/nej.v14n2.p84-104>

Costa, L. P. da, & Santos, S. S. dos. (2018). Adolescente em conflito com a lei: revisando as contribuições de variáveis sociais, familiares e individuais. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 16(3), 757–771. <https://doi.org/10.12957/epp.2016.31462>

Costa, A. P. M., & Barros, B. W. (2019). “Traficante não é vagabundo”: Trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. *Revista Direito & Práxis*, 10(4), 2399-2427. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/36727>

Costa, C. S. da S., Alberto, M. de F. P., & Silva, E. B. F. de L. (2022). Responsabilização ou punição: Violações de direitos na medida socioeducativa de internação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(1), 10–31. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.66450>

Cunha, R. D. T., & Paiva, I. L. (2016). O atendimento às adolescentes em conflito com a lei: Em foco as propostas educacionais no Rio Grande do Norte. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, 7(1), 77–97.  
<https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6872>

Davim, R. M. B., Germano, R. M., Menezes, R. M. V., & Carlos, D. J. D. (2009). Adolescente/Adolescência: Revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 10(2), 131-140.  
<https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027966015.pdf>

Dias, A. C. G., Arpini, D. M., & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300010>

- Dobles, I. (2016). *Ignácio Martín-Baró- una lectura em tiempos de quiebres y esperanzas*. Alerkin.
- Engels, F. (2019). *A origem da familia, da propriedade privada e do Estado* (N. Schneider, Trad.; 1. ed.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1884). <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Livro-62-FRIEDRICH-ENGELS-A-ORIGEM-DA-FAM%C3%8DLIA-DA-PROPRIEDADE-PRIVADA-E-DO-ESTADO.pdf>
- Esteves, L. C., Costa, L. M., & Cal, D. (2021). Mídia e maioria penal: Programa Estação Direitos e a construção de um contradiscurso em defesa de crianças e adolescentes. *Emancipação*, 21(1), 1-25. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.21.2116438.031>
- Eyng, A. M., & Ramos, A. (2020). Narrativas de educadores da socioeducação: Representações sociais sobre adolescência na tessitura do trabalho socioeducativo. *Revista Diálogo Educacional*, 20(66), 1162–1184. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.20.066.DS10>
- Facci, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigostski. *Cadernos Cedes*, 24(62), 64–81. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000100005>
- Fagnani, E. (2016). Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. *Economia e Sociedade*, 6(1), 183-238. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643175>
- Faria, B. A. da S., & Asbahr, F. da S. F. (2020). Relações entre cultura popular e educação escolar: Reflexões a partir de uma pesquisa bibliográfica. *Obutchénie*.

*Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, 4(3), 689–710.

<https://doi.org/10.14393/OBv4n3.a2020-58433>

Farr, R. M. (1998). *As raízes da psicologia social moderna*. (P. A. Guareschi & P. V. Maya, Trans.). Vozes.

Feffermann, M. (2018). O jovem/adolescente "trabalhador" do tráfico de drogas. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, 3(15), 137-155.

[https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/Cad-Def-Pub-SP\\_n.15.pdf#page=137](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Cad-Def-Pub-SP_n.15.pdf#page=137)

Fialho, L. M. F., França, M. S. L. M., & Nascimento, V. N. (2023). Docência no ensino superior: Quais saberes mobilizar para formar professores? *Pro-Posições*, 34, e20220044. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2022-0044>

Filho, P. N. (1956). *Sangue, corrupção e vergonha: S.A.M.* (Vol. 1). Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.

Flick, U. (2009). *Métodos de pesquisa: Introdução à pesquisa qualitativa* (3. ed.). Artmed.

Francisco, M. V., & Murgio, C. S. (2015). O papel da escola na trajetória de adolescentes autores de atos infracionais: Concepções de professores. *Nuances*, 26(1), 98-120. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3821>

Fraser, N. (1991). La lucha por las necesidades: Esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío. *Debate Feminista*, 3–40. <https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.1991.3.1493>

Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.

- Freitas, T. P. (2011). Serviço social e medidas socioeducativas: O trabalho na perspectiva da garantia de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, 105(1), 30-49.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100003>
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2021). *The state of the world's children 2021: On my mind: Promoting, protecting and caring for children's mental health. Regional brief: Latin America and the Caribbean*.  
<https://www.unicef.org/media/108126/file/SOWC-2021-Latin-America-and-the-Caribbean-regional-brief.pdf>
- Galinari, L. S., Vicari, I. D. A., & Bazon, M. R. (2019). Fatores associados ao cometimento de atos infracionais na adolescência. *Psico (Porto Alegre)*, 50(4), e-34094.  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/34094/pdf>
- Galvão, E. (2017). Trabalho infantil e o apartheid na infância: direitos e desigualdades. *METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Política em Direitos Humanos*, 1(1).  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/article/view/8884>
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 562-571.  
<https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>
- Guareschi, P. (2020). *Olhares do alto: Ensaios críticos*. Editora Evangraf.  
<https://pedrinhoguareschi.com.br/site/wp-content/uploads/2021/03/miolo-OLHARES-DO-ALTO-PEDRINHO-GUARESCHI.pdf>

- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201–210. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Panorama do Censo 2022*. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Instituto Sou da Paz. (2018). *Estudo da reincidência infracional do adolescente no estado de São Paulo*. <https://soudapaz.org/documentos/ai-eu-voltei-para-o-corre-estudo-da-reincidencia-infracional-do-adolescente-no-estado-de-sao-paulo/>
- Jacó-Vilela, A. M. (2021). Trajetórias da psicologia no Brasil: Conciliações e resistências. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 38, 1–28. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2021.36485>
- Jimenez, L., Andrade, E. M., & Bianchini, L. G. B. (2016). Uso de drogas e ato infracional: Revisão integrativa de artigos brasileiros. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14(2), 939-955. <https://doi.org/10.11600/1692715x.14204170715>
- Kroeff, R. F. S., Gavillon, P. Q., & Ramm, L. V. (2020). Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o campo-tema na pesquisa-intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 464–480. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579>
- Kuhn, L. O., & Uziel, A. P. (2022). Projeto de vida em Planos Individuais de Atendimento no Contexto Socioeducativo. *Revista Polis e Psique*, 12(2), 130–152. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.111115>

- Lane, S. T. M. (1984). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 10-19). Brasiliense.
- Lane, S. M. T. (1986). Psicanálise ou marxismo: Dilema da psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 1(2), 1-6. <https://memorialsilvialane.com.br/textos-de-silvia/psicanalise-ou-marxismo-dilema-da-psicologia-social/>
- Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Vozes.
- Leal, Z. F. R. G., & Mascagna, G. C. (2016). Adolescência: Trabalho, educação e a formação omnilateral. In L. M. Martins, A. A. Abrantes, & M. G. D. Facci (Orgs.), *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: Do nascimento à velhice* (2a ed., Vol. 1). Autores Associados.
- Leite, C. C. (2006). Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: Aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*, 23, 93-103. [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla\\_Carvalho\\_Leite.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla_Carvalho_Leite.pdf)
- Lemos de Paiva, I., Fernandes de Oliveira, I., & Valença, D. A. (2018). Marxismo e psicologia: Aportes para uma reflexão materialista sobre o indivíduo. *Revista Direito e Práxis*, 9(3), 1794–1811. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36627>
- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Livros Horizonte.
- Lessa, S., & Tonet, I. (2004). *Introdução à filosofia de Marx*. [https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao\\_a\\_Filosofia\\_de\\_Marx.pdf](https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf)

- Lima Ferreira Cunha, R. G. de, Menezes, J. de A., Ferreira, H. P., & Fernandez, E. M. C. (2024). Narrativas sobre o futuro e construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. *Emancipação*, 24, 1–19. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.24.24558.030>
- Llobet, V. S., & Villalta, C. D. (2021). Economías morales del cuidado infantil. Familias, género y desigualdades en los programas de acogimiento familiar en la Argentina. *Horizontes Antropológicos*, 27(61), 227–256. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300008>
- Lourenço, M. S. de G., Speranza, M., & Cid, M. F. B. (2024). Adolescência e sentimento de pertença: Apontamentos da literatura nacional. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 17(3), 1-18. <https://doi.org/10.36298/gerais202417e21682>
- Lucena Filho, E. L., & Nunes, S. A. N. (2025). Medidas socioeducativas: Avaliação da efetividade através de representações sociais dos egressos. *Psicologia e Saber Social*, 14, 208–240. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/view/93761>
- Macêdo, O. J. V., & Alberto, M. F. P. (2018). Psicologia e direitos das crianças e dos adolescentes na assistência social. *Revista Subjetividades*, 18(3), 90-103. <https://doi.org/10.5020/23590777.RS.V18I3.6362>
- Machado, J. C., Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2021). Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: Revisão de literatura. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 15(3), 1-20. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.26487>
- Maia, I. M., & Morais, N. A. (2023). Engajamento com o trabalho e exaustão emocional de profissionais da socioeducação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43(e247960), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003247960>

- Martín-Baró, I. (1985). *Acción e ideología: Psicología social desde Centroamérica* (4a ed.). UCA Editores. <https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1983-@-Acci%C3%B3n-e-ideolog%C3%ADa-psicolog%C3%ADa-social-desde-centroamerica.pdf>
- Martín-Baró, I. (1987). El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In M. Montero (Org.), *Psicología política latinoamericana* (pp. 135–162). Panapo.
- Martín-Baró, I. (1988). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. *Revista de Psicología de El Salvador*, 7(28), 123-141. [https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1988-La-violencia-pol%C3%ADtica-y-la-guerra-como-causas-del-trauma-RP1988-7-28-123\\_141.pdf](https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1988-La-violencia-pol%C3%ADtica-y-la-guerra-como-causas-del-trauma-RP1988-7-28-123_141.pdf)
- Martín-Baró, I. (1990a). La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. *Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 10(20), 101-108. <https://revistaiztapalapa.izt.uam.mx/index.php/izt/article/view/1012/1166>
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Martín-Baró, I. (2006). Hacia una psicología de la liberación. *Psicología sin Fronteras: Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria*, 1(2), 1. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=265242>
- Mayer, A. S., Motta, R. F., & Santos, S. S. (2020). Psicologia e políticas sociais: Possibilidades e desafios na socioeducação. In M. Azambuja & H. R. Campos (Orgs.), *Políticas sociais, formação e atuação do psicólogo*. Abrapso Editora.

<https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Livro-Politicais-Sociais.pdf#page=169>

Mioto, S., da Rosa, R. S., Oyama, T. K., & Souza, A. W. de L. (2015). Perfil do educador na socioeducação. *IX EPCC - Encontro Internacional de Produção Científica*, 9(1), 4-8. [https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2015/wp-content/uploads/sites/65/2016/07/silvia\\_mioto\\_1.pdf](https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2015/wp-content/uploads/sites/65/2016/07/silvia_mioto_1.pdf)

Miranda, H. S. (2016). A FEBEM, o Código de Menores e a “pedagogia do trabalho”. *Projeto História*, 55(1), 45-77. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25316/19524>

Miranda, G., Lemos de Paiva, I., & Potiguara de Moraes Lima, N. (2018). ¿Qué capitalismo? Notas sobre la teoría marxista de la dependencia. *Revista de Sociología* 33(1), 77-87. <https://doi.org/10.5354/0719-529X.2018.51795>

Miranda, G., & Paiva, I. L. (2020). O que pode a medida socioeducativa de internação? *Revista Amazônida*, 6(1), 1–16. <https://doi.org/10.29280/rappge.v6i01.9846>

Miranda, G., & Paiva, I. L. (2023). Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e facções criminosas. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 16(1), 193–218. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.45464>

Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós.

Montero, Maritza. (2006a). *Hacer para transformar: el método en Psicología Comunitaria*. Paidós.

- Montero, M. (2009b). El fortalecimiento en la comunidad, sus dificultades y alcances. *Universitas Psychologica*, 8(3), 615-626. <https://www.redalyc.org/pdf/1798/179817825001.pdf>
- Montero, M. & Serrano-Garcia, I. (2011). *Historias de la Psicología Comunitaria en América Latina: Participación y Transformación*. Paidós.
- Monteiro, T. A., & Souza, M. T. C. C. de. (2025). As contribuições dos cursos da Escola Nacional de Socioeducação para os profissionais que atuam com as medidas socioeducativas a partir do olhar da psicologia moral. *Educação*, 50(1), e56/1–21. <https://doi.org/10.5902/1984644485325>
- Moraes, B. R., & Weinmann, A. O. (2020). Notas sobre a história da adolescência. *Estilos da Clínica*, 25(2), 280-296. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v25n2/a08v25n2.pdf>
- Mussetta, P. (2009). Foucault y los anglofoucaultianos: Una reseña del Estado y la gubernamentalidad. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 51(205), 37–55. <https://doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.2009.205.41086>
- Neto, M. A. (1942). *Arquivos do Serviço de Assistência a Menores*. Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
- Organização Internacional do Trabalho. (2016). *Piores formas de trabalho infantil*. <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/piores-formas-de-trabalho-infantil>
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2022). *Saúde mental dos adolescentes*. Recuperado em 12 de novembro de 2025, de <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>

- Paes, P. C. D. (2016). Socioeducação: Violência, sofrimento e direitos humanos. In *Congresso Internacional de Direitos Humanos: Migração e Direitos Humanos nas Fronteiras*. [https://cidhsite.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/05/ar\\_gt5\\_12.pdf](https://cidhsite.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/05/ar_gt5_12.pdf)
- Paiva, I. L., Andrade Gomes, R. C., & Valença, D. A. (2016). Sistema Socioeducativo Potiguar: Um debate sobre violações de direitos de crianças e adolescentes em âmbito internacional. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 17(2), 327–352. <https://doi.org/10.18759/rdgf.v17i2.798>
- Paiva, I. L., Oliveira, I. F., & Valença, D. A. (2018). Marxismo e psicologia: Aportes para uma reflexão materialista sobre o indivíduo. *Revista Direito e Práxis*, 9(3), 1794–1811. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36627>
- Pereira, I., & Barone, R. E. M. (2015). Formação do socioeducador no contexto da socioeducação e as contribuições da educação social. In P. C. D. Paes, M. F. Adimari, & R. P. da Costa (Orgs.), *Socioeducação e intersetorialidade: Formação continuada de socioeducadores* (Caderno 6). UFMS. [http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros\\_e\\_Artigos/ufms/UFM%202015.%20Caderno%206.%20Livro%20intersectorialidade%20-%20completo.pdf](http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFM%202015.%20Caderno%206.%20Livro%20intersectorialidade%20-%20completo.pdf)
- Pessoa, A. S. G. (2015). *Trajetórias negligenciadas: Processos de resiliência em adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)]. <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/6b842ab4-79b0-4f03-9262-741d4db9f536>

- Pessoa, A. S. G., & Coimbra, R. M. (2020). Fatores de risco no contexto de adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1), 119–141. <https://doi.org/10.12957/epp.2020,50793>
- Pezato, L. M., & L'abbate, S. (2011). O uso de diários como ferramenta de intervenção da análise institucional: Potencializando reflexões no cotidiano da saúde bucal coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1297-1314. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000400008>
- Piletti, N., Rossato, S. M., & Rossato, G. (2014). *Psicologia do desenvolvimento*. Contexto.
- Pilotti, F. J., & Rizzini, I. (2009). *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Cortez
- Prado, M. A. M. (2002). A psicologia comunitária nas Américas: O individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 201-210. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100021>
- Predebon, J., & Giongo, C. (2015). A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: Contribuições de pesquisas brasileiras. *Pensando Famílias*, 19(1), 88-104. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100008&lng=pt&tlng=pt)
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. PUC-Rio; Loyola. [https://www.editora.puc-rio.br/media/ebook\\_institucionalizacao\\_de\\_crianças\\_no\\_brasil.pdf](https://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf)
- Rizzini, I. (2008). *O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. Cortez.

- Rocha, M. F. (2010). Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. *Revista de Políticas Públicas*, 13(2), 303–314. <https://cajapio.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/24>
- Rodrigues, D. S., & Oliveira, M. C. S. L. de. (2016). Psicologia cultural e socioeducação: Reflexões sobre desenvolvimento humano e infração juvenil. *Revista Subjetividades*, 16(1), 104-118. <https://doi.org/10.5020/23590777.16.1.104-118>
- Santos, L. I. C., et al. (2012). Juventude e violência: trajetórias de vida e políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(2), 1–20. [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812012000200012](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000200012)
- Santos, M. A. dos, & Asbahr, F. da S. F. (2021). Princípios histórico-culturais para a organização de formações docentes continuadas concretas. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 13(2), 833–857. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.43890>
- Saraiva, J. B. C. (2010). *Compêndio de direito penal juvenil: Adolescente e ato infracional* (4. ed.). Livraria do Advogado.
- Scisleski, A. C. C., Silva, J. L. C., Galeano, G. B., Caetano, C. C. L., & Bruno, B. S. (2013). Políticas de saúde: Quem tem medo de usuários de drogas? *Polis e Psique*, 3(3), 106-124. <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/42333/28621>
- Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silves, E. F. de M. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 227-234. <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/?format=pdf&lang=pt>

- Silva, A. C. S., & Alberto, M. F. P. (2019). Fios soltos da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(1), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003185358>
- Silva, E. B. F. de L., Alberto, M. F. P., & Costa, C. S. da S. (2022). Socioeducação: Concepções teóricas no contexto das medidas socioeducativas. *Cadernos CRH*, (35), e022047. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.36268>
- Silva, A. C. S., & Alberto, M. F. P. (2022). A garantia dos direitos infantojuvenis a partir da concepção de infância e adolescência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2(1), 1-22. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68644>
- Silva, A. G. da, Gomes, C. S., Ferreira, A. C. M., & Malta, D. C. (2023). Procura e utilização dos serviços de saúde por adolescentes brasileiros, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 26(Supl. 1). <https://doi.org/10.1590/1980-549720230008.supl.1.1>
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20–45. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- Souza, C., & Paiva, I. L. (2012). Faces da juventude brasileira: Entre o ideal e o real. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 353-360. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300002>
- Sousa, R. G. (2020). *O caráter pedagógico das medidas socioeducativas* [Trabalho de conclusão de curso, Faculdade Evangélica de Goianésia - FACEG]. Repositório Institucional da AEE. <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/17997>
- Torquato, L. C. (2014). *A recepção da psicanálise no Brasil: O discurso freudiano e a questão da nacionalidade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de

Minas Gerais]. <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/6126a10d-d6f9-498f-9d2a-d6dfe634e1bf/content>

Unicef. (2023). *Multiple dimensions of child poverty in Brazil*. <https://www.unicef.org/brazil/media/27216/file/multiple-dimensions-of-child-poverty-in-brazil.pdf>

Vianna, A. R. B. (1999). *O mal que se adivinha: Polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Ministério da Justiça.

Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (7. ed.). Martins Fontes.

Zanella, M. N., & Lara, A. M. B. (2015). O código de menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais: O nascimento da justiça juvenil. *Revista Angelus Novus*, 6(10), 105–128. <https://doi.org/10.11606/ran.v0i10.123947>

Zappe, J. G., & Ramos, N. V. (2010). Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 365-373. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200017>

## ANEXO A

### Aprovação da pesquisa pela UniCASA



Secretaria de Justiça e Cidadania

Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente  
UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA FUNDAÇÃO CASA

#### Certidão

**Interessado:** Pesquisadora Ariane Rico Gomes - Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

**Assunto:** Pesquisa autorizada no âmbito da Fundação CASA-SP

Declaramos, para os devidos fins, que o projeto de pesquisa proposto pela Sra. **Ariane Rico Gomes**, intitulado: "Práticas bem sucedidas e exitosas no atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação: uma análise a partir da realidade do Estado de São Paulo", referente a Pós-Graduação em Psicologia – nível de Doutorado da Universidade Federal de São Carlos – Centro de Educação e Ciência Humanas – Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Campus São Carlos, sob orientação do Professor Doutor Alex Sandro Gomes Pessoa, foi **APROVADO** para ser realizado no âmbito da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA/SP, conforme procedimentos estabelecidos em Portaria Normativa nº 373/2021.

Enfatizamos que a pesquisa está condicionada às obtenções das autorizações:

- autorizações judiciais das Comarcas onde estão localizados os CASAs Mogi Mirim, São Carlos, Tamoios, Chiquinha Gonzaga, Nova Vida, Diadema, Nelson Mandela e Mirassol;

- autorizações dos pais ou responsáveis a luz da Lei nº 8.069/1990.

Ainda deverá apresentar o parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa em respectiva Instituição de Ensino.

Após as obtenções das autorizações e do parecer consubstanciado do Comitê de Ética, a Pesquisadora deverá apresentar os documentos a UNICASA para iniciar a pesquisa que ocorrerá de maneira on-line.

São Paulo, 09 de março de 2022.

GUILHERME ASTOLFI CAETANO NICO

Classif. documental

006.01.09.002



Assinado com senha por GUILHERME ASTOLFI CAETANO NICO - 09/03/2022 às 12:23:04.  
Documento Nº: 36262437-6171 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/stgaex/public/app/autenticar?n=36262437-6171>



FUNDCASA/SP/CE/FC/2200000/A

SIGA

Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente  
UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA FUNDAÇÃO CASA  
GERENTE TÉCNICO  
UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA FUNDAÇÃO CASA



Assinado com senha por GUILHERME ASTOLFI CAETANO NICO - 09/03/2022 às 12:23:04.  
Documento Nº: 36262437-6171 - consulta à autenticidade em  
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=36262437-6171>

2



FUNDOCASA-SP-CEREG02200090A

## ANEXO B

### Aprovação da pesquisa pelo CEP- UFSCar



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** "PRÁTICAS BEM SUCEDIDAS E EXITOSAS NO ATENDIMENTO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DO ESTADO DE SÃO

**Pesquisador:** Alex Sandro Gomes Pessoa

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 81016222.0.0000.5504

**Instituição Proponente:** CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.701.002

##### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1978653.pdf, 21/09/2022):

As pesquisas no âmbito do sistema socioeducativo no Brasil focam, frequentemente, os indicadores contraproducentes e as situações que se associam à manutenção da violência e privação de direitos básicos dos adolescentes atendidos, tanto nas instituições que ofertam atendimentos em meio aberto quanto fechado. Apesar de reconhecer que estas instituições ainda precisam de avanços substanciais em diferentes dimensões (política, pedagógica, psicossocial e estrutural), parte-se do pressuposto que a análise sistematizada de práticas consideradas bem sucedidas e exitosas pode elucidar modelos interventivos inovadores, eficientes e que podem inspirar novas ações nestes contextos instrucionais. Além disso, pesquisas acerca deste tema podem trazer indicativos importantes sobre o processo de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam diretamente com adolescentes que cometeram atos infracionais. Partindo desta linha argumentativa, o objetivo desta pesquisa é analisar, a partir da indicação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em privação de liberdade, quais são os profissionais, as práticas bem sucedidas e as concepções teórico-metodológicas que

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA  
**UF:** SP **Município:** SAO CARLOS **CEP:** 13.565-905  
**Telefone:** (16)3351-9685 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.701.002

fundamentam os atendimentos destes grupos nos espaços institucionais. A abordagem epistemológica adotada nesta investigação está em consonância com autores da Psicologia Cultural e da Psicologia Social Comunitária. Este projeto, que será realizada na Fundação Casa (São Paulo), propõe a condução de dois estudos complementares, cujos recortes são qualitativos, descritivo exploratórios e com delineamento transversal. Para a primeira etapa do Estudo 1, esta prevista a participação de 250 a 320 adolescentes que cumprem medida de internação. Os adolescentes responderão a um questionário online, indicando, entre outras coisas, um profissional que consideram exemplar. Em outros termos, buscar-se-á identificação dos profissionais cujas ações fazem a diferença na vida dos adolescentes e os ajudam a lidarem com as adversidades decorrentes do ato infracional e da medida de internação. Em seguida, a partir dos dados que emergirem da primeira investigação, os dois profissionais mais citados pelos adolescentes em cada unidade serão entrevistados (totalizando 10 participantes), a fim de verificar a trajetória formativa, concepções sobre os adolescentes, principais dificuldades enfrentadas e perspectivas futuras sobre o trabalho realizado. A interpretação dos dados de ambos Estudos será feita por Análise Temática (do tipo reflexiva) e será utilizado o software Atlas.ti para sistematização dos dados. Entende-se que os achados desta pesquisa podem contribuir na construção de programas de formação profissional para melhoria na relação desses profissionais com os adolescentes, bem como poderá contribuir para o desvelamento das práticas e intervenções psicossociais que têm impactado positivamente a vida dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação.

Hipótese:

Tem-se como hipótese que a qualidade da relação, avaliada pelo vínculo que o adolescente estabelece com os profissionais atuantes no sistema socioeducativo, é fundamental para a eficácia das intervenções com essa população. Entende-se, ainda, que uma investigação deste porte pode elucidar aspectos relacionados aos programas de formação continuada voltados aos novos profissionais que assumiram cargos técnicos nestas instituições.

### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar, a partir da indicação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime fechado de internação, quais são os profissionais, as práticas bem sucedidas e as concepções teórico-metodológicas que fundamentam os atendimentos destes grupos nos espaços

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.761.002

institucionais.

#### Objetivo Secundário:

- *Avenguar, segundo a percepção de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, quais são os profissionais que desempenham boas práticas nas instituições, levando em consideração variáveis como gênero, idade, cargo ocupado, pertencimento étnico e filiação religiosa (Estudo 1).*
- *Avaliar a natureza e o âmbito das boas práticas consideradas pelos adolescentes, a partir da coleta de relatos sobre as experiências mais significativas e marcantes que tiveram com estes profissionais durante os atendimentos (Estudo 1).*
- *Verificar as concepções de adolescência que fundamentam o trabalho dos profissionais indicados pelos adolescentes (Estudo 2).*
- *Analisar a trajetória de formação inicial e continuada destes profissionais, levando em consideração o tempo de formação e de atuação na instituição, tipo de universidade cursada (pública ou privada), vinculação a cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu), filiação a movimentos sociais, entre outros (Estudo 2).*
- *Avaliar, segundo a perspectiva dos profissionais participantes, quais são os desafios enfrentados, mudanças nas diretrizes de trabalho e possíveis recomendações para a melhoria nos atendimentos direcionados aos adolescentes (Estudo 2).*

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

Os adolescentes poderão sentir desconforto ao relatar sua relação com os profissionais ou lembrar de eventos tristes ou vexatórios que tenham experienciado na unidade, e nesse caso, poderão deixar sua participação na pesquisa sem que haja prejuízo material ou em sua relação com a instituição. Caso seja detectada alguma violação dos direitos dos adolescentes, preconizados no ECA (1990) e SINASE (2012), a pesquisadora informará imediatamente aos responsáveis da instituição.

##### Benefícios:

Por não haver protocolos do atendimento socioeducativo no Brasil, as boas práticas profissionais ficam, muitas vezes, dispersas, ou não são socializadas. Assim, este estudo, que se propõe a compilar as boas práticas de profissionais da socioeducação, contribuirá para a elaboração de manuais e outros materiais formativos que possuam diretrizes para uma atuação efetiva e com potencial transformador da realidade dos adolescentes.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.701.002

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

vide campo "conclusões ou pendências e lista de inadequações"

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

vide campo "conclusões ou pendências e lista de inadequações"

**Recomendações:**

vide campo "conclusões ou pendências e lista de inadequações"

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Quanto às pendências éticas inicialmente apontadas pelo CEP em parecer anterior (Número do Parecer:5.643.114), a pesquisadora respondeu a todos os questionamentos, enviando para tanto os seguintes documentos complementares e/ou revistos: "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1978653.pdf", de 21/09/2022;"Carta\_resposta\_V1", de 21/09/2022;"TCLE\_estudo1\_v2".pdf", de 21/09/2022;"TCLE\_diretores\_V2.pdf", de 21/09/2022;"\_TCLE\_profissionais\_Estudo2\_V2.pdf", de 21/09/2022; "\_TALE\_V2.pdf", de 21/09/2022.

- De forma detalhada, seguem as recomendações do CEP em parecer anterior e a resposta dada pela pesquisadora a cada uma delas (conteúdo consta no documento "Carta\_resposta\_V1.pdf", de 21/09/2022:

**PENDÊNCIAS**

- Quanto aos termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora solicita dispensa de TCLE no caso de responsáveis de adolescentes menores de 18 anos cujos laços com esses jovens sejam frágeis/inexistentes, como justificado abaixo (justificativa presente no documento PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1978653.pdf, de 11/07/2022). Nesses casos, contudo, o TCLE seria assinado pelos diretores das Unidades, que autorizariam a participação desses jovens na pesquisa:

Justificativa:

"A dispensa do uso de TCLE está sendo solicitada para a coleta com os adolescentes em situação de acolhimento institucional, que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas de internação na Fundação CASA. Justifica-se a necessidade da dispensa do TCLE devido a constatação de que estes adolescentes possuem vínculos familiares enfraquecidos ou rompidos, o

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.701.002

que inviabiliza o contato para o pedido de consentimento de seus responsáveis (Coscioni, Dias, Rosa, & Koller, 2017; Pessoa, Coimbra, & Koller, 2017; Pessoa & Scorsolini-Comin, 2020). Ressalta-se, entretanto, que a dispensa do TCLE só será aplicada quando claramente ficar evidenciado que a família dos adolescentes não apresentam vínculos ou não acompanham seus filhos no cumprimento da medida socioeducativa. Nesse caso, será solicitado que o diretor da unidade de internação assine o TCLE como responsável pelos adolescentes. Complementarmente, reitera-se que em todos os casos será solicitado a assinatura do Termo de Assentimento para os adolescentes, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos jovens maiores de 18 anos, garantindo os esclarecimentos sobre a pesquisa, assim como seus riscos e benefícios (tal como foi amplamente apresentado e discutido no projeto de pesquisa). Essa solicitação, de dispensa da assinatura do TCLE dos responsáveis, está fundamentada na Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CONEP), mais particularmente no Art. 14., que indica a possibilidade da dispensa "Quando for inviável a realização do processo de Consentimento Livre e Esclarecido", desde que seja justificada e solicitada pelo pesquisador responsável junto ao Comitê de Ética para apreciação. Os pesquisadores responsáveis por este estudo se comprometem a cumprir todas as diretrizes e normas regulamentadoras descritas na Res. CNS Nº 510/16 e suas complementares, no que diz respeito ao sigilo e confidencialidade dos dados coletados".

**RECOMENDAÇÕES:** Este colegiado orienta que sejam convidados como participantes da pesquisa, preferencialmente, maiores de 18 anos (que possam se responsabilizar diretamente por sua participação na pesquisa) e adolescentes que tenham vínculos e laços com suas famílias e que, assim, não precisem recorrer à assinatura dos diretores das unidades, tendo em vista que estes têm o direito de não aceitar participarem. Nesse sentido, o critério para inclusão/exclusão na pesquisa pode ser o de ter vínculos familiares que autorizem a participação dos menores de 18 anos.

#### RESPOSTA:

Com relação à recomendação da coleta de dados ser realizada preferencialmente com maiores de 18 anos ou com adolescentes com vínculos familiares, ressaltamos alguns pontos a serem considerados. Um dos critérios do estudo é que participem da pesquisa, principalmente do Estudo 1, o maior número de adolescentes e jovens em cumprimento da medida socioeducativa de internação, a fim de serem sumarizadas as boas práticas profissionais de acordo com uma

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP Município: SÃO CARLOS

Telefone: (15)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.701.002

amostra significativa de participantes. Assim, se restringirmos a participação somente a adultos (maiores de 18 anos), perderemos um número significativo de participantes, tendo em vista que, de acordo com o Panorama de Reentrada e Reintegrações Infracionais, divulgado no ano de 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça<sup>1</sup>, o perfil de adolescentes inseridos no sistema socioeducativo concentra-se entre as idades de 15 e 17 anos (75% do total). Somado a isso, a literatura nacional tem apontado os desafios éticos em pesquisas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Pessoa, Coimbra e Koller (2017)<sup>2</sup> ressaltam que uma das características dos adolescentes atendidos em instituições de alta complexidade, como as unidades de internação socioeducativas, usualmente possuem vínculos familiares fragilizados ou rompidos, o que dificulta a obtenção do consentimento dos responsáveis para participação em pesquisas científicas. Apesar disso, segundo os autores, com a Resolução nº 566/2016, houve o reconhecimento dos casos em que a obtenção do consentimento dos responsáveis é inviável, como os de vínculos familiares rompidos. Ainda assim, podem ser adotadas estratégias éticas e respeitosas para a coleta de dados, como a assinatura do termo de assentimento pelos adolescentes e a presença de uma testemunha não relacionada à pesquisa para testificar a voluntariedade na participação no caso do consentimento ser dado pelo diretor da instituição. Considerando o exposto acima, a pesquisadora se responsabilizará para se reunir com toda a equipe da unidade socioeducativa antes do início da coleta, para sanar dúvidas e preparar os profissionais para uma aplicação não coercitiva do questionário, ressaltando a importância da voluntariedade de participação. Ainda, será solicitado que um profissional atuante na unidade de internação testifique sobre a voluntariedade da participação dos adolescentes, rubricando as vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos diretores das unidades. Apesar de considerarmos inviável atender à recomendação neste momento, agradecemos os apontamentos do CEP e avaliamos cuidadosamente as pendências apresentadas no parecer.

#### PENDÊNCIA ATENDIDA.

- Quanto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido:

1.1 Quanto ao documento "TALE.pdf", de 11/07/2022:

1.1.1 Solicita-se que a pesquisadora apresente, no referido documento, breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da Conep, de acordo Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, Inciso IX. As informações completas

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (15)3351-9685

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.701.002

a respeito do CEP podem ser consultadas em <https://www.propq.ufscar.br/etica/cep/modelos-de-documentos-cep>;

#### RESPOSTA:

Em resposta a essa pendência, foram acrescentados os seguintes parágrafos, destacados em amarelo nas versões atualizadas: "Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30. O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br."

#### PENDÊNCIA ATENDIDA

#### PENDÊNCIA 2

1.2 Quanto ao documento "TCLE\_estudo1", de 11/07/2022:

1.2.1 Solicita-se que a pesquisadora explicita, no referido documento, o tempo estimado para o preenchimento do questionário online, em atendimento à Resolução 510/2016, em seu Art. 9º "São direitos dos participantes: I - ser informado sobre a pesquisa";

#### RESPOSTA:

Em resposta à pendência, foi acrescentada a seguinte frase, destacada em amarelo na versão

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9685

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.701.002

atualizada do documento: "Primeiro, você irá responder a um questionário online durante a aula de informática e levará aproximadamente 30 minutos para preencher."

#### PENDÊNCIA ATENDIDA

#### PENDÊNCIA 3

1.2.2 Solicita-se que a pesquisadora explicita, no referido documento, que a gravação da entrevista (áudio/imagem) não será utilizada para nenhum outro fim que não a transcrição para posterior análise realizada pela pesquisadora, sendo que as informações ficarão de posse exclusivamente da pesquisadora por cinco anos, em atendimento à Resolução 510/2016, em seu Art. 17: "IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa";

#### RESPOSTA:

Em resposta à pendência, foi acrescentada a seguinte frase, destacada em amarelo no documento atualizado: "Os áudios gravados são sigilosos, ou seja, serão utilizados somente para posterior transcrição e análise de dados. Eles ficarão guardados por cinco anos, em posse exclusiva da pesquisadora responsável pelo estudo, sendo que nenhuma outra pessoa terá acesso às gravações".

#### PENDÊNCIA ATENDIDA.

#### PENDÊNCIA 4

1.3 Quanto aos documentos "TCLE\_diretores.pdf", "TCLE\_estudo1.pdf" e "TCLE\_profissionais\_estudo2", de 11/07/2022:

1.3.1. Embora não sejam previstos gastos com a participação na pesquisa, solicita-se que a pesquisadora apresente que os participantes têm direito à ressarcimento caso haja eventuais gastos com a pesquisa, desde que devidamente comprovados (além do direito à indenização como já explicitado), conforme aponta a Resolução 510/2016, Art. 17: "VII explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver".

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Continuação do Parecer: 5.701.002

**RESPOSTA:**

Em todos os documentos citados na pendência, foi acrescentada a frase "Caso tenha algum gasto com a pesquisa, você será ressarcido, desde que haja a devida comprovação dos gastos", destacada em amarelo para facilitar a identificação no documento atualizado.

**PENDÊNCIA ATENDIDA.****Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1978853.pdf	21/08/2022 21:23:28		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Carta_resposta_V1.pdf	21/08/2022 21:20:40	Ariane Rico Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_estudo1_V2.pdf	21/08/2022 21:19:34	Ariane Rico Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_diretores_V2.pdf	21/08/2022 21:18:47	Ariane Rico Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	_TCLE_profissionais_Estudo2_V2.pdf	21/08/2022 21:18:28	Ariane Rico Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	_TALE_V2.pdf	21/08/2022 21:17:11	Ariane Rico Gomes	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.701.002

Justificativa de Ausência	_TALE_V2.pdf	21/09/2022 21:17:11	Ariane Rico Gomes	Aceito
Outros	AnexoC_entrevistaProfissionais.pdf	11/07/2022 11:01:59	Ariane Rico Gomes	Aceito
Outros	AnexoB_entrevistasAdolescentes.pdf	11/07/2022 11:01:41	Ariane Rico Gomes	Aceito
Outros	AnexoA_questionario.pdf	11/07/2022 11:01:16	Ariane Rico Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	DispensaTCLE.pdf	11/07/2022 10:57:36	Ariane Rico Gomes	Aceito
Declaração de concordância	Autorizacao_Unicasa.pdf	11/07/2022 10:55:54	Ariane Rico Gomes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Final_CEP.pdf	11/07/2022 10:55:17	Ariane Rico Gomes	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	11/07/2022 10:53:34	Ariane Rico Gomes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 14 de Outubro de 2022

---

Assinado por:  
**RODRIGO ALVES FERREIRA**  
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br

## ANEXO C

### Questionário: práticas exitosas nas unidades de internação

#### QUESTIONÁRIO

#### Práticas exitosas nas unidades de internação

Unidade \_\_\_\_\_  
Número \_\_\_\_\_

**Olá!** Você foi convidado(a) a responder esse questionário, que contém algumas questões sobre você e sua relação com os profissionais desta unidade. Peço que você seja sincero(a) em suas respostas e que não compartilhe essas informações com seus colegas e outros profissionais. Sua participação é muito importante para nós.

**1.** Qual é sua idade?

- 12 anos    13 anos    14 anos  
 15 anos    16 anos    17 anos  
 18 anos    Mais de 18 anos

**2.** Qual é seu gênero?

- Masculino    Feminino    Não binário  
 Homem trans    Mulher trans

**3.** Qual é a cor da sua pele?

- Branca    Preta    Parda  
 Asiática    Indígena

**4.** Há quanto tempo você está cumprindo a medida de internação?

- Menos de seis meses  
 Entre seis meses e um ano  
 Entre um ano e um ano e meio  
 Entre um ano e meio e dois anos  
 Mais de dois anos

**5.** Por qual ato infracional você cumpre a medida de internação? (Marque mais de uma opção se necessário)

- Tráfico de drogas  
 Roubo qualificado (quando resulta em lesão grave ou morte)  
 Roubo simples  
 Furto  
 Descumprimento de outra medida socioeducativa  
 Receptação de veículos ou outros bens materiais  
 Porte de arma de fogo  
 Abuso sexual  
 Tentativa de homicídio  
 Homicídio

**5.** (Continuação)

- Outro   Qual(is)?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**6.** Quantas medidas você já cumpriu em meio **aberto** (liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade)?

- Nenhuma  
 Uma  
 Duas  
 Três  
 Mais de três

**7.** Quantas vezes você já cumpriu medida de semiliberdade ou internação?

- Primeira vez  
 Duas vezes  
 Três vezes ou mais

**8.** Você trabalha ou já trabalhou? Se sim, escreva o que você fazia.

- Não  
 Sim   \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**9.** Você faz ou já fez algum curso profissionalizante? Se sim, escreva qual.

- Não  
 Sim   \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

VIRE A PÁGINA



## **ANEXO D**

### **Termo de Assentimento Livre e Esclarecido**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

### **TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**(Resolução CNS 510/2016)**

### **PRÁTICAS BEM SUCEDIDAS E EXITOSAS NO ATENDIMENTO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Eu, Ariane Rico Gomes, estudante do Programa de Pós-Graduação Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar convido você a participar da pesquisa “práticas bem-sucedidas e exitosas no atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação: uma análise a partir da realidade do estado de São Paulo” orientada pela Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa.

Queremos saber, na sua opinião, quais são os profissionais que você considera um bom exemplo e que tem uma boa relação com você. Para isso, você irá responder a um questionário sobre as experiências que você teve durante a internação, as atividades que você faz durante a semana e como os profissionais podem te ajudar a cumprir a medida. Pedimos que você seja sincero(a) nas respostas. Pode ser que você também seja convidado(a) a participar de uma entrevista, para sabermos mais sobre sua boa relação com os profissionais que você considera legais.

As perguntas serão simples, mas podem causar desconforto ou fazer você lembrar de situações tristes que viveu durante a internação, e, caso você se sinta mal, poderá parar de responder a qualquer momento, sem que tenha nenhum problema com a medida ou com a universidade. Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro ou nenhuma alteração no cumprimento de sua medida socioeducativa.

Ninguém vai saber que você participou do estudo, pois seu nome e suas respostas serão mantidos em segredo. Caso participe da entrevista, será gravado apenas o áudio, para que possamos transcrever. Sua participação nessa pesquisa irá ajudar na a identificação de novas alternativas e possibilidades para o trabalho realizado pelos profissionais nas unidades de internação.

Ressalto que você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa. Caso tenha alguma dúvida, poderá falar com os pesquisadores.

**Declaro que entendi os objetivos, riscos (coisas ruins que podem acontecer) e benefícios (coisas boas que podem acontecer) de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome completo do(a) participante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura da Pesquisadora

\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Participante

## ANEXO E

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Diretores das unidades)

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Práticas Bem Sucedidas e Exitosas no Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação: Uma Análise a Partir da Realidade do Estado de São Paulo

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Ariane Rico Gomes, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, convido os adolescentes da unidade pela qual você é responsável a participarem desta pesquisa, orientada pelo Prof Dr Alex Sandro Gomes Pessoa, e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar.

O estudo tem como objetivo analisar, a partir da indicação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime de internação, quais são os profissionais, as práticas bem-sucedidas e as concepções teórico-metodológicas que fundamentam os atendimentos destes grupos nos espaços institucionais.

A pesquisa está organizada em duas etapas, sendo uma de coleta com os adolescentes atendidos nas unidades de internação e a outra com os profissionais apontados como bons exemplos de práticas e atuação nesses espaços. A participação dos adolescentes se dará em dois momentos: primeiro, será solicitado que estes respondam a um questionário, indicando um profissional que considera um exemplo de boas práticas na unidade.

Após a análise dos dados, será sorteada uma unidade de cada divisão regional, e **quatro** adolescentes de cada unidade serão convidados a participar de uma entrevista individual com a pesquisadora responsável, com o objetivo de compreender a relação desses adolescentes com os profissionais apontados como tendo as melhores práticas e o impacto desse trabalho no desenvolvimento dos mesmos.

De acordo com a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, é garantido o sigilo de informações e divulgação de resultados individuais dos participantes. Além disso, para a divulgação do estudo nos meios científicos, serão utilizados nomes fictícios e outras modificações necessárias para que não ocorra a identificação da unidade ou dos adolescentes participantes. Cabe ressaltar que a participação dos adolescentes é voluntária e não há ganhos financeiros nem alterações na execução da medida socioeducativa.

Apesar de haver possibilidades mínimas de risco eminente, os instrumentos podem evocar conteúdos sensíveis ou desagradáveis sobre a trajetória do adolescente no sistema socioeducativo. Ressaltamos que a qualquer momento ele poderá deixar de responder aos instrumentos, sem que haja nenhum prejuízo profissional em sua relação com a pesquisadora, Fundação Casa, tampouco com a Universidade Federal de São Carlos, sendo os dados excluídos imediatamente da pesquisa. Ainda, caso tenha prejuízos decorrentes de sua participação no estudo, é garantido o direito à indenização e reparação dos danos causados.

Apesar de não beneficiar direta e individualmente os adolescentes de sua unidade, a participação neste estudo contribui para a compreensão de como se dá o atendimento nas unidades de internação, e quais ações os adolescentes consideram mais relevantes para seu desenvolvimento. Isso pode ajudar a melhorar a qualidade dos atendimentos realizados nos espaços socioeducativos futuramente.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a pesquisa poderá comunicar-se com a pesquisadora pelo e-mail [arianerico@estudante.ufscar.br](mailto:arianerico@estudante.ufscar.br), ou contatar diretamente o Prof. Dr. Alex Sandro Gomes pessoa, pelo telefone (16) 3351-8361.

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação dos adolescentes na pesquisa e concordo com os itens desse termo. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)**

Seu nome completo: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

---

Assinatura

Nome do(s) adolescente(s):

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

➤ \_\_\_\_\_

## ANEXO F

### Roteiro de Entrevista para os adolescentes

#### Roteiro de Entrevista- Adolescentes

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Unidade: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

#### **(Tema: caracterização das experiências com o profissional)**

- O que te levou a escolher o/a (nome do profissional) como um bom exemplo? (se o adolescente não souber responder, pedir para que ele reflita um pouco sobre a experiência dele com o(a) profissional)
- Quais foram as situações em que o/a (nome do profissional) mais te ajudou?

#### **(Tema: percepção de suporte recebido)**

- Na sua opinião, como o/a (nome do profissional) poderia te ajudar a resolver algum problema dentro da unidade?
- Como o/a (nome do profissional) poderia te ajudar a resolver algum problema quando sair da internação?
- Na sua opinião, de qual(ais) maneira(s) o/a (nome do profissional) pode ajudar outros adolescentes?
- O que você gostaria de fazer quando sair da internação?
- Como você acha que o/a (nome do profissional) pode te ajudar a alcançar seus objetivos?

#### **(Tema: práticas e ações consideradas um modelo a ser seguido)**

- Quais as características do/a (nome do profissional) que você mais gosta? Por quê?
- Quais as características do/a (nome do profissional) que você mudaria se pudesse? Por quê?
- Quais atitudes ou intervenções do/a (nome do profissional) mais te fazem pensar no futuro?
- Você aprendeu alguma coisa com o/a (nome do profissional) que te fez mudar seu comportamento? Se sim, o quê?
- Você aprendeu alguma coisa com o/a (nome do profissional) que acha que pode te ajudar no futuro? Se sim, o quê?

**(Tema: possibilidades de aprimoramento do serviço)**

- Como é sua rotina (dia a dia) aqui na unidade?
- Quais são as atividades que você mais gosta aqui na unidade? Por quê?
- Quais são as atividades que você menos gosta? Por quê?
- O que você acha que poderia ser feito para melhorar o atendimento aos adolescentes?

## ANEXO G

### Roteiro de Entrevista para os profissionais

#### Entrevista semiestruturada para os profissionais

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ anos

Etnia: \_\_\_\_\_ Gênero: \_\_\_\_\_

Cargo/profissão: \_\_\_\_\_ Unidade: \_\_\_\_\_

Possui filiação religiosa? Qual? \_\_\_\_\_

#### **(Tema: formação e atuação profissional)**

- Há quanto tempo você atua em unidades na socioeducação?
- Há quanto tempo você atua nesta unidade?
- Você atuou em outros locais antes da socioeducação? Quais?
- Qual é sua formação profissional?

Se o profissional tiver formação superior, perguntar:

- Em qual Instituição de Ensino Superior você se graduou?
- Você possui pós graduação? Se sim, qual?
- Quais elementos em sua formação mais te ajudaram a atuar com os adolescentes?
- Qual o tipo de trabalho que você mais realiza com os adolescentes aqui na unidade?
- Quais são os maiores desafios que você enfrenta na sua atuação?

#### **(tema: crenças e concepções que fundamentam a atuação profissional)**

- Como você define a adolescência?
- Se você pudesse definir os adolescentes atendidos aqui na unidade, qual seria essa definição?
- Em sua opinião, por que os adolescentes cometem atos infracionais?
- Como você avalia as relações dos adolescentes com as famílias?
- E como você avalia as relações com a escola?

- O que você poderia dizer sobre as relações dos adolescentes com a comunidade?

**(tema: perspectivas futuras com relação ao trabalho desenvolvido e mudanças nas políticas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei)**

- Que tipo de intervenções você considera mais efetivas com os adolescentes?
- Que tipo de trabalho você acha que poderia ser feito para evitar a reincidência?
- Na sua opinião, como a comunidade pode contribuir para evitar as práticas infracionais?
- Na sua opinião, como os profissionais da socioeducação podem ajudar os adolescentes atendidos?
- O que você pensa sobre as políticas de atendimento aos adolescentes (como o SINASE)?
- Em sua opinião, as políticas existentes são suficientes? Por quê?
- Como você avalia a execução da garantia de direitos desses adolescentes?
- O que seria necessário para haver uma transformação efetiva na trajetória desses adolescentes?

## **ANEXO H**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Profissionais)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**(Resolução CNS 510/2016)**

#### **PRÁTICAS BEM SUCEDIDAS E EXITOSAS NO ATENDIMENTO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Eu, Ariane Rico Gomes, estudante do Programa de Pós-Graduação Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “práticas bem sucedidas e exitosas no atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação: uma análise a partir da realidade do estado de São Paulo” orientada pela Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa.

A lacuna sobre as práticas com potencial transformador na trajetória de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas tem impulsionado as pesquisas recentes no campo das políticas públicas, em especial da socioeducação. Assim, este estudo tem como objetivo analisar, a partir da indicação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime de internação, quais são os profissionais, as práticas bem sucedidas e as concepções teórico-metodológicas que fundamentam os atendimentos destes grupos nos espaços institucionais.

Você foi selecionado (a) por ser profissional efetivo da equipe atuante em uma unidade de internação da Fundação CASA que é um exemplo de boas práticas profissionais, de acordo com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em sua unidade. Você será convidado(a) a responder uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem sua relação com a os adolescentes e sua compreensão sobre o trabalho que desenvolve.

A entrevista será individual e realizada presencialmente no próprio local de trabalho, tendo a duração média de 60 minutos. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e também constrangimento e intimidação, pelo fato da pesquisadora solicitar sua dispensa, no momento da entrevista, ao encarregado técnico da unidade. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Socioeducação, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o trabalho nas unidades de internação.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas, pois as gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora. Depois de transcrita será apresentada a um profissional experiente para validação das informações. Ressalto que você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de

todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br). Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br).

**Dados para contato:**

Pesquisador Responsável: Ariane Rico Gomes

Endereço: Departamento de Psicologia. Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP.

Contato telefônico: (16) 3351-8361

E-mail:

[arianerico@estudante.ufscar.br](mailto:arianerico@estudante.ufscar.br)

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_ completo \_\_\_\_\_ do(a)  
participante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Participante